

# OFFICINA

– Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo –

**NÚMERO 2**

VOLUME 2

DEZEMBRO - 2023

ISSN: 2764-7773





## **CAPA**

Cícero Santos

## **PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

Cícero Naja e Pedro Carvalho (Cubile Editorial)

## **IDENTIDADE VISUAL**

Diego Sombra

## **EDITORES**

Ana Célia Navarro de Andrade - Editora Gerente

Natália Bolfarini Tognoli - Editora Científica

## **COMISSÃO EDITORIAL**

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Gabriel Moore Bevilacqua

Johanna Wilhelmina Smit

Mônica Cristina Brunini Frandi Ferreira

Pedro José de Carvalho Neto

## **CONSELHO EDITORIAL**

Alicia Casas de Barrán - Universidad de la Republica, Uruguai

André Malverdes - UFES

Angélica Alves da Cunha Marques - UNB

Anna Carla Almeida Mariz - UNIRIO

Annantonia Martorano - Università degli studi di Firenze (UNIFI), Itália

Antonia Heredia Herrera

Brígida Maria Nogueira Cervantes - UEL

Francisco Alcides Cougo Junior - UFSM

Irene Rodrigues da Silva Fernandes - GEARQ

Janice Gonçalves - UDESC

José Augusto Chaves Guimarães - UNESP

Lenora de Beaurepaire da Silva Schwaitzer - UFES

Lorena de Oliveira Souza Campello - IFS

Luciana Duranti - University of British Columbia (UBC), Canadá

Marcelo Chaves - Arquivo do Estado de São Paulo

Maria Teresa Navarro de Britto Matos - UFBA

Norma Fenoglio - Universidad Nacional de Cordoba, Argentina.

Paulo Roberto Elian dos Santos - FIOCRUZ

Renato de Mattos - UFF

Renato Pinto Venâncio - UFMG

## **ENDEREÇO**

Av. Prof. Lineu Prestes, 338 - 2º andar  
CEP: 05508-000 - São Paulo - SP

## **CONTATO**

[diretoria@arqsp.org.br](mailto:diretoria@arqsp.org.br)

ISSN: 2764-7773

O conteúdo dessa revista é licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY)  
4.0 International.

**OFFICINA**  
– Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo –

<b>EDITORIAL</b> _____	5
Natália Bolfarini Tognoli	
<b>ARTIGOS</b>	
<b>CONSERVACIÓN DOCUMENTAL EN ARCHIVOS DE GESTIÓN: ESTUDIOS DE CASO EN LA UNIVERSIDAD CENTRAL "MARTA ABREU" DE LAS VILLAS (CUBA)</b> _____	8
Luis Ernesto Paz Enrique, Eduardo Alejandro Hernández Alfonso	
<b>A FOTOGRAFIA NA OBRA E ACERVO DO DIRETOR DE CINEMA STANLEY KUBRICK</b> _____	29
Mônica Tenaglia	
<b>NOVOS LUGARES, VELHOS PROBLEMAS: MASSAS DOCUMENTAIS ACUMULADAS EM AMBIENTE DIGITAL</b> _____	49
Raquel Torrão Valentim	
<b>THE PHOTOGRAPHY IN THE WORK AND ARCHIVES OF FILM DIRECTOR STANLEY KUBRICK</b> _____	66
Mônica Tenaglia	
<b>DOSSIÊ ARQUIVOS PESSOAIS EM CENÁRIOS HÍBRIDOS</b>	
<b>ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS: UMA REVISÃO DE TEORIA E PRÁTICAS</b> _____	85
Priscila Rosa Martins, Rosane Suely Alvares Lunardelli, Diana Vilas Boas Souto Aleixo	
<b>AS RELAÇÕES ENTRE A MEMÓRIA E OS SEUS SUPORTES MATERIAIS NA CONFIGURAÇÃO DOS ARQUIVOS PESSOAIS</b> _____	109
Thayane Vicente Vam de Berg	
<b>DOSSIÊS, SÉRIES E ARQUIVOS PESSOAIS</b> _____	131
Maria Celina Soares de Mello e Silva	
<b>INCITANDO A DIFUSÃO DOS ARQUIVOS PESSOAIS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB</b> _____	144
Ana Cláudia Cruz Córdula, Jefferson Higino da Silva	
<b>O ACERVO DA BAILARINA PENHA PIETRA'S NO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO</b> _____	161
Rafael de Araújo Oliveira, Bruna Maria Schmitt Rossi	
<b>O ARQUIVO PESSOAL DE HELITON SANTANA: MEMÓRIA DO MOVIMENTO NEGRO DA PARAÍBA</b> _____	183
Valdir de Lima Silva, Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira	

## EDITORIAL

Natália Bolfarini Tognoli<sup>1</sup> 

Buscando consolidar a OFFICINA enquanto um espaço de interlocução para os pesquisadores, profissionais e interessados no campo dos arquivos, a Associação de Arquivistas de São Paulo publica mais um número de sua revista, fechando o ano de 2023.

Neste número, contamos com quatro artigos na seção homônima e um dossiê especial sobre os arquivos pessoais, fruto dos trabalhos apresentados no 4º Encontro Arquivos Pessoais: experiências, reflexões, perspectivas, promovido pela Associação de Arquivistas de São Paulo, nos dias 1 e 2 de agosto de 2023.

O primeiro artigo, dos autores cubanos Luis Ernesto Paz Enrique e Eduardo Alejandro Hernández Alfonso, intitulado *“Conservación documental en archivos de gestión: estudios de caso en la Universidad Central “Marta Abreu” de Las Villas (Cuba)”*, apresenta um estudo de caso a partir de um diagnóstico da documentação que se encontra no setor de recursos humanos da Universidade Central “Marta Abreu” de Las

---

<sup>1</sup> Editora científica da OFFICINA.



Villas, em Cuba. O texto dos autores traz elementos que nos permitem conhecer distintas realidades documentais, para além daquelas brasileiras, enriquecendo as experiências práticas da nossa área.

Da mesma forma, o segundo texto deste número, "*A fotografia na obra e acervo do diretor de cinema Stanley Kubrick*", de autoria de Monica Tenaglia, explora a riqueza do acervo do cineasta a partir do papel da fotografia em suas obras. A autora nos brinda, ainda, com a versão em inglês do texto.

O terceiro texto, de autoria de Raquel Torrão Valentim, intitulado "*Novos lugares, velhos problemas: massas documentais acumuladas em ambiente digital*", discute teoricamente as massas documentais acumuladas e como o problema se mantém, também, no ambiente digital devido à falta de políticas arquivísticas nas instituições que resolvem aderir às tecnologias na produção de seus documentos.

Em seguida, o dossiê Arquivos Pessoais em Cenários Híbridos traz os melhores trabalhos apresentados no **4º Encontro Arquivos Pessoais: experiências, reflexões, perspectivas: Arquivos pessoais em cenários híbridos**. O evento, realizado online entre os dias 1 e 2 de agosto, tratou sobre como o desenvolvimento dos recursos tecnológicos tem alterado significativamente a maneira como os indivíduos produzem e acumulam documentos, dando aos arquivos de pessoas uma feição ainda mais complexa do que aquela que geralmente costumam ostentar.

No primeiro artigo desse dossiê, "*Organização de arquivos pessoais: uma revisão de teoria e práticas*", as autoras Priscila Rosa Martins, Rosane Suely Alvares Lunardelli e Diana Vilas Boas Souto Aleixo analisam as práticas de organização utilizadas e difundidas por três importantes instituições que lidam com arquivos de pessoas, Fundação Getúlio Vargas, Fundação Fernando Henrique Cardoso e Fundação Oswaldo Cruz, à luz da literatura da área.

O segundo artigo, de autoria de Thayane Vicente Vam de Berg, intitulado "*As relações entre a memória e os seus suportes materiais na configuração dos arquivos pessoais*", realiza uma revisão de literatura buscando identificar os possíveis modos de autoarquivamento e descarte presentes nos arquivos pessoais dos indivíduos, evidenciando as relações existentes entre a memória e os seus suportes materiais.



No terceiro artigo, *“Dossiê, séries e arquivos pessoais”*, Maria Celina Soares de Mello e Silva apresenta uma discussão necessária sobre os conceitos dos termos dossiê e série nos arquivos pessoais à luz das definições apresentadas nos dicionários de terminologia da Arquivologia.

No quarto artigo, *“Incitando a difusão dos arquivos pessoais da cidade de João Pessoa-PB”*, os autores Ana Cláudia Cruz Córdula e Jefferson Higino da Silva, apresentam os resultados parciais de um projeto de pesquisa que identificou e caracterizou os arquivos pessoais na cidade de João Pessoa.

O artigo *“O acervo da bailarina Penha Pietra’s no Theatro Municipal de São Paulo, de autoria de Rafael de Araújo Oliveira e Bruna Maria Schmitt Rossi”*, apresenta o processo de aquisição do acervo da bailarina Penha Pietra’s pelo Theatro Municipal de São Paulo, descrevendo as escolhas metodológicas para o início da documentação e os próximos passos do projeto.

No último artigo deste número, o arquivo de Heliton Santana é destaque no texto dos autores Valdir de Lima Silva e Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, intitulado *O arquivo pessoal de Heliton Santana: memória do movimento negro da Paraíba*, no qual os autores analisam o arquivo do militante e sua contribuição para a salvaguarda dos movimentos sociais da Paraíba, em especial do movimento negro.

Os artigos publicados neste número refletem, portanto, um dos objetivos da Associação de Arquivistas de São Paulo ao criar a Revista OFFICINA: fornecer ao público interessado textos que discutem teoria e prática nos arquivos, nas mais diversas ambiências, a partir dos estudos e das experiências de seus profissionais.

**Boa leitura e até o próximo número!**

---

#### LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International.



## CONSERVACIÓN DOCUMENTAL EN ARCHIVOS DE GESTIÓN: ESTUDIOS DE CASO EN LA UNIVERSIDAD CENTRAL "MARTA ABREU" DE LAS VILLAS (CUBA)

*Preservação documental em arquivos de gestão: estudos de caso na Universidade Central "Marta Abreu" de Las Villas (Cuba)*

*Documentary conservation in management archives: case of study on the Universidad Central "Marta Abreu" de Las Villas (Cuba)*

Luis Ernesto Paz Enrique<sup>1</sup> 

Eduardo Alejandro Hernández Alfonso<sup>2</sup> 

### RESUMO

O armazenamento e a preservação dos documentos garantem a durabilidade das fontes. Documentos orgânicos são mais vulneráveis à deterioração. Os arquivos gerenciais geralmente armazenam documentos da atividade institucional realizada por uma organização. A área de Professor Part-Time do Departamento de Recursos Humanos da Universidade Central "Marta Abreu" de Las Villas (Cuba), armazena grandes volumes de documentação dos professores contratados pelo centro. O arquivo carece de um diagnóstico de conservação que facilite a criação de políticas de conservação documental. Por outro lado, a área carece de um plano de medidas preventivas para a conservação de documentos. Os objetivos do estudo são diagnosticar o estado da documentação que se encontra guardada na área do Professor Temporário e desenhar um plano de medidas preventivas para a documentação diagnosticada. Para obter resultados, utiliza-se a combinação das metodologias Diagnos e o Modelo da Biblioteca Nacional da Venezuela. Os fundos da instituição são diagnosticados, detectando-se os fatores ambientais, as condições locais e os fatores físico-mecânicos como os que mais influenciam na conservação dos acervos.

<sup>1</sup> Doctor en Ciencias Sociológicas por la Universidad Central "Marta Abreu" de Las Villas (Cuba). Licenciado en Ciencias de la Información por la Universidad Central "Marta Abreu" de Las Villas (Cuba). Estudiante de posgrado por la Universidad Nacional Autónoma de México (México). [luisernestopazenrique@gmail.com](mailto:luisernestopazenrique@gmail.com)

<sup>2</sup> Doctor en Ciencias Sociológicas por la Universidad Central "Marta Abreu" de Las Villas (Cuba). Licenciado en Comunicación Social por la Universidad Central "Marta Abreu" de Las Villas (Cuba). Estudiante de posgrado por la Universidad Nacional Autónoma de México (México). [eahernandez1990@gmail.com](mailto:eahernandez1990@gmail.com)



**PALAVRAS-CHAVE:** Preservação de documentos. Armazenamento de informações. Políticas de conservação. Arquivo de gerenciamento. Acervo bibliográfico institucional.

## RESUMEN

El almacenamiento y la conservación de documentos garantiza la perdurabilidad de las fuentes. Los documentos orgánicos son más vulnerables al deterioro. Los archivos de gestión generalmente atesoran documentos de la actividad institucional que realiza una organización. El área de Profesor a Tiempo Parcial de la Dirección de Recursos Humanos de la Universidad Central "Marta Abreu" de Las Villas (Cuba), almacena grandes volúmenes de documentación de los profesores contratados por el centro. El archivo carece de un diagnóstico de conservación que facilite la creación de políticas de conservación documental. Por otra parte, el área carece de un plan de medidas preventivas para la conservación de los documentos. Se plantean como objetivos del estudio diagnosticar el estado de la documentación que se almacena en el área de Profesor a Tiempo Parcial y diseñar un plan de medidas preventivas para la documentación diagnosticada. Para la obtención de resultados se emplea la combinación de las metodologías de Diagnos y el Modelo de la Biblioteca Nacional de Venezuela. Se diagnostican los fondos de la institución, detectándose que los factores ambientales, las condiciones del local y los factores físico-mecánicos como los que más influyen en la conservación de las colecciones.

**PALABRAS CLAVE:** Conservación de documentos. Almacenamiento de la información. Políticas de conservación. Archivo de gestión. Fondo bibliográfico institucional.

## ABSTRACT

Storage and preservation of documents in the administrative institutions, are aspects to be considered by professionals who work in a particular organization. Organic documents are more vulnerable to damage. The management archives keep document of the institutional activity in organizations. The area of part-time professor of the Department of Human Resources of the Universidad Central "Marta Abreu" de Las Villas (Cuba), stores large volumes of documentation of teachers hired by the center. The devoid a conservation diagnosis to facilitate the creation of documentary conservation policies. Moreover, the area devoid a plan of preventive measures for the conservation of documents. It is presented as objectives of the study to diagnose the state of the documentation stored in the area of part-time teacher and a plan of preventive measures for the diagnosed documentation. To obtain results methods was used the combination of methodologies Diagnos and Model of the National Library of Venezuela. Are diagnosed the documents of the institution, detecting environmental factors, local conditions and mechanical physical factors as the greatest influence in the conservation of the collections.

**KEYWORDS:** Record keeping. Information storage. Conservation policies. Management archive. Institutional bibliographic



## 1 INTRODUCCIÓN

Los documentos contribuyen a satisfacer las necesidades de información previamente identificadas por usuarios o grupos de ellos. La necesidad de preservar información relevante ha conllevado al desarrollo de métodos y técnicas, con la finalidad de conservar la documentación. La conservación de documentos comprende las estrategias y técnicas específicas, relativas a la protección de los materiales frente al deterioro, los daños y el abandono (Rose, 2013).

La conservación documental ha sido abordada por varios especialistas fundamentalmente por profesionales de la información, profesionales de la biología y especialistas en ciencias químicas. Es necesario la aplicación de estudios interdisciplinarios que favorezcan la obtención de resultados lo más concreto posibles. Los investigadores Paz-Henrique, Jalil, Mendoza, Delgado, Zambrano y Guerrero (2020) definen la conservación como “el conjunto de operaciones que tienen por objeto prolongar la vida de un ente material, merced a la previsión del daño o a la corrección del deterioro” (p.36). La conservación tiene un valor muy significativo para la perduración de los bienes culturales de cada región. El patrimonio bibliográfico documental generalmente se conserva en archivos, museos y bibliotecas. Conservación “Se utiliza para designar centros oficiales con actividad científica, docente e investigativa” (Paz; Hernández, 2015, p.3).

Es el conjunto de operaciones que tienen por objeto prolongar la vida de un material. Varios investigadores abordan el término de patrimonio documental, por su relevancia se destacan Valencia y Orozco (2017, p. 74) refieren que “los documentos patrimoniales deben poseer valor histórico, artístico, científico, literario y cultural para una comunidad”. De igual forma Rodríguez (2018, p. 53) establece que “el documento bibliográfico patrimonial debe tener, las características de originalidad (autenticidad), unicidad (irremplazable), valor simbólico, valor del contenido o valor estético”. Algunas de las consecuencias que pueden traer la desaparición de los documentos con valor patrimonial radica en que los mismos son “únicos y su desaparición es una pérdida clara



y un empobrecimiento irreversible para la sociedad y la humanidad en su conjunto” (Paz; Del Sol, 2017, p.91).

A nivel internacional los procesos de conservación documental están regidos por la UNESCO bajo el documento Memoria del mundo. Directrices para la salvaguardia del patrimonio documental. Otros documentos que rigen este proceso como Labor del Comité del Patrimonio Mundial sobre una estrategia global, Políticas del Escudo Azul, Recomendación de la UNESCO sobre la salvaguardia y conservación de las imágenes en movimiento. En Cuba la protección del patrimonio se rige por las legislaciones emitidas por el Ministerio de Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente (CITMA) y otras instituciones de carácter cultural y científico como el Archivo Nacional de Cuba. Para el presente estudio se analizó la literatura científica publicada relacionada con la conservación preventiva en archivos de gestión, por su relevancia y actualidad se destacan los autores (Sour, 2017; Valencia, Orozco, 2017; Cabezas, 2018; Villacis, 2018; Andaur, Díaz, Pereira, 2019).

Los documentos orgánicos envejecen naturalmente y comienzan a deteriorarse desde su génesis. Los procesos de deterioro de los documentos orgánicos pueden acelerarse en un medio ambiente adverso y sobre todo por el descuido en su manipulación. Deben evitarse las condiciones desfavorables de almacenamiento y ubicación de los documentos localizados en bibliotecas, debido a que están compuestos principalmente por materias orgánicas.

La Universidad Central “Marta Abreu” de Las Villas (UCLV) atesora documentos que datan de su fundación en 1952. La documentación reviste gran importancia para el centro de alto estudios, así como para la historia nacional. La institución fue declarada Monumento Nacional de la República de Cuba, donde influyó la documentación histórica y patrimonial que se atesora en el centro.

Se han reportado, debido a malas prácticas con la documentación; extravíos y pérdidas totales de la documentación del centro. La documentación patrimonial en la actualidad se encuentra diseminada por varias áreas de la universidad ante la ausencia de locales adecuados para el almacenamiento. Los expedientes de Profesor a Tiempo



Parcial (PTP), en dependencia a las características de la persona que reflejen, pueden convertirse en patrimonio bibliográfico de la universidad.

El centro educacional se encuentra realizando gestiones para el adecuado funcionamiento, del archivo central e histórico (de reciente creación), al cual deben tributar todas las áreas de la universidad. Ante tal situación cada área universitaria se encuentra realizando estudios para diagnosticar e identificar documentación con diverso valor y los factores de deterioro presentes en las colecciones documentales. Como parte de este proceso la Dirección de Recursos Humanos (DRH) realiza una serie de investigaciones para diagnosticar y proponer medidas preventivas a la documentación que almacenan.

El área de PTP atesora, en su archivo de gestión, toda la documentación relacionada los trabajadores del centro que por sus cualidades son contratados en un determinado tiempo o semestre, incluyendo los expedientes en sí mismos. Dicha área carece de un diagnóstico de conservación que facilite la creación de políticas de conservación documental. Por otra parte, dicha área carece de un plan de medidas preventivas para la conservación de los documentos. Se plantean como objetivos del estudio diagnosticar el estado de la documentación que se almacena en el área de PTP y diseñar un plan de medidas preventivas para la documentación diagnosticada.

## **2 METODOLOGÍA**

La investigación clasifica como aplicada con enfoque mixto, a partir de presupuestos teóricos intenta solucionar un problema práctico, facilitando la aplicación inmediata de los resultados obtenidos. Las técnicas empleadas que facilitan la recogida de información son la revisión de documentos para la localización de referentes teóricos, metodológicos y prácticos sobre la conservación documental en archivos de gestión. Se emplea la entrevista al personal que labora en el archivo central de la institución. Se utiliza la observación participante a la forma de consulta y almacenamiento de los documentos, además de las guías de observación expresadas en forma de formularios, para identificar



afectaciones a los documentos. Se emplea la triangulación de información para validar los resultados obtenidos.

Se emplean métodos en el nivel teórico y empírico para la recogida de los datos, entre ellos: analítico-sintético, sistémico - estructural, histórico - lógico e inductivo - deductivo, la observación, el análisis documental clásico y la encuesta. Para el diagnóstico de conservación de los documentos que atesora la institución se empleó el Modelo de la Biblioteca Nacional de Venezuela, pues esta institución funciona como el Centro Regional de Conservación de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación la Ciencia y la Cultura (UNESCO) para América Latina y el Caribe. Se emplea esta metodología dada su funcionalidad a la hora de identificar los elementos que influyen en la conservación de los documentos orgánicos y las necesidades de conservación preventiva en bibliotecas y archivos. Consta de seis variables, las mismas y su descripción se pueden observar en la Tabla 1.

**Tabla 1** - Modelo para el diagnóstico de sedes y colecciones de la Biblioteca Nacional de Venezuela

<b>Variable</b>	<b>Descripción</b>
Sede	Se refiere al espacio físico de la entidad
Depósito	Características físicas del depósito que se analiza, ubicación dentro de la institución
Mobiliario	Condiciones físicas del mobiliario
Condiciones ambientales del depósito	Descripción de las condiciones de iluminación, ventilación, temperatura y humedad relativa
Condiciones generales de la colección	Se refiere a la identificación de los factores de deterioro identificados
Medidas de prevención existentes	Registro de medidas contra catástrofes naturales y provocadas, contra insectos y roedores, políticas para la consulta de la documentación para la seguridad y vigilancia

Fuente: León (2006).

Se emplearon para la identificación de las afectaciones a los documentos, la leyenda de términos y abreviaturas elaboradas en los Programas Diagnos y Fotodiagnos del Instituto de Historia de Cuba. Diagnos y Fotodiagnos son programas automatizados que se pueden utilizar para diagnosticar el estado de conservación de las colecciones de

documentos con soporte en papel y fotográfico. Es el resultado de varios investigadores del Laboratorio de Restauración del Instituto de Historia de Cuba, además de otros profesionales de la Oficina Cubana de Propiedad Industrial. Los términos y abreviaturas pueden observarse en la Ilustración 1.

**Ilustración 1** - Abreviaturas utilizadas para el diagnóstico de conservación de documentos orgánicos

Parámetros (leyenda)		Parámetros (leyenda) Cont.		Parámetros (leyenda) Cont.	
<b>PM</b>	Pulpa Mecánica	<b>Frag.</b>	Fragmentado	<b>A</b>	Amarillamiento
<b>PQ</b>	Pulpa Química	<b>R</b>	Rotura	<b>Emb.</b>	Emborronado
<b>PT</b>	Pulpa de Trapo	<b>D</b>	Doblez	<b>Emp.</b>	Empaldecido
<b>Est.</b>	Estucado	<b>Perf.</b>	Perforación	<b>Ileg</b>	Ilegible
<b>O</b>	Otros	<b>CA</b>	Cinta Adhesiva	<b>C</b>	Corrosión
<b>I</b>	Impreso	<b>PP</b>	Papel pegado	<b>O</b>	Otros
<b>G</b>	Grafito	<b>AH</b>	Adherencia Hojas	<b>HL</b>	Hongo Local
<b>MTA</b>	Metalóacido	<b>MOL</b>	Mancha Oxido (local)	<b>HD</b>	Hongo Difundido
<b>Sint.</b>	Sintético	<b>MOD</b>	Mancha Oxido Difundido	<b>Pig</b>	Pigmentación
<b>TCh</b>	Tinta China	<b>MA</b>	Manchas de Agua	<b>Desp</b>	Desprendimiento
<b>M</b>	Mecanográfico	<b>Fox</b>	Foxing	<b>PI</b>	Presencia de Insectos
<b>P</b>	Pictórico	<b>OM</b>	Otras Manchas	<b>PR</b>	Presencia de roedores
<b>O</b>	Otros	<b>S</b>	Suciedad	<b>Exc.</b>	Excrementos
<b>Reb</b>	Reblandecido	<b>Acid.</b>	Acidez	<b>Abr</b>	Abrasión
<b>F</b>	Faltante			<b>Rest</b>	Restaurado

Fuente: Instituto de Historia de Cuba (2008).

La población del estudio está constituida por el total de Expedientes de PTP que se almacenan en la DRH de la UCLV, registrándose un total de 302 expedientes activos y 164 pasivos que suman 476. Los datos mencionados con anterioridad fluctúan en dependencia a la demanda de contratación de la universidad y la disponibilidad de los recursos humanos. Se toma como muestra el total de las fuentes, coincidiendo con la población, por lo que se establecen categorías de análisis partiendo de las colecciones documentales organizadas por entidades administrativas de la UCLV como facultades y centros de investigación.



### 3 RESULTADOS Y DISCUSIÓN

Las tendencias actuales de la conservación abordan por la integración de modelos y métodos que faciliten el diagnóstico atendiendo a las características de la investigación y los tipos de soporte. En la presente investigación se integraron aspectos de dos metodologías encargadas de diagnosticar fondos en archivos y bibliotecas, basadas en los documentos orgánicos tradicionales como el documento de archivo en soporte de papel. El Modelo de la Biblioteca Nacional de Venezuela tiene una amplia aplicabilidad en instituciones de información. Varios investigadores han validado este método en múltiples investigaciones desarrolladas fundamentalmente en el área latinoamericana y caribeña. El Programa Diagnos del Instituto de Historia de Cuba ha desarrollado diagnósticos de conservación con la capacidad de procesar grandes volúmenes de información. Sobre este método la investigadora León (2006, p. 139) establece: “los diagnósticos pueden realizarse a un grupo de colecciones en conjunto o en una colección determinada de acuerdo con los objetivos que se propongan”.

La intervención en los documentos debe realizarse a partir de buenas prácticas investigativas que documenten el estado de conservación de estos. Los métodos de diagnóstico de conservación de las colecciones documentales permiten una lectura aproximada de la realidad. En consonancia a este factor se identifica el estado de conservación y la naturaleza de los daños, mediante la evaluación de sus características y su posterior procesamiento estadístico.

#### **Conservación de los expedientes de profesor a tiempo parcial de la UCLV**

Atendiendo a la variable: sede, se puede establecer que la Universidad Central “Marta Abreu” de Las Villas (UCLV) se encuentra ubicada en la región central de la República de Cuba. Es un centro de educación superior que forma profesionales en pregrado de 55 especialidades de las ciencias técnicas, exactas, sociales y humanísticas. Tiene un amplio programa de formación postgraduada, por lo que genera gran



documentación que se almacena en las secretarías de cada facultad y que posteriormente pasa a formar parte de los fondos del archivo central de la universidad.

La UCLV fue fundada en 1952, siendo la tercera universidad fundada en Cuba. Las primeras edificaciones de la universidad se levantaron siguiendo la tendencia del movimiento moderno predominante en esos años. Se utilizaron los nuevos materiales industriales surgidos en el siglo XX como el hormigón armado, el acero laminado y el vidrio plano en grandes dimensiones. Las edificaciones se caracterizan por tener plantas y secciones ortogonales, generalmente asimétricas, ausencia de decoración en las fachadas y grandes ventanales horizontales conformadas por perfiles de acero. Los espacios interiores son luminosos y diáfanos. Se utiliza circulaciones verticales en las escaleras para destacar la volumetría del edificio, se logra la simbiosis entre las construcciones y la naturaleza. Las construcciones de la universidad juegan con el relieve ondulado del terreno para definir las diferentes plantas de los edificios. Se rompe con la arquitectura de períodos anteriores, creando un nuevo lenguaje arquitectónico. A diferencia de los colegios tradicionales, las edificaciones de la UCLV fueron pensadas para aprovechar la iluminación natural.

La Dirección de Recursos Humanos se encuentra ubicada en el segundo piso del Edificio Administrativo conocido como U4 de la Universidad. Colinda con varias edificaciones de beca de los estudiantes y con el Teatro Universitario. La Dirección de Recursos Humanos tiene como objetivo principal asesorar y orientar a la dirección de la Universidad en establecer, aplicar y controlar una efectiva gestión integrada de recursos humanos en todas las unidades organizativas; así como dirigir y controlar la correcta aplicación de las categorías docentes.

El local que ocupa el área de PTP se encuentra ubicado en el espacio de la torre central del edificio. Esta área se encarga, entre otros procesos de la ubicación y reubicación de los profesores a tiempo parcial. Para ello se asigna o reasigna un puesto de trabajo o cargo a un candidato que haya sido seleccionado para cubrir la plaza vacante o que voluntariamente la haya solicitado.



## **Diagnóstico de conservación de los documentos que se almacenan en el área PTP de la DRH de la UCLV**

En cuanto a la variable identificación se establece que el área de PTP cuenta con colecciones no bibliográficas, relacionadas directamente con la función social que realizan y en correspondencia con la finalidad de un archivo de gestión de dicha envergadura. Se realiza un análisis de la situación actual en cuanto a la conservación de los documentos. Se evalúa el estado constructivo del centro, se constatan las condiciones de almacenamiento y se entrevista los especialistas del área de PTP. Se establece que la situación actual que presenta este centro se encausa en torno a:

- Existencia de una cultura general sobre relacionada con aspectos técnicos formales sobre el desempeño del profesional gestor de los recursos humanos, esto facilita que los procesos de actualización de la documentación sean constante y eficiente; sin embargo, el almacenamiento es deficiente condicionado por aspectos objetivos y subjetivos.
- La ubicación geográfica y el ambiente externo de la institución afectan en alguna medida la conservación de los documentos. La presencia de árboles de gran tamaño, las lluvias y la presencia de ventanas cerca de la documentación puede provocar daños en los documentos. No existen grades afectaciones propiciadas por el humo de los automóviles que influyan de forma directa y constante, el local se encuentra en una calle poco transitada.
- A pesar de la preparación de los especialistas, existe una carencia de materiales necesarios para garantizar la conservación.
- Existencia de documentos con desgaste, oxidación, manchas, amarillamiento, humedad, polvo. Por otra parte, los factores físico-mecánicos influyen gravemente en la documentación fundamentado en la manipulación de las fuentes de información que se realiza con mucha frecuencia.



- Falta de instrumentos de medición de condiciones ambientales como luxómetros, termómetros y sigrómetro.
- Fluctuaciones constantes de temperatura en el local de almacenamiento.

La institución se encuentra ubicada dentro del entorno administrativo de la UCLV. La universidad es un centro que tiene una alta presencia de vegetación. Ante este factor se produce en el centro un microclima que hace que las temperaturas sean de dos grados Celsius aproximadamente más bajas que en cualquier otra parte de la ciudad de Santa Clara. Es una zona poco transitada por lo que existe una baja contaminación por los gases que expulsan los automóviles. La institución está muy alejada al litoral costero y la misma constituye punto de reuniones y encuentros de personas que necesitan los servicios que brinda el Edificio Administrativo. La institución no está cerca de ríos ni puentes.

Se identifica que las colecciones se encuentran ubicadas en la segunda planta del edificio en un espacio de cuatro metros de largo por tres de ancho. El depósito comparte el espacio con el puesto de trabajo de tres personas. En el depósito se identifica gran hacinamiento de los documentos como consecuencia del espacio reducido. La institución cuenta con personal de seguridad que vela por evitar el hurto y la entrada de personas no autorizadas en el local fuera del horario laboral.

El personal del archivo no cuenta con la formación profesional en cuanto a la organización de archivos y las medidas de conservación que deben manejarse para materiales orgánicos. La institución no cuenta con la estantería suficiente para almacenar los soportes, no poseen equipos controladores del clima y no cuentan con una climatización artificial que posibilite una temperatura estable, constante y que no varíe. En el Edificio Administrativo frecuentemente ocurren apagones producto de alto voltaje por lo que la temperatura varía con mucha regularidad. Se identifica la carencia de equipos controlados de clima como termómetros y sigrómetro; de igual forma carecen de deshumificadores aumentando la humedad relativa ante la presencia de un aire acondicionado. La humedad relativa fluctúa entre el 30 y 70 % en dependencia a la época



del año. Se aprecia por las marcas en las paredes la incidencia directa de las lluvias en su lateral.

Los locales no están adecuadamente limpios al igual que la documentación que presenta polvo. La iluminación que se emplea es la artificial y el local está la mayor parte del tiempo cerrado. Cuando no funcione la ventilación artificial se debe procurar la mayor ventilación ambiental posible, un local cerrado favorece que microorganismos se reproduzcan y utilicen los documentos como alimento.

Atendiendo a la variable depósito: el archivo cuenta con una llave de agua que funciona y es utilizada cotidianamente. El riesgo potencial de la existencia de tuberías de agua en los depósitos se encuentra descrito en múltiples estudios, entre ellos se destaca el realizado por Castillo y Ravelo (2017). Para el depósito que se analiza, una rotura de la tubería provocaría la pérdida de cientos de expedientes por la cercanía de la instalación con la estantería; además que eleva la humedad relativa del local. El local presenta cuatro ventanas de madera con buen estado de conservación.

Atendiendo a la variable: mobiliario, se identifica el empleo de tres estantes metálicos en buen estado de conservación sin presencia de óxidos ferrosos. Se identifica una estantería de cartones de bagazo con soporte de metal. Las colecciones están almacenadas en varios estantes. Las condiciones de almacenamiento no son las correctas, la estantería está cercana a las paredes. Existen altos niveles de hacinamiento propiciado por una estantería insuficiente y el poco espacio disponible. No existen en la sala depósitos para baños o closet. En cuanto a la variable: condiciones ambientales del depósito, se puede establecer que el depósito se encuentra alejado de la costa por lo que no existe salubridad en el ambiente. El depósito está poco ventilado ante la presencia de pocas ventanas y la deficiente climatización artificial.

Se emplea la iluminación artificial durante todo el tiempo de trabajo, por lo que el proceso de deterioro aumenta. La afectación de la luz es acumulativa e incide directamente en los documentos. En el depósito se almacenan objetos ajenos a la documentación como plantas sembradas en macetas, implementos de cocina y alimentos. El local donde se encuentra la documentación, con anterioridad era una cocina. Se mantiene una meseta que es dónde se ubica la tubería de agua. En el local se

friega y elabora alimentos por lo que se eleva la humedad relativa y las posibilidades de afectación por insectos y roedores ante la presencia de alimentos. Existen además recipientes para almacenar agua e implementos para la limpieza de utensilios de cocina como cloro y detergente. Estos factores pueden observarse en la Ilustración 2.

### **Ilustración 2** - Objetos ajenos al depósito de documentos



Fuente: elaboración propia de los autores, fotografías tomadas en 2021.

La iluminación que se emplea en el depósito es la artificial. Se emplean dos lámparas fluorescentes en una misma luminaria sin protector, esto representa un riesgo pues las lámparas pueden caerse e iniciar un incendio.

Atendiendo a la variable: condiciones generales de la colección, los documentos carecen de ser procesados según las normas internacionales para el análisis documental. En cuanto a su antigüedad la documentación en sentido general contiene fuentes de los PTP de la universidad que se encuentran activos por lo que estas fuentes fluctúan entre los años 60 hasta la actualidad. Los Expedientes de los PTP poseen actas, declaraciones juradas, autorizos de trabajo, contrato a tiempo parcial, copias de ratificación de categorías docentes y títulos de grados científicos. Esta documentación potencialmente posee un alto valor patrimonial puesto que la mayor parte de los profesores que se contratan a tiempo parcial son jubilados, algunos trabajaron en los primeros años de la fundación de la universidad y la mayor parte poseen premios nacionales e internacionales por su labor científica y docente. Todo el trabajo realizado por estos



profesores se encuentra almacenado en el depósito descrito y su pérdida se revertiría en perjuicios para universidad y en consecuencia en su patrimonio histórico y documental.

Para el diagnóstico de cada documento, se le asignó un número a cada fuente para su ubicación e identificación en la tabla de parámetros realizada. Se realizó una descripción de los documentos analizados destacando aspectos relacionados con el valor y composición de los documentos. La documentación posee valor probatorio, documental y para algunos expedientes se identifica el valor histórico, y si se elimina puede derivarse perjuicios para la organización, se considera información pública.

La tabla de parámetros se realiza a partir de las abreviaturas reflejadas en la Tabla 1, provenientes del Programa Diagnos. El procesamiento estadístico permitió sistematizar varios aspectos de la documentación. El total de documentos está compuesto por pulpa química. Gran parte de la documentación fue elaborada de forma impresa con firmas autorizadas de tipo manuscrito por lo que se analiza el tipo de tinta empleado. Se identifica que la tinta más empleada fue la sintética o comercial.

El uso de tintas acidas que pueden corroer el papel. Sobre esta afirmación León (2006, p. 49) corrobora:

las tintas ferrogálicas son preparadas a base de tanino, ácido gálico y sulfato de hierro. Cuando los documentos de soporte papel son sometidos a una humedad relativa alta se descompone por un proceso de hidrólisis y se forman óxidos ferrosos.

Se identificaron los principales factores de deterioro de los documentos. Los mismos pueden observarse en la Tabla 2.

**Tabla 2** - Factores de deterioro identificados en los documentos

Factores de deterioro	Cantidad de documentos
Manchas de óxido local	194
Polvo	89
Emborronado	83
Desprendimiento	41
Acidez	15
Amarillamiento	15
Manchas de agua	14



Hongo local	8
Otras manchas	6
Presencia de insectos	5
Cinta adhesiva	2
Presencia de excrementos	1

Fuente: elaboración propia.

Se identifica escritura encima de la cubierta se realiza por los especialistas que laboran en el área mencionada. Se justifica la utilización de una numeración en las carpetas contenedoras de la documentación, pues esto facilita la recuperación de los expedientes atendiendo al metadato de "nombre del profesor". Se escribe además con marcadores y plumones la portada de los expedientes atendiendo a factores como la jubilación.

Para el almacenamiento se utiliza una organización regida por la unidad administrativa donde labora el trabajador. En el archivo no se utilizan guías de archivo ni organización por orden alfabético. La ausencia de formatos de organización aumenta los factores de deterioro físico-mecánicos debido a que el especialista tiene que emplear más tiempo para la búsqueda y manipular mayor cantidad de documentos innecesariamente. A pesar de las afectaciones descritas, los documentos son legibles y pueden ser utilizados, por lo que la valoración general de la colección es de regular. Algunas afectaciones debido al almacenamiento pueden observarse en la Imagen 3.

### Ilustración 3 - Afectaciones a la documentación debido al almacenamiento empleado



Fuente: elaboración propia, fotografías tomadas en 2021.

La limpieza del local no es adecuada, en el piso se observa polvo. El local y su entorno no cuentan con medidas de prevención contra catástrofes naturales y/o provocadas. No hay presencia de extintores ante un siniestro, no existe señalización de las áreas con prohibición de fumar, no existe un plan de evacuación de la documentación con valor permanente u otra medida de prevención para garantizar la integridad de la documentación almacenada. Se fumiga contra insectos en varios momentos del año.

Se destaca que a pesar de que la documentación está sometida a procesos continuos de deterioro, la misma es legible y posee un estado de conservación aceptable. El factor anterior está determinado a partir de la fecha de la creación de los documentos, pues la mayoría fueron creados en las últimas dos décadas cuando los profesores jubilados pueden incorporarse nuevamente a la docencia y por tanto se elaboran nuevos expedientes laborales, siendo continuidad de los anteriores.

Esta situación puede variar en un período de 10 a 15 años aproximadamente debido a las condiciones físicas y ambientales del depósito. Estos factores combinados con la mala manipulación pueden provocar el deterioro acelerado de la documentación,



la cual debe conservarse lo más integralmente posible. La tinta que se emplea para la confección y actualización de la documentación es sintética o comercial con muy baja calidad por los altos valores de PH. Los materiales con que se elaboraron los expedientes laborales son el cartón de escritorio, cartón duro y papel de diferente tipo, entre ellos el papel gaceta de pésima calidad por la acidez que contiene.

### **Plan de medidas de conservación preventiva para las colecciones documentales que se almacenan en el área de PTP de la DRH de la UCLV**

Luego de haber diagnosticado el estado en que se encuentra el área de PTP y las colecciones que almacena, se propone un plan de medidas preventivas con el objetivo de preservar las colecciones y minimizar el deterioro que pueda generarse. Estas medidas se adecúan a las características del local y de las tipologías documentales que en este se encuentran.

1. Acondicionar el local para las funciones que realiza el área de PTP. Se deberá demoler la meseta, esto garantizará mayor aprovechamiento del espacio para estantería y trabajo, eliminación de la tubería de agua y mejores condiciones para los trabajadores y personas que acuden al local.
2. Ampliar el local o trasladarse a otro de mayor amplitud, el hacinamiento es uno de los factores que actualmente contribuye al mal estado de conservación de las colecciones.
3. Establecer como mínimo dos días al mes para la limpieza de los fondos.
4. Establecer tres días a la semana para la limpieza del local.
5. Digitalizar los fondos con alto grado de deterioro y que constituya de alto valor para la universidad para garantizar que no se pierda el contenido de estos. De esta forma se evitaría la manipulación innecesaria y por tanto la perdurabilidad de las fuentes originales. Los documentos propuestos para digitalizar deberán ser de profesores que hayan sido reconocidos a nivel nacional e internacional por su labor educativa o científica, además de otros trabajadores que por su actividad (cultural, política, educativa, científica,



etc.) resulta relevante para la historia de la universidad la conservación de su expediente.

6. Se recomienda mantener una temperatura dentro del local estable y no exceder los 30 grados centígrados. Se debe garantizar que no se produzcan fluctuaciones de temperatura. Se deberá reparar el sistema eléctrico del edificio o mantener el aire acondicionado permanentemente apagado.
7. Se recomienda la adquisición de equipos controladores de clima como: deshumificador y psicrómetro. Es necesaria la adquisición de un deshumificador debido a que la humedad relativa no debe exceder el 60% en el local y existe ventilación artificial.
8. Establecer un sistema de revisión de fuentes documentales con periodicidad mensual y con muestras diferentes, para identificar posibles afectaciones a los documentos por factores biológicos. En caso de infección se recomienda aislar el(los) documento(s) y establecer un período de cuarentena, evitando la contaminación de otros documentos e identificar el tipo de agente biológico para combatirlo.
9. No ingerir alimentos en el archivo, los restos de comida atraen gran variedad de insectos, roedores y microorganismos.
10. Evitar la cocción de alimentos, la limpieza de objetos de cocina y el almacenamiento de agua en el archivo. Se deberán sacar del local los objetos ajenos al trabajo que se realiza.
11. Establecer un sistema de vigilancia para detectar posibles afectaciones de microorganismos que puedan provocar daños a la documentación.
12. Evitar ralladuras en los documentos, el especialista deberá velar por la integridad de la fuente documental y exigir el cumplimiento de las normas para el acceso y consulta a la documentación. Las tintas metaloácidas, sintéticas o comerciales son fácilmente degradables, de igual forma la documentación debe conservarse lo más íntegra posible.
13. Se propone un cambio de mobiliario para almacenar la documentación por una estantería metálica. La estantería de madera es menos duradera y atrae



insectos. La estantería metálica por adquirir deberá estar separada 25 cm de la pared y 50 cm del suelo, deberá estar recubierta con un barniz protector con PH neutro.

14. Limpiar los documentos en seco, utilizando paños de satín evitando que se adhieran partículas de tejido; de igual forma se deberán utilizar cepillos de cuerdas suaves, siempre en dirección al piso para que el polvo vaya hacia abajo. De ser posible se propone la limpieza con una aspiradora para evitar que los residuos caigan al suelo propiciando el menor movimiento de las partículas.
15. Garantizar la fumigación con los productos idóneos, basado en el material de los fondos y las condiciones ambientales que se presentan en Cuba como país tropical, lo cual constituye un factor determinante para la eliminación de insectos y roedores.
16. Evitar el contacto con otras superficies y el exceso de manipulación. Se deberán realizar las herramientas requeridas para el almacenamiento de la documentación archivística como cuadros de clasificación, plazos de transferencia y guías de archivo.
17. Impartir talleres para que todos los trabajadores tengan conocimiento de las características de las de fuentes de información que atesoran, la relevancia de la conservación y su influencia para la preservación de la historia y la identidad local y nacional. Además, los talleres deben abarcar la gestión documental y la organización de archivos para garantizar que la documentación se almacene de forma correcta.
18. Realizar un plan contra catástrofes naturales y provocadas, estableciendo una revisión de este de forma semestral y solicitando los accesorios necesarios para la protección y evacuación de la documentación.
19. Se propone la confección de una política de acceso a los documentos de la colección, la misma deberá contener los requisitos mínimos para la consulta de fuentes originales en correspondencia con el estado de conservación de la fuente y el objetivo de su consulta.



20. Evitar que la documentación este cerca de fuentes de calor.
21. Evitar el contacto directo de las fuentes con la luz solar, el efecto de la luz es acumulativo y los rayos ultravioletas favorecen la acidez y los cambios químicos del PH en los documentos compuesto por materiales orgánicos.
22. Evitar el uso de pegamentos de cola animal y con PH ácido.
23. Evitar poner sustancias adhesivas y escribir con plumones o tinta la superficie de la documentación, además del daño a la fuente se puede ocasionar una reacción química.
24. Mantener el aire acondicionado todo el tiempo encendido o apagarlo, las fluctuaciones de temperatura a largo plazo pueden provocar el deterioro de la documentación.
25. Ofrecer y promover el empleo de accesorios que protejan la salud de los usuarios y especialistas que acceden a la colección.
26. Comprobar el estado del documento antes y después de la consulta.

#### **4 CONCLUSIONES**

La conservación preventiva de documentos posibilita el mantenimiento de las colecciones y alargar su vida útil. Las colecciones de documentos administrativos son prueba de la actividad institucional, en dependencia del valor y origen de la documentación la misma pueden constituir patrimonio de la nación, la conservación de estos documentos garantiza que se conserve la identidad e historia nacional.

El diagnóstico del nivel de conservación de los documentos que se almacenan en el área de Profesor a Tiempo Parcial del área de la DRH de la UCLV arroja que el estado de la conservación de las colecciones objeto del análisis es regular, aunque se identifican factores de deterioro que a mediano y largo plazo pueden provocar la inutilidad de los documentos. Se propone un plan de medidas preventivas para las colecciones de documentos analizadas que parten del diagnóstico de conservación que se realiza y de los tipos de afectaciones identificados.



## REFERÊNCIAS

- ANDAUR, G.; DÍAZ, P.; PEREIRA, K. **Procedimiento para la elaboración del cuadro de clasificación.** Santiago de Chile: Archivo Nacional de Chile, 2019.
- CABEZAS, C. Transparencia activa: Gestión de documentos electrónicos y datos en Chile. **Serie Bibliotecología y Gestión de Información**, v.93, n.2, p.1-18, 2018.
- CASTILLO, J.; RAVELO, G. El proceso de valoración documental a la luz de los actuales debates archivísticos. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v.40, n.3, p.273-283, 2017. <https://doi.org/10.17533/udea.rib.v40n3a07>
- INSTITUTO DE HISTORIA DE CUBA. **Programa Diagnos y Fotodiagnos para el registro de la conservación documental en archivos y bibliotecas.** La Habana: Instituto de Historia de Cuba, 2008.
- LEÓN, H. **Conservación preventiva de documentos.** La Habana: Editorial Félix Varela, 2006.
- PAZ, L.E.; JALIL, N.J.; MENDOZA, M.E.; DELGADO, L.A.; ZAMBRANO, J. M.; GUERRERO, G.R. **Conservación preventiva de documentos en archivos y bibliotecas. Experiencias, metodologías y políticas.** Santa Clara: Editorial Feijóo, 2020.
- PAZ, L.H.; SOL LORENZO, B. de. Conservación preventiva de documentos fotográficos con valor patrimonial. **Métodos de información**, v.8, n.14, p.89-109, 2017. <http://dx.doi.org/10.5557/IIMEI8-N14-089109>
- PAZ, L.H; HERNÁNDEZ, E.A. Conservación de soportes con grabaciones digitales por medio de la tecnología óptica. **Ciencias Holguín**, v.2, n. 2015, p.1-14, 2015.
- RODRÍGUEZ, P. Factores para la preservación digital sustentable de archivos sonoros. **Bibliotecas**, v.36, n.2, p.48-62, 2018.
- ROSE, C. La Conservación Preventiva como Herramienta. Disponible en: <http://www.ala.archivos.org/revista/wpcontent/uploads/sites/-3/2013/05/Milagros-Vaillant-Callol-Publicar-190413.pdf>. Acceso en: 21 oct. 2021.
- SOUR, L. Gobierno electrónico y corrupción en México (2005-2010). **Innovar**, v.27, n.66, p.123-136, 2017.
- VALENCIA, F.; OROZCO, M. Metodología para la implementación de un Sistema de Gestión de Seguridad de la Información basado en la familia de normas ISO/IEC 27000. **RISTI**, v.22, n.6, p.73-88, 2017.
- VILLACIS, E.P. Definición de un sistema de gestión documental en la Universidad de Milagro. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v.2, n.1, p.35-48, 2018.

---

## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International.



## A FOTOGRAFIA NA OBRA E ACERVO DO DIRETOR DE CINEMA STANLEY KUBRICK

*The photography in the work and archives of film director Stanley Kubrick*

Mônica Tenaglia<sup>1</sup> 

### RESUMO

Considerado uma das grandes referências do cinema e conhecido por sua natureza metódica e pelo alto nível de controle artístico, Stanley Kubrick começou sua carreira como fotógrafo e, enquanto diretor de cinema, produziu filmes inovadores que versam sobre diferentes temáticas. O objetivo do artigo é apresentar o papel da fotografia na obra de Kubrick à luz da sua carreira como fotógrafo e da presença da fotografia no seu acervo pessoal. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se utiliza de pesquisa biográfica sobre Kubrick e análise documental. Como resultados, observa-se que as fotografias foram utilizadas como instrumentos facilitadores na produção dos filmes de Kubrick, majoritariamente importantes nas fases de pré-produção e produção fílmica, e, através da compreensão das formas como elas foram utilizadas, é possível estabelecer a evolução de algumas técnicas utilizadas no cinema e compreender as formas de trabalho e relações pessoais e profissionais do diretor. Além disso, observa-se que o acervo de Kubrick e as fotografias se constituem como importantes fontes históricas que evidenciam o período em que foram produzidos, contribuindo para pesquisas e reflexões sobre temas diversos para além da vida e obra de Kubrick.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivos pessoais. Fotografia. Cinema. Stanley Kubrick.

### ABSTRACT

Considered one of the greatest references in cinema and known for his meticulous nature and high level of artistic control, Stanley Kubrick began his career as a photographer and, as a film director, produced innovative films that deal with different themes. The purpose of this article is to present the role of photography in Kubrick's work in the light of his career as a photographer and the presence of photography in his personal archives. This is qualitative research that uses a biographical research on Kubrick and analysis of the archives. From this perspective, it is observed that the photographs were used as facilitating

---

<sup>1</sup> Professora do Curso de Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: monicatenaglia@ufpa.br



instruments in the production of Kubrick's films, mostly important in the pre-production and film production phases and, through understanding the ways in which they were used, it is possible to establish the evolution of some techniques used in cinema and understand the director's ways of working and personal and professional relationships. Furthermore, it is observed that photographs constitute important historical sources about the period in which they were produced or sought to be reproduced in films, contributing to research and debates on various topics beyond Kubrick's life and work.

**KEYWORDS:** Personal archives. Photograph. Cinema. Stanley Kubrick.

## 1 INTRODUÇÃO

Stanley Kubrick (1928-1999) é considerado um dos grandes diretores do cinema do século XX, responsável por grandes obras-primas que fizeram história pelas inovações cinematográficas e pelos temas polêmicos abordados em seus filmes.

O diretor também é lembrado pela sua natureza meticulosa e por possuir um alto nível de controle artístico, se envolvendo em todos os aspectos da produção fílmica. Ao longo dos anos, Kubrick adquiriu fama de metódico e sistemático, passando a ser visto em público cada vez menos, especialmente nos últimos anos de sua vida.

A fotografia entrou na vida do diretor quando ainda muito jovem, ao ganhar, na adolescência, uma máquina fotográfica de seu pai. Esse evento o incentivou à carreira de fotógrafo e, seus trabalhos, especialmente realizados para a revista norte-americana *Look* (1937-1971), o levaram à produção de seus primeiros documentários. Posteriormente, ao tornar-se diretor de cinema, Kubrick utilizou a fotografia como instrumento facilitador na realização de suas obras.

Durante sua longa carreira, Kubrick acumulou um extenso arquivo pessoal resultante dos processos de produção de seus filmes e atuação profissional. Após sua morte, em 1999, o acervo foi doado ao centro de documentação de uma universidade britânica e está disponível ao público.

O arquivo de Kubrick evidencia os processos de produção dos filmes, as ideias iniciais para a elaboração dos roteiros, as pesquisas da fase de pré-produção fílmica, as filmagens e as atividades desenvolvidas após as gravações, como edição, lançamento, recepção e repercussão dos filmes em diferentes países. Todas essas atividades foram



registradas em documentos que compõem um acervo de, originalmente, 1.000 caixas-arquivo, das quais 30% delas são constituídas de fotografias de bastidores e de publicidade, de pesquisas para a localização das filmagens, cenários e adereços e para continuidade.

Destaca-se que o arquivo pessoal de Kubrick se constitui como uma importante fonte de pesquisa e informação que registra o período e as formas em que foi produzido, possibilitando a reflexão sobre o contexto de produção desses documentos e produzindo novas fontes de informação sobre temas que perpassam as atividades que geraram essa documentação.

O objetivo do artigo é analisar o papel da fotografia na obra de Kubrick à luz do seu acervo que está depositado no *Archives and Special Collections Centre*, da *University of the Arts London (UAL)*<sup>2</sup>, em Londres. Como procedimentos metodológicos, foi realizada uma pesquisa biográfica sobre Kubrick e análise do acervo, com base na perspectiva da autora que trabalhou como arquivista no centro de documentação da UAL.

Inicialmente, será apresentada a biografia de Kubrick a partir da sua carreira como fotógrafo e, posteriormente, diretor de cinema, relacionando a sua vida e obra com a produção de fotografias e de seu acervo pessoal. Em seguida, serão apresentados alguns aspectos da constituição do acervo de Kubrick, a presença das fotografias e as diferentes maneiras em que elas foram utilizadas como recurso facilitador para a realização dos filmes do diretor.

## **2 DO FOTÓGRAFO ADOLESCENTE AO DIRETOR DE CINEMA**

Filho de imigrantes judeus, Stanley Kubrick nasceu em Nova York, em 1928. Durante a infância e adolescência, tinha pouco interesse pela escola e seu pai buscou alternativas que atraíssem a atenção do filho. O xadrez foi apresentado a Kubrick ainda na adolescência que, posteriormente, tornou-se inspiração artística para alguns de seus

---

<sup>2</sup> A UAL é uma universidade pública britânica constituída por seis campus e voltada ao ensino de artes, design e moda. Informações disponíveis em: <<https://www.arts.ac.uk/>>. Acesso em: 5 jul. 2023.



filmes, servindo, ainda, de importante instrumento de aproximação do diretor com seus atores. Nos anos 1950, ainda jovem, Kubrick jogava xadrez por dinheiro no *Marshall Chess Club*, próximo a *Washington Square*, em Nova York. Ao tornar-se diretor de cinema, utilizou o xadrez como parte do enredo de seus filmes ou entretenimento durante as filmagens. A título de exemplo, lembramos da cena no Clube de Xadrez, em *The Killing* [O Grande Golpe] (1956); a partida de xadrez entre o astronauta Frank Poole com o computador HAL, em *2001: A Space Odyssey* [2001: Uma Odisseia no Espaço] (1968); e as cenas de jogos de xadrez em *Barry Lyndon* (1975). São, ainda, famosas, as fotos de bastidores das partidas de xadrez entre Kubrick e George C. Scott durante as filmagens de *Dr Strangelove Love or: How I Learned to Stop Worrying and Love the Bomb* [Doutor Fantástico] (1964).

O pai de Kubrick também foi responsável por aproximá-lo da fotografia ao dar-lhe, aos 13 anos, uma câmera Graflex. Essa experiência levou-o a se tornar o fotógrafo oficial de seu colégio, a *William Howard Taft High School*, no bairro de Bronx, em Nova York, onde cresceu.

“Sempre com a câmera no pescoço” (Lobrutto, 1998, p. 18), Kubrick viu a possibilidade de uma interessante captura de imagem ao perceber, próximo à notícia sobre a morte do presidente norte-americano Franklin Roosevelt (1882-1945), um vendedor de uma banca de jornal. Exercitando sua capacidade de criar cenas peculiares, pediu ao jornalista que fizesse um triste semblante ao lado da notícia. Conseguiu vender a foto à revista *Look*, publicada na edição de 26 de junho de 1945, e rendendo-lhe seu primeiro emprego de fotógrafo na revista, onde trabalhou entre 1947 e 1950<sup>3</sup>.

Durante esse período, Kubrick fez mais de 300 trabalhos para a revista *Look*, entre os quais cobriu a história do boxeador Walter Cartier (1922-1995) e que foi publicado sob o título de *Prizefighter*, na edição de 18 de janeiro de 1949. Acompanhando um dia da vida do boxeador, às vésperas de uma grande luta, Kubrick compôs, com perfeição, cenas de Cartier ao acordar, em seu apartamento com o irmão gêmeo que também era

---

<sup>3</sup> Esse tipo de fotografia é atualmente denominada “fotografia documental”, produzida para revistas como a *Look* e a *Life* que utilizavam a fotografia como uma “autêntica arma de transmissão da informação”, e que deu origem à figura do fotógrafo/documentarista (OLIVEIRA, 1999, p. 66).



seu agente, pesando-se, consultando-se com o seu treinador, encontrando-se com a namorada e, finalmente, participando e vencendo uma luta através de um nocaute.

Dentre os trabalhos iniciais da carreira de Kubrick, *Prizefighter* é considerado um dos mais ambiciosos (Braxter, 1997) e que determinou o momento em que o jovem fotógrafo emergiu como fotojornalista (Lobrutto, 1998). Ademais, o crítico de cinema Andrew Pulver (2008), em ensaio publicado no jornal britânico *The Guardian*, escreveu: “Mesmo sabendo que o fotógrafo seria alguém especial, as fotos de *Prizefighter* são estupendas: é o ponto em que Caravaggio encontra *Film Noir*” (PULVER, 2008, n.p., tradução nossa)<sup>4</sup>.

Em entrevista reproduzida no livro de LoBrutto (1998), ao jornalista Michel Ciment, no lançamento de *A Clockwork Orange* [Laranja Mecânica] (1971), Kubrick comentou sobre a sua experiência na revista e a relevância daquele trabalho à sua carreira como diretor de cinema:

O tema dos trabalhos na *Look* era geralmente bastante medíocre. Ocasionalmente, tive a chance de fazer uma história interessante sobre alguma personalidade [...]. A fotografia certamente me deu o primeiro passo para o cinema. Para fazer um filme inteiramente sozinho, o que fiz inicialmente, você não precisa saber muito sobre tudo, mas precisa saber sobre fotografia (Lobrutto, 1998, p. 52, tradução nossa).

Nesse sentido, dois anos depois, o ensaio *Prizefighter*, publicado na revista *Look*, e o interesse de Kubrick pelo boxe, inspirou o jovem diretor a fazer seu primeiro documentário, intitulado *Day of the Fight* (1951), realizado juntamente com seu amigo de colégio, Alexander Singer. Da mesma forma, Kubrick acompanhou as 24 horas anteriores a uma luta de Cartier, utilizando as técnicas de *Prizefighter* referentes à dramaticidade das composições, o suspense e o apogeu resultante numa grande luta final, conforme observamos no suspense lançado pela narrativa inicial do documentário:

---

<sup>4</sup> Em 1971, a revista *Look* encerrou suas atividades e seu acervo de fotos foi doado à Library of Congress (LOC) e ao Museum of the City of New York (MCNY). Os negativos e as fotografias de Kubrick, feitos para a revista, estão custodiadas nas duas instituições. Para a foto do vendedor de jornais próximo à notícia da morte do presidente Roosevelt, ver o catálogo da LOC:

<<https://www.loc.gov/pictures/item/2014646473/>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

Para as fotos e os negativos do ensaio *Prizefighter*, ver o catálogo da MCNY:

<<https://collections.mcny.org/CS.aspx?VP3=SearchResult&VBID=24UP1GMR6KGB3&SMLS=1&RW=1280&RH=610>>. Acesso em 5 jul. 2023.



“Essa é a história de uma luta e de um lutador. Walter Cartier. Hoje é a luta. Esta noite, às 10 horas, será um dos momentos que justificam sua vida difícil” (KUBRICK, 1951, tradução nossa). O que difere o documentário *Day of the Fight* do ensaio *Prizefighter* é a forma mais profunda e elaborada que Kubrick desenvolve nas cenas do documentário.

Sobre a experiência de trabalhar com Kubrick, Cartier descreveu uma característica que o jovem diretor viria a desenvolver com intensidade, posteriormente: “Stanley chega preparado como um lutador para uma grande luta, sabe exatamente o que está fazendo, para onde vai e o que quer alcançar” (Lobrutto, 1998, p. 54, tradução nossa).

O interesse pelo boxe foi ainda tema de um dos primeiros longas-metragens de Kubrick, intitulado *The Killer's Kiss* [A Morte Passou por Perto], lançado em 1955, e que evidencia as técnicas utilizadas pelo diretor e fotógrafo, iniciadas nos trabalhos para a revista *Look*.

Todavia, antes de realizar o filme *The Killer's Kiss*, Kubrick produziu o documentário *Flying Padre* (1952), alguns curtas-metragens comissionados, como *The Seafarers* (1953) - seu primeiro filme colorido - e o seu primeiro longa-metragem, intitulado *Fear and Desire* [Medo e Desejo] (1953). Esse último foi produzido com uma equipe reduzida, financiado, principalmente, pelo seu tio Martin Perveler, cujo roteiro foi elaborado por outro amigo do colégio, Howard Sackler. Kubrick esteve envolvido em todas as fases da produção: controlou a fotografia e a edição, bem como a direção. A fim de economizar, o som e a trilha sonora foram adicionados após as filmagens, o que ocasionou em mais gastos e um resultado que não agradou a Kubrick. Embora tenha recebido uma série de boas críticas, Kubrick, posteriormente, retirou o filme de circulação, embora, ainda hoje, seja possível encontrar cópias do filme.

Nos anos seguintes, além de *The Killer's Kiss*, Kubrick produziu *The Killing* [O Grande Golpe] (1956), *Paths of Glory* [Glória Feita de Sangue] (1957) e *Spartacus* (1960). Nesse último, aprendeu sobre a importância de ter autonomia sobre seus filmes, uma vez que assumiu a direção de *Spartacus* com as filmagens em andamento, após a demissão do diretor Anthony Mann. Relembrando a experiência, Kubrick relatou: “*Spartacus* foi o único filme que eu não tive total controle. [...] Minha experiência prova que, se não for



estipulado explicitamente no contrato que suas decisões serão respeitadas, há uma chance muito grande de elas não serem” (Lobrutto, 1998, p. 193, tradução nossa).

Após *Spartacus*, Kubrick produziu *Lolita* (1962). O filme foi baseado no romance de Vladimir Nabokov (1899-1977) que também escreveu o roteiro da produção. Kubrick decidiu produzir o filme inteiramente na Inglaterra, a fim de se beneficiar do Plano Eady (1957-1985), criado para estimular a indústria cinematográfica britânica. Daí em diante, todos os filmes de Kubrick foram produzidos no Reino Unido e, a partir de *Dr Strangelove Love or: How I Learned to Stop Worrying and Love the Bomb* [Doutor Fantástico] (1964), baseado no livro *Red Alert*, de Peter George (1924-1966), cujo roteiro foi escrito por Kubrick, o diretor fez da Inglaterra sua residência permanente.

Em 1968, o diretor lançou *2001: A Space Odyssey* [2001: Uma Odisseia no Espaço], em parceria com o importante escritor de ficção científica Arthur C. Clarke (1917-2008), seguido pelo filme *A Clockwork Orange* [Laranja Mecânica] (1971), baseado na obra de Anthony Burgess (1917-1993), e *Barry Lyndon* (1975), inspirado no romance de William Thackeray (1811-1863).

Na década de 1980, Kubrick produziu apenas dois filmes: *The Shining* [O Iluminado] (1980), baseado na obra do famoso escritor de suspense Stephen King (1947 - ) e *Full Metal Jacket* [Nascido para Matar] (1987), baseado no livro *The Short-Timers*, de Gustav Hasford (1947-1993).

Em 1999, foi lançado o último filme de Kubrick, *Eyes Wide Shut* [De Olhos Bem Fechados], baseado na obra *Traumnovelle*, de Arthur Schnitzler (1862-1931), e finalizado seis dias antes da morte do diretor.

Ao longo de sua extensa carreira, Kubrick produziu 13 filmes e vislumbrou inúmeros projetos que, por diversas razões, não foram finalizados. Trabalhou até a fase de pré-produção de *Napoleon* (desenvolvido na década de 1970, após *2001: A Space Odyssey*) e *Aryan Papers* (durante a década de 1990), e formulou, juntamente com o escritor Brian Aldiss (1925-2017), a ideia inicial de *A.I. Artificial Intelligence*, posteriormente produzido e lançado por Steven Spielberg (1946- ), em 2001.

Detalhista e minucioso, atento e envolvido em todos os aspectos da produção fílmica - inclusive com as atividades desenvolvidas após o lançamento dos filmes -



Kubrick acumulou um extenso acervo, especialmente após a mudança da família para a mansão na propriedade Childwickbury, no condado de Hertfordshire, na Inglaterra.

Após a morte do diretor, em 1999, o arquivo de Kubrick permaneceu praticamente intocado. Ocupou cômodos inteiros da mansão do diretor interno e externamente. A família não sabia o que fazer com todo aquele material, mas alguns eventos que se seguiram contribuíram para que começasse a suspeitar sobre o interesse público no acervo. Entre esses eventos, destacam-se os pedidos de acesso ao arquivo para as seguintes realizações: a exposição itinerante sobre Kubrick, organizada pelo *Deutsches Filmmuseum*, em Frankfurt, na Alemanha, a partir de 2004<sup>5</sup>; as publicações da editora Taschen, intituladas *Stanley Kubrick Archives* (2008) e *Stanley Kubrick's Napoleon: the greatest movie never made* (2009), iniciadas em 2004; e o documentário *Stanley Kubrick's boxes* (2008), do jornalista Jon Ronson, a partir do acesso ao arquivo, em 2001<sup>6</sup>.

Nesse sentido, a família do diretor passou a buscar um local apropriado para a custódia do acervo. A UAL, que no mesmo período, planejava construir um novo centro de documentação, teve proposta vencedora entre outras instituições, e começou a preparar-se para receber o extenso arquivo de Kubrick e as outras coleções e arquivos que estavam dispersos pela universidade<sup>7</sup>. Em 2007, o centro de documentação foi inaugurado a fim de “apoiar o ensino, a aprendizagem e a pesquisa numa ampla variedade de disciplinas” (University OF The Arts London, 2014, p. 7, tradução nossa).

### 3 UM PANORAMA DO ACERVO DE KUBRICK NA UAL

Segundo Lobrutto (1998, p. 32, tradução nossa), “a carreira de Stanley Kubrick, como diretor de cinema, começa com duas forças convergentes - seu amor, desde cedo,

---

<sup>5</sup> A exposição percorreu mais de 20 países, incluindo o Brasil, onde ficou em cartaz no Museu da Imagem e do Som (MIS), em São Paulo, entre 2013 e 2014. Mais informações em: <<https://www.dff.film/en/ausstellung/on-tour-stanley-kubrick/>> e < <https://www.itaucultural.org.br/mis-dedica-mostra-ao-cineasta-stanley-kubrick> >. Acesso em: 5 jul. 2023.

<sup>6</sup> Informações disponíveis em: <<https://www.imdb.com/title/tt1263704/>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

<sup>7</sup> Além do arquivo de Kubrick, o centro de documentação possui 35 coleções e acervos privados relacionados, majoritariamente, ao cinema, design gráfico e jornalismo. Entre eles, destacam-se os arquivos dos cineastas John Schlesinger (1926-2003) e Thorold Dickinson (1903-1984), do designer Tom Eckersley (1914-1997) e do fotojornalista Phillip Knightley (1929-2016).



pelo cinema e seu trabalho como fotógrafo profissional". As relações estabelecidas por Kubrick, no âmbito de sua vida e suas atividades como cineasta, incluindo a fotografia, estão evidenciadas em seu extenso acervo pessoal.

Os arquivos pessoais são essencialmente instrumentais e "possuem a capacidade de refletir as diferentes atividades de que participam" (Camargo, 2009, p. 37). Constituídos em decorrência das necessidades e vontades de seus produtores, os arquivos pessoais, diferentemente dos arquivos organizacionais, não estão sujeitos a exigências jurídicas ou administrativas. Por essa razão, são os seus titulares quem decidem o que deve ser preservado ou eliminado e como os arquivos devem - ou não - serem organizados.

Produzidos e acumulados em diferentes conjunturas, nem sempre é possível estabelecer o contexto de produção dos arquivos pessoais, restando "sempre uma margem considerável de indeterminação quanto ao que ficou guardado por apego, propósito ou acaso" (Nedel, 2013, p. 140). Todavia, é essencial buscar identificar as relações lógicas entre esses registros e criar as conexões que dão sentido ao conjunto de documentos (Meehan, 2018, p. 317).

Segundo Hobbs (2017, p. 322), é fundamental compreender a intenção do criador do arquivo para obter um sentido "mais completo e holístico de como e por que se criam e preservam documentos". No caso de Kubrick, a intenção de anotar e registrar informações relacionava-se ao propósito de facilitar as suas relações de trabalho e a execução de ideias e tarefas, conforme mencionado em entrevista ao jornalista Gene Siskel, em 1972: "Significa buscar uma maneira eficiente de lembrar o que pediu para as pessoas fazerem e em que situação a tarefa está. Acho que os sistemas de arquivamento, cadernos e memorandos são a única maneira de fazê-lo" (Kubrick, 1972, n.p., tradução nossa).

Um aspecto interessante a ser observado no acervo de Kubrick é que o diretor não somente se preocupava com os registros e formas de arquivamento das informações para facilitar a comunicação no âmbito de suas relações profissionais e pessoais, mas também se preocupava com o acondicionamento desses materiais. No documentário já mencionado, *Stanley Kubrick's boxes* (2008), o assistente de longa data de Kubrick, Tony



Frewin, explica que o diretor, insatisfeito com as caixas-arquivo disponíveis no mercado, encomendou, a um fabricante, 400 caixas sob medidas específicas para guardar o seu acervo.

Constituído por aproximadamente 800 metros lineares de caixas-arquivo, o acervo de Kubrick<sup>8</sup> contém documentos referentes a toda carreira do diretor, incluindo o período em que iniciou as atividades na revista *Look* à produção de *Eyes Wide Shut*. O material referente aos seus filmes inclui documentos pertinentes a todo o processo de produção cinematográfica, abrangendo a adaptação de roteiros, pré-produção, produção, pós-produção, distribuição e marketing à exibição e recepção dos filmes, através de recortes de jornais e cartas de fãs. O acervo também contém documentos *post-mortem* pois a família de Kubrick preservou a documentação sobre o lançamento e recepção de *Eyes Wide Shut*, ocorridos após a morte do diretor. Além disso, há materiais decorrentes de projetos não realizados, como *Aryan Papers*, *Napoleon* e *A.I. Artificial Intelligence*.

O arquivo de Kubrick foi organizado cronologicamente de acordo com os filmes do diretor. Também foram criadas séries documentais relativas ao trabalho de Kubrick na revista *Look*, aos seus curtas-metragens, aos projetos não finalizados, e aos documentários da filha de Kubrick, Vivian, sobre *The Shining* e *Full Metal Jacket*, além da série documental "*General business and personal materials*" que, em grandes linhas, acomoda os materiais que não se referem aos filmes ou às categorias anteriores. O acervo também contém muitos livros, especialmente, sobre o Holocausto e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e foram catalogados no sistema central da biblioteca da UAL.

A ordem original dos documentos foi mantida e os materiais referentes a cada filme foram organizados de acordo com as etapas de produção fílmica, ou seja, desenvolvimento, pré-produção, produção, pós-produção, distribuição e marketing. Dessa forma, foi possível preservar as relações entre os documentos e as atividades que os geraram.

---

<sup>8</sup> O acervo de Kubrick possui um catálogo online. Ver: <<https://www.arts.ac.uk/students/library-services/special-collections-and-archives/archives-and-special-collections-centre/the-stanley-kubrick-archive>>. Acesso em: 5 jul. 2023.



Na subsérie “desenvolvimento”, que contém notas iniciais sobre o romance de origem até os roteiros finais, encontram-se interessantes ideias que não foram incorporadas à versão final dos filmes. Por exemplo, na documentação sobre *2001: A Space Odyssey*, há um roteiro de Kubrick e Arthur C. Clarke no qual o computador central da nave Discovery chama-se Athena (e não, HAL)<sup>9</sup>. Em outro roteiro, com acréscimos a certas cenas, estão incluídos diálogos para um “Outro HAL” que conversa com o protagonista do filme, o astronauta Dave Bowman<sup>10</sup>.

A subsérie “pré-produção” compõe grande parte do acervo de Kubrick e justifica o aspecto meticuloso do diretor que pesquisava extensivamente o assunto e os elementos constituintes dos filmes. Além de documentação sobre a escolha do elenco, há uma extensa quantidade de materiais de pesquisa para os efeitos visuais, figurinos, adereços e, principalmente, para a localização das filmagens.

No âmbito das subséries sobre a fase de produção, estão incluídos documentos sobre o dia a dia das filmagens, locais e a continuidade das gravações. É nessa subsérie que se encontram os adereços, incluindo alguns criados para um final alternativo. Nos materiais referentes a *Full Metal Jacket*, por exemplo, há uma cabeça de cera decapitada que seria usada pelo protagonista *Animal Mother* para decepar o atirador vietcongue, e cuja cena filmada foi retirada da versão final do filme<sup>11</sup>. Destaca-se que grande parte do conjunto de adereços e figurinos dos filmes de Kubrick encontra-se na exposição itinerante do *Deutsches Filmmuseum*.

As subséries sobre pós-produção, distribuição e marketing demonstram o total envolvimento de Kubrick com todos os processos pós-filmagem, incluindo sua participação na edição das imagens e som, e o acompanhamento na distribuição dos filmes, elaboração das propagandas e anúncios, e tradução das versões estrangeiras. O acervo também possui recortes de jornal sobre a recepção dos filmes em diversos países - incluindo o Brasil - e organizados, como originalmente, em ordem cronológica e temática. No caso de *A Clockwork Orange*, existem, ainda, documentos sobre a recepção

<sup>9</sup> Stanley Kubrick Archive, University of the Arts London, SK/12/1/2/1.

<sup>10</sup> Stanley Kubrick Archive, University of the Arts London, SK/12/1/2/4.

<sup>11</sup> Stanley Kubrick Archive, University of the Arts London, SK/16/3/2/8.



e críticas ao filme no Reino Unido, e a decisão de Kubrick de retirar o filme de circulação naquele país após ameaças à sua família.

Finalmente, destaca-se a subsérie "*Indexed Papers and Letters*", organizadas por Kubrick em ordem alfabética e que inclui correspondência diversa, inclusive, enviada por fãs.

É interessante notar a quase ausência de material audiovisual no acervo de Kubrick. Segundo informou a família aos arquivistas do centro de documentação, o diretor determinava que o material audiovisual fosse destruído logo após a edição de cada filme, a fim de que não fosse, em situação posterior, reutilizado ou reeditado sem o consentimento do diretor. Os únicos materiais audiovisuais existentes no acervo referem-se aos rolos de filmes e registros sonoros utilizados na realização dos documentários de Vivian Kubrick, e alguns rolos de filmes resultantes da produção de *Eyes Wide Shut* que, possivelmente, sobreviveram dada a morte prematura de Kubrick logo após a finalização do filme<sup>12</sup>.

Em contrapartida, grande parte do acervo do diretor é constituído por fotografias - cerca de um terço do acervo, ou melhor, em torno de 300 caixas. Essa grande quantidade aponta para a importância das fotografias nos processos de produção fílmica de Kubrick pois, majoritariamente, elas foram produzidas no âmbito das fases de pré-produção e produção dos filmes. Além disso, grande parte das fotografias remetem aos últimos filmes de Kubrick, em especial, à fase de pré-produção de *Eyes Wide Shut*. Em grandes linhas, entre as fotografias, encontram-se fotos de bastidores pois Kubrick sempre empregou um fotógrafo para fazer os registros por "detrás das câmeras", além de uma extensa quantidade de fotos de pesquisa e de imagens em outros formatos, como slides coloridos, negativos e polaroides, conforme veremos a seguir.

---

<sup>12</sup> Essa situação nos remete ao que McKemmish (2013, p. 22) refere-se como "memoridício" ou "práticas de assassinato de memória", ao descrever, em situação extrema, os atos de destruição dos registros pessoais pelo seu produtor, o escritor australiano Patrick White. Segundo McKemmish, as versões finais dos livros de White eram o que ele queria que as pessoas vissem e o que realmente importavam para ele. No caso de Kubrick, imagina-se que havia a mesma intenção.



#### 4 AS FOTOGRAFIAS NO ACERVO DE KUBRICK

Mariz e Cordeiro (2022, p. 195) afirmam que vivemos “em uma época em que praticamente não existem arquivos pessoais sem fotografias”. No caso do acervo de Kubrick, essa constatação não poderia ser mais verdadeira: conforme mencionado, mais de 30% de seu acervo é composto por fotografias.

A grande quantidade de fotografias que compõem o acervo de Kubrick aponta para sua importância nos processos de produção fílmica do diretor. Nesses processos, um elemento chave na fase de pré-produção são as fotografias de pesquisa, utilizadas para selecionar a localização onde o filme seria realizado ou uma localização que inspiraria a construção dos cenários.

Richard Cox (2017, p. 149) sugere que, além de compreendermos a existência das fotografias nos arquivos pessoais, é necessário identificarmos o significado desses registros a partir das “motivações do fotógrafo, a natureza da tecnologia fotográfica usada, os objetivos da pessoa e da instituição que estão empregando a fotografia e as nossas percepções - tudo isso além da imagem bruta oferecida” (Cox, 2017, p. 149).

Embora originalmente de Nova York, Kubrick viveu numa tranquila área rural no condado de Hertfordshire, ao norte de Londres, de 1961 até sua morte, em 1999. Durante esse período, Londres serviu como fonte de inspiração e pano de fundo para algumas das cenas mais icônicas dos filmes de Kubrick, onde o diretor transformou a cidade em algo totalmente novo. Parte dessa busca por inspiração na cidade ou pela localização ideal para as filmagens foi decorrente, também, da vontade do diretor em produzir filmes o mais perto de casa possível.

Por exemplo, em *Full Metal Jacket*, produzido entre 1983 e 1987, as famosas cenas de guerra, ambientadas na cidade vietnamita Huế foram, na verdade, filmadas num antigo terreno de uma distribuidora de gás, a Beckton Gas Works, próxima a Isle of Dogs, no leste de Londres. Palmeiras foram plantadas e as placas de sinalização foram alteradas para vietnamita a fim de conseguir a transformação, conforme Figura 1:

**Figura 1** - Foto de adaptação do local para as filmagens de *Full Metal Jacket*.



Fonte: Stanley Kubrick Archive (Código de referência: SK/16/2/3/3).

Todavia, antes desse processo modificador do ambiente, foram realizadas pesquisas de localização e de adereços para a construção dos cenários. A maior parte desse material é constituído por fotografias. Também é importante lembrar que, nos anos de 1980, ainda não haviam sido criados programas de computador para edição de imagens. Por essa razão, as fotos dos locais selecionados para as filmagens foram adaptadas pela equipe do departamento de arte a fim de mostrar como aqueles locais poderiam ser montados para que se parecessem com o Vietnã: muitas fotos foram cobertas com fita adesiva transparente e foram adicionados pequenos detalhes, como palmeiras e *outdoors*. Essas fotos são impressionantes porque demonstram, além do processo de produção do filme, as formas utilizadas no cinema antes do surgimento de determinados programas de computador<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> Stanley Kubrick Archive, University of the Arts London, SK/16/2/3/3.



Destaca-se, também, o extenso conjunto de fotos produzidas na fase de pré-produção de *Eyes Wide Shut*. Produzido entre 1995 e 1999, o filme foi ambientado em Nova York, mas filmado, majoritariamente, nos estúdios Pinewood, no condado de Buckinghamshire, na Inglaterra. A ideia inicial de Kubrick era encontrar, em Londres, a localização ideal para reproduzir Nova York. Para tanto, requisitou que fossem tiradas fotos de diversos aspectos das duas cidades, especialmente, de Londres. Durante mais de um ano, o sobrinho de Kubrick, Manuel Harlan, fotografou restaurantes, bares, clínicas, lojas, ruas e apartamentos londrinos<sup>14</sup>, e revelou essas imagens em fotos 10x15cm. Todavia, a ideia de filmar no próprio local foi deixada de lado e o filme foi realizado em estúdio, apesar da extensa quantidade de tempo e materiais produzidos para o desenvolvimento da ideia preliminar. Todo o conjunto de fotos foi depositado no centro de documentação com uma ordem original, organizado alfabeticamente por ruas. Kubrick encomendou, inclusive, caixas-arquivo específicas para acomodar essas fotografias.

As fotografias também tiveram papel fundamental durante os processos de filmagem, utilizadas para testes de continuidade, por exemplo. Kubrick optava pelas formas tradicionais de fotografia durante a produção de seus filmes, à exceção de *The Shining*, realizado entre 1978 e 1980. Há fotografias de testes de continuidade e iluminação, contendo imagens do hotel Overlook e dos atores e atrizes, entre eles, Jack Nicholson, Shelley Duvall, Danny Lloyd e Scatman Crothers, em polaroides, conforme Figura 2:

---

<sup>14</sup> Stanley Kubrick Archive, University of the Arts London, SK/17/2/3.

**Figura 2** - Álbum de fotografias de continuidade de *The Shining*.



Fonte: Stanley Kubrick Archive (Código de referência: SK/15/3/1/1).

Em referência à pré-produção de *2001: A Space Odyssey*, na subsérie "*Indexed Papers and Letters*", encontram-se correspondência e fotografias relacionadas ao desenvolvimento e aplicação de ideias para a utilização de produtos no filme. Majoritariamente, são documentos produzidos pela equipe de Kubrick a empresas norte-americanas e britânicas, solicitando o empréstimo de itens já existentes no mercado ou encomendando novos projetos para auxiliar na criação de uma visão autêntica do futuro, bem como estabelecendo termos de cooperação para vínculos promocionais sobre o lançamento do filme. Nessa subsérie, encontram-se fotografias de produtos futurísticos desenvolvidos por diversas empresas, como IBM, American Express, Pan American e Parker Pen Company<sup>15</sup>.

Por fim, destacam-se as fotografias de bastidores que documentam as filmagens e que foram utilizadas, ainda, nas atividades de marketing dos filmes. Desde o início de sua

<sup>15</sup> Stanley Kubrick Archive, University of the Arts London, SK/12/8/2.



carreira como diretor de cinema, Kubrick empregou um fotógrafo para produzir as fotos “por detrás das câmeras”. Há fotografias de bastidores em todos os filmes do diretor, inclusive, durante as filmagens de *The Seafarers*<sup>16</sup> e *Fear and Desire*<sup>17</sup>. Nos materiais referentes à produção de *Dr Strangelove: or How I Learned to Stop Worrying and Love the Bomb*, por exemplo, há também as fotografias de bastidores realizadas pelo importante fotógrafo norte-americano Arthur H. Fellig (1899-1968), mais conhecido como Weegee, que visitou os locais de gravação do filme e produziu as fotos dos bastidores que também foram utilizadas para fins publicitários<sup>18</sup>.

Na perspectiva das fotografias do acervo de Kubrick, é possível compreender o papel que elas tiveram na produção cinematográfica do diretor, especialmente, como recurso facilitador nos processos de pré-produção e produção fílmica, e que foram utilizadas, também, nas atividades e produtos de marketing e promoção dos filmes. Por ter tido uma longa carreira de mais de 50 anos, é interessante notar, ainda, os diversos tipos de fotografias que existem no acervo, incluindo os polaroides e fotos de revelação rápida, criadas na década de 1990, por exemplo, demonstrando a evolução das formas de produção de fotografias.

A partir da análise das diferentes formas de utilização das fotografias nos trabalhos de Kubrick, é possível compreender alguns aspectos relacionados ao seu modo de trabalhar e às questões que lhe eram bastante importantes, como o desenvolvimento de pesquisas minuciosas sobre as possíveis localizações de filmagens ou o processo de produção dos cenários e dos adereços. Além disso, evidencia o funcionamento da indústria cinematográfica de um determinado período e as maneiras como ela se desenvolveu.

Por fim, o acervo de Kubrick, incluindo as fotografias, fomenta a reflexão, por exemplo, de temas abordados nos filmes do diretor, incluindo aqueles discutidos nesse artigo, como no caso da guerra, em *Full Metal Jacket*, ou a inteligência artificial, retratada em *2001: A Space Odyssey*. Um registro resultante de atividades desempenhadas nos

<sup>16</sup> Stanley Kubrick Archive, University of the Arts London, SK/4.

<sup>17</sup> Stanley Kubrick Archive, University of the Arts London, SK/5.

<sup>18</sup> Stanley Kubrick Archive, University of the Arts London, SK/11/10/1/6.



processos de produção dos filmes de Kubrick tornou-se uma fonte de informação e pesquisa para além da vida e obra de seu produtor.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diretor norte-americano Stanley Kubrick é considerado uma das maiores referências do cinema na atualidade. Começou sua carreira como fotógrafo, ainda adolescente e, em mais de cinco décadas de trabalho, produziu filmes inovadores que versam sobre diferentes temáticas.

Kubrick possuiu um alto nível de controle artístico e envolveu-se com todos os aspectos do processo de produção fílmica, desde a adaptação dos roteiros ao lançamento de seus filmes. Por viver grande parte de sua vida próximo aos estúdios de cinema, especialmente após mudar-se para a Inglaterra, Kubrick acumulou, em sua residência, grandes conjuntos de documentos produzidos no âmbito de seu trabalho.

Após sua morte, em 1999, a família de Kubrick permitiu a realização de projetos com o acervo, entre eles, a publicação de livros, documentários e sua exibição em uma exposição itinerante que percorreu diversos países.

Em 2007, o extenso arquivo de Kubrick, constituído por aproximadamente 1.000 caixas de documentos diversos, foi depositado no centro de documentação da UAL. Entre esses materiais, cerca de um terço deles é constituído por fotografias. Essa grande quantidade de fotografias aponta para sua importância nos processos de produção fílmica de Kubrick uma vez que foram produzidas, principalmente, no âmbito das fases de pré-produção e produção.

Através da análise da constituição do acervo de Kubrick e as diferentes formas em que as fotografias se apresentam nele, é possível compreender que a relação de Kubrick com a fotografia excedeu o tempo em que começou sua carreira como fotógrafo, permeando toda a sua trajetória como diretor de cinema, e utilizada como instrumento facilitador nos processos de produção fílmica. Ademais, registram a evolução da própria fotografia e de algumas técnicas utilizadas pela indústria cinematográfica.



Para além das potencialidades imediatas que o acervo de Kubrick oferece, relativas à vida e obra do diretor, é possível vislumbrar as contribuições do acervo que se constitui como fonte de informação e pesquisa sobre temas abordados nos filmes de Kubrick ou sobre os novos usos que o acervo adquiriu após ser doado ao centro de documentação da UAL.

## REFERÊNCIA

- BRAXTER, John. **Stanley Kubrick: a biography**. New York: Carroll & Graf Publishers, 1997.
- KUBRICK, Stanley. Day of the Fight. Direção: Stanley Kubrick. Produção: Stanley Kubrick. [S.l.], 1951. (16 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ge16uzVvFLU&feature=youtu.be>>. Acesso em: 5 jul. 2023.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano 45, n. 2, jul./dez. 2009, p. 26-39. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/2009-2-A02.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf). Acesso em: 12 out. 2023.
- COX, Richard. **Arquivos pessoais: um novo campo profissional**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.
- HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2017.
- KUBRICK, Stanley. **Entrevista a Gene Siskel**. Chicago, 1972 (Stanley Kubrick Archive, University of the Arts London, SK/1/2/8/6).
- LOBRUTTO, Vicent. **Stanley Kubrick: a biography**. London: Faber and Faber, 1998.
- MARIZ, Anna Carla; CORDEIRO, Rosa Inês. O contexto de produção e as fotografias nos arquivos pessoais: um estudo nos artigos de periódicos da Ciência da Informação e Arquivologia. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 194-217, set. 2021./fev. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/181428>. Acesso em: 11 out. 2023.
- MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... novas considerações. In: TRAVANCAS, I.; ROUCHOU, J.; HEYMANN, L. (org.). **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 17-43.
- MEEHAN, Jennifer. Novas considerações sobre ordem original e documentos pessoais. In: HEYMANN, L.; NEDEL, L. (org.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018, p. 305-328.
- NEDEL, Letícia. Da sala de jantar à sala de consultas: o arquivo pessoal de Getúlio Vargas nos embates da história política recente. In: TRAVANCAS, I.; ROUCHOU, J.; HEYMANN, L. (org.). **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 131-164.



OLIVEIRA, Lisbeth. Fotografia documental e início do fotojornalismo. **Comunicação & Informação**, v. 2, n. 1, 1999, p. 63-77. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/22845>. Acesso em: 12 out. 2023.

PULVER, Andrew. Stanley Kubrick's knockout friend. Publicado no The Guardian (25/03/2009). Disponível em: <<https://www.theguardian.com/film/filmblog/2009/mar/23/stanley-kubrick-walter-cartier>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

---


#### LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International.



## NOVOS LUGARES, VELHOS PROBLEMAS: MASSAS DOCUMENTAIS ACUMULADAS EM AMBIENTE DIGITAL

*New places, old problems: accumulated documentary mass in digital environment*

Raquel Torrão Valentim<sup>1</sup> 

### RESUMO

O grande volume de documentos produzidos por entidades públicas e privadas costuma ser criado e acumulado sem os critérios de políticas arquivísticas ou programas de gestão de documentos. Deste modo, os documentos não são adequadamente tratados e organizados gerando massas documentais acumuladas. Com a introdução da informática nas atividades administrativas, os documentos passaram a ser digitalizados e/ou produzidos somente em meio digital e, portanto, tem-se a migração das massas documentais acumuladas para um novo ambiente. Nesse sentido, objetiva-se compreender o que são massas documentais acumuladas de acordo com a literatura brasileira e como elas formam-se em ambiente digital. Para tanto, seguindo os parâmetros de uma pesquisa qualitativa, buscou-se o que a literatura nacional compreende como massas documentais acumuladas e as implicações de sua formação no âmbito digital. Por fim, conclui-se que, as massas documentais acumuladas em ambiente digital acarretam danos que vão desde a dificuldade de recuperar uma informação até a destruição e perda permanente dos documentos arquivísticos digitais. Ainda, contata-se que tanto para documentos analógicos quanto digitais, as políticas arquivísticas, a qualificação profissional e a gestão de documentos são fundamentais para a prevenção e o tratamento de seus acúmulos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Massas documentais acumuladas. Documentos arquivísticos digitais. Políticas arquivísticas. Gestão de documentos.

---

<sup>1</sup> Arquivista, Mestra em Ciência da Informação e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF) com bolsa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Integrante do grupo de pesquisa da Universidade Federal Fluminense CNPq Arquivos, Bibliotecas e Organização do Conhecimento. E-mail: raquel\_valentim@id.uff.br



## ABSTRACT

The large volume of records produced by public and private entities is often created and accumulated without the criteria of archival policies or records management program. In this way, records are not adequately treated and organized, generating accumulated documentary masses. With the introduction of computing in administrative activities, records started to be digitized and/or produced only in digital media, and, therefore, there is the migration of accumulated documentary masses to a new environment. In this sense, the objective is to understand what accumulated documentary masses are according to Brazilian literature and how they are created in a digital environment. To this end, following the parameters of qualitative research, we searched for what national literature understands as accumulated documentary masses and the implications of their formation in the digital scope. Finally, it is concluded that the accumulated documentary masses in a digital environment cause damages ranging from the difficulty of retrieving information to destruction and permanent loss of digital records. Still, it is noted that for both analogue and digital records, archival policies, professional qualification, and records management are fundamental for the prevention and treatment of their accumulations.

**KEYWORDS:** Accumulated masses of documents. Digital records. Archival policies. Records management.

## 1 INTRODUÇÃO

A produção desenfreada e o acúmulo de documentos de arquivo em instituições públicas, notadamente nos Estados Unidos a partir da Segunda Guerra Mundial, levou à configuração do que hoje conhecemos como massas documentais acumuladas. Esse fenômeno fez com que a Arquivologia expandisse seus horizontes para além do tratamento de documentos permanentes, atentando-se a produção documental e dando origem aos programas de gestão de documentos (*record management*).

A gestão de documentos é compreendida como um conjunto de procedimentos aplicados às primeiras idades do ciclo de vida dos documentos de arquivo (fases corrente e intermediária) a fim de controlá-los (Rodrigues, 2015). Assim, a principal preocupação da área naquele momento passou a ser a organização da documentação produzida, objetivando facilitar o acesso às informações, além de lhes propor uma destinação adequada a partir das atividades de classificação e avaliação (SCHELLENBERG, 2006).



No entanto, apesar dos avanços da área em estabelecer soluções para o tratamento das massas documentais acumuladas, no século XXI, esse ainda segue como um desafio para os profissionais de arquivo. Isso pois, com o avanço das tecnologias digitais, combinado à falta de políticas arquivísticas e de investimento em qualificação profissional em algumas instituições (Sousa, 1997), muitas vezes essas instituições desconsideram a implementação de programas de gestão de documentos.

Isso ocorre, sobretudo, porque tem-se a compreensão de que para controlar a documentação analógica acumulada, especialmente as de suporte em papel, apenas é necessário adotar a produção de documentos nato-digitais e/ou tornar documentos analógicos em cópias digitais, ou seja, digitalizar os documentos e descartar os originais. No entanto, sem o estabelecimento de critérios de gestão, observa-se que a acumulação não é solucionada, uma vez que só o que se tem é uma mudança de suporte, pois se antes os documentos acumulavam-se em meio analógico e ocupavam espaços físicos, agora acumulam-se em ambiente digital.

As consequências desse acúmulo documental em ambiente digital vão desde problemas como a ineficiência da recuperação da informação, destruição e perda permanente de documentos, até a interferência na presunção de autenticidade dos documentos arquivísticos digitais, já que a cadeia de custódia é prejudicada. Portanto, do mesmo modo que em ambiente analógico, em ambiente digital faz-se necessário a adoção de políticas arquivísticas e práticas de gestão de documentos para tratar essa documentação, bem como o investimento na qualificação profissional.

## **2 MASSAS DOCUMENTAIS ACUMULADAS: UM PROBLEMA A SER ENFRENTADO**

Em instituições públicas ou privadas, a produção de documentos dá-se com o objetivo de fazer cumprir uma atividade ou de registrá-la, ou seja, os documentos servem tanto como veículo para que a ação aconteça, quanto como registros dela. Assim, conforme são produzidos, tem-se a necessidade de organizá-los de modo a obter controle sobre o acervo que se configura e acessá-lo de forma eficaz quando necessário. Quando as diretrizes e os métodos para gerir os documentos são ineficazes ou



inexistentes, esses se acumulam desordenadamente comprometendo seu controle e acesso.

Nesse sentido, têm-se grandes volumes de documentos ocupando espaços físicos e gerando custos desnecessários, isto é, massas documentais acumuladas que, segundo Lopes (1993), se formam quando os documentos não foram devidamente organizados de acordo com um plano de classificação e uma tabela de temporalidade em sua fase corrente e são facilmente identificados nas administrações como “arquivo morto”. De acordo com o autor, são arquivos semiativos e inativos que se constituem de documentos

1. destacáveis de imediato, isto é, sem nenhum valor administrativo, legal ou histórico;
2. de valor intermediário, isto é, poderão ser descartados depois de um prazo administrativo, legal ou guardados para sempre;
3. de valor permanente, isto é, interessam à pesquisa de fundo histórico (Lopes, 1993, p. 42).

Segundo Sousa (1997), essas massas constituem-se de documentos passíveis de eliminação e de documentos não orgânicos, ou seja, que não se qualificam como documentos de arquivo. O autor afirma que são documentos produzidos e/ou recebidos pelas administrações reflexo das atividades-meio que se julgaram desnecessários manter junto aos postos de trabalho e, portanto, foram amontoados em locais impróprios perdendo a organicidade.

Para Calderon et al. (2005), nas instituições públicas essas massas são encontradas sobretudo em suporte papel sem tratamento adequado onde encontram-se fragmentos dos registros da história das organizações com valores (técnicos, científicos, jurídicos, probatórios etc.) que requerem sua guarda, junto a um volume de documentos sem valor.

De acordo com o glossário apresentado no Manual de gestão de documentos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, massa documental acumulada,

No âmbito das organizações compreende a documentação volumosa, formada em virtude da falta de realização de uma gestão de documentos eficiente, gerando o congestionamento dos setores de trabalho. Dentre os documentos que fazem parte desta massa acumulada, estão os que se encontram ativos; os elimináveis de imediato, isto é, sem nenhum valor administrativo, técnico, legal ou histórico; os de valor intermediário, ou seja, que poderão ser descartados depois de um prazo administrativo,



legal ou guardados para sempre e; os de valor permanente, que interessam à pesquisa de fundo histórico (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2012, p. 67).

Assim, pode-se concluir que massas documentais acumuladas se referem aos documentos produzidos no decorrer das atividades de uma entidade, portando ou não valor para serem preservados, que não recebem tratamento e organização adequados e, portanto, acumulam-se e são depositados desordenadamente em qualquer espaço sem acondicionamento ajustado a recebê-los.

Deste modo, o acúmulo documental dificulta o controle dos acervos e a busca por informações, principais problemas arquivísticos decorridos das acumulações nos órgãos governamentais (Sousa, 1997), bem como superlota espaços e eleva os custos operacionais prejudicando a qualidade das atividades (Bernardes; Delatorre, 2008), pois não permitem um atendimento às demandas dos usuários e um apoio à administração pública (Jardim, 1987).

Além disso, têm-se prejuízos jurídicos, visto que, parte desses documentos são de natureza arquivística. Logo, tendo em vista que documentos de arquivo são registros únicos de atividades e/ou funções produzidos de forma natural por entidades físicas ou jurídicas e que possuem uma relação orgânica entre si evidenciando seu contexto de produção, eles contêm valor probatório e podem ser, inclusive, solicitados como prova diante de um processo jurídico. Assim, se não é possível acessá-los e, portanto, apresentá-los em tribunal caso solicitados, pode haver consequências legais aplicadas à entidade produtora.

Dessa forma, a fim de amenizar os danos ocasionados, é necessário recorrer a estratégias para reduzir essas acumulações. A digitalização e a adoção da produção de documentos nato-digitais configuram-se como duas alternativas recorridas pelas administrações para solucionar o problema. No entanto, ao invés de soluções, sem medidas arquivísticas esses recursos podem redirecionar a acumulação para o ambiente digital.



### 3 MASSAS DOCUMENTAIS ACUMULADAS EM AMBIENTE DIGITAL

Os avanços tecnológicos digitais alcançaram diferentes áreas e apresentaram novas formas para a interação social. No âmbito arquivístico, essas transformações digitais trouxeram novos recursos para a promoção do acesso aos documentos, bem como desafios devido à produção de documentos nesse novo ambiente.

Documentos arquivísticos digitais podem ser compreendidos como documentos digitais que são reconhecidos e tratados como documentos de arquivo (CONARQ, 2020) podendo ser digitalizados ou nato-digitais (Rogers, 2015). Assim, com a introdução das tecnologias na vida cotidiana, entidades públicas e privadas passaram a produzi-los. Entretanto, a falta de organização dos documentos arquivísticos digitais acarreta a acumulação desses documentos.

Ainda na década de 90, Lopes (1993) alertava sobre o crescente acúmulo dos documentos em suportes eletrônicos e Sousa (1997) ressaltava que massas documentais acumuladas não se constituem apenas de documentos em suporte papel atentando-se que devido aos processos de reprodução de documentos os problemas de desorganização apenas transferiam-se para outros suportes. O autor destacou que “os protocolos eletrônicos reproduzem em uma nova mídia os problemas detectados nos serviços manuais” (Sousa, 1997, p. 46), pois são elaborados sem a atuação de profissionais de arquivo.

Silva (2019) ressalta a urgência das discussões em torno dos desafios advindos do ambiente digital em vista de impedir a formação de massas documentais nesse ambiente e/ou o descarte indevido.

Conforme os processos de reprodução de documentos avançaram junto às tecnologias digitais, eles tornaram-se artifícios recorridos pelas administrações para facilitar o acesso e reduzir os problemas de documentos acumulados. A digitalização, um desses recursos, possibilita que os documentos de arquivo em suporte analógico estejam disponíveis em suporte digital, permitindo a promoção do acesso. No entanto, Rodrigues (2015) afirma que com a introdução das tecnologias digitais os problemas de acumulação agravam-se no cenário público brasileiro.



Segundo Bernardes e Delatorre (2008), a reprodução de documentos sem uma identificação e avaliação prévia do acervo consiste numa tentativa de liberação de espaço. No entanto, as autoras ressaltam que “[...] esse procedimento pode representar um investimento inútil quando incidir sobre documentos rotineiros, repetitivos, desprovidos de valor informativo ou probatório, que poderiam ser eliminados, conservando-se deles apenas pequenas amostragens” (Bernardes; Delatorre, 2008, p. 44).

De acordo com os dados obtidos em pesquisa, Silva (2019) afirma que a digitalização ainda é um recurso o qual se crê reduzir massas documentais acumuladas. Ainda, destaca que a digitalização segundo essa perspectiva é um risco para a autenticidade e a segurança da informação arquivística.

É importante que os profissionais compreendam que o documento digitalizado não possui o valor probatório do original, portanto, não o substitui. O descarte indiscriminado de documentos públicos é crime conforme a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e, logo, contrapõe-se ao Projeto de Lei 7.920/2017 que propõe o descarte de documentos públicos após sua digitalização e ao Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020, que estabelece requisitos para a digitalização a fim de equivaler legalmente os documentos digitais aos documentos originais (BRASIL, 1991; 2017; 2020). No entanto, ressalta-se que tanto o Projeto de Lei quanto o Decreto desconsideram as características distintas entre um documento analógico original e sua cópia e as consequências decorridas do mal-uso das tecnologias, bem como os perigos da digitalização em massa.

Percebe-se, então, que ainda que aprovado o descarte dos documentos após a digitalização, os problemas de acumulação não se solucionam. Pois, verifica-se apenas a transferência de suporte, visto que, sem diretrizes pré-estabelecidas que assegurem a organização desses documentos, estes estão destinados a acumularem-se no meio digital tornando-os ainda mais suscetíveis a perdas.

Além da digitalização, a adoção da produção de documentos nato-digitais também aparenta ser um recurso para conter a produção de documentos analógicos e acabar com a acumulação de documentos.



Compreende-se documentos arquivísticos nato-digitais como os documentos produzidos no decorrer de atividades de uma entidade a fim de registrar uma ação que se caracterizam por sua produção e gestão especificamente em ambiente digital (por meio de computador) através da codificação em dígitos binários (0 e 1) (Mogollón; Rodríguez, 2019). Ou seja, são documentos de natureza arquivística (preservando os valores que caracterizam um documento de arquivo) produzidos e geridos em ambiente digital por meio de *software* e *hardware*.

Como sua produção e gestão dá-se em meio digital, sua impressão é desnecessária e tida como cópia (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2012) permitindo que se encerre ou diminua a produção de documentos em suporte físico reduzindo a ocupação de espaços físicos. Entretanto, assim como a digitalização de documentos, a produção de nato-digitais pode tornar-se um grave problema se não for acompanhado de medidas que controlem sua produção e manutenção, bem como se não garantirem os requisitos necessários para assegurar o valor probatório. Pois, tendo em vista que, do mesmo modo que os documentos analógicos, documentos nato-digitais podem ser solicitados como prova em tribunal (Valentim; Tognoli, 2020).

Logo, quando se fala sobre produção de documentos em ambiente digital, ressalta-se que se deve garantir uma custódia confiável e ininterrupta compreendendo as três idades dos documentos (corrente, intermediário e permanente) de modo a não permitir a perda dos valores arquivísticos. Para tanto, esse ambiente deve seguir o modelo *Open Archival Information System* (Oais) que prevê a combinação de um sistema informatizado de gestão arquivística de documentos (Sigad) para tratamento dos documentos em fase corrente e intermediária, com um repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq) para armazenar os documentos em fase permanente, e uma plataforma de acesso (Flores; Rocco; Santos, 2016; Luz; Flores, 2017).

Nesse sentido, percebe-se a construção de diretrizes e recursos que precedam a produção e manutenção dos documentos arquivísticos digitais por profissionais capacitados a fim de não comprometer os valores arquivísticos da documentação. Assim, como ressaltado por Silva (2019), se não houver conscientização quanto a esses fatores,



serão formadas massas documentais acumuladas em ambiente digital, destacando que se tem o agravante em relação à fragilidade do suporte.

Ainda, destaca-se que além dos problemas tecnológicos, jurídicos e de acesso, as despesas e dificuldades com armazenamento agravam-se nesse ambiente, visto que os custos com a regular verificação, atualização, manutenção e armazenagem dos *softwares* e *hardwares* são elevados, porém necessários (Santos; Flores, 2015a; 2015b; 2015c; 2018).

Portanto, percebe-se que tanto a digitalização quanto a produção de documentos nato-digitais se não acompanhadas de procedimentos arquivísticos aplicados por profissionais aptos às atividades, ao invés de solucionarem os desafios das massas documentais, tornam-se a causa desse problema em outro meio. Deste modo, gradualmente tem-se despertado a preocupação em gerir documentos de arquivo analógicos e digitais desde a sua produção adotando métodos para organizá-los, tratá-los e destiná-los de modo adequado para que não se percam suas características arquivísticas e, conseqüentemente, seu valor probatório. Assim sendo, tem-se recorrido à implantação de políticas arquivísticas e de programas de gestão de documentos e o investimento em qualificação profissional.

#### **4 ACUMULAÇÃO DE DOCUMENTOS: SOLUÇÕES E PREVENÇÃO**

A falsa sensação de segurança devido à capacidade de salvar cópias e realizar *backups* de documentos digitais nas nuvens contrasta com uma realidade instável e propensa a perdas das características arquivísticas e dos próprios documentos. Quando acumulados, os transtornos são tão ou mais graves do que a acumulação em meio físico. Assim, como já exposto, a aplicação de programas de gestão de documentos por profissionais qualificados, precedido pelas diretrizes de políticas arquivísticas faz-se fundamental para a prevenção e tratamento das massas documentais.

Segundo Jardim (2011; 2015), políticas arquivísticas podem ser setoriais e apresentar-se em nível nacional, regional ou local. O autor afirma ser costume confundir legislação arquivística com política arquivística e elucida que, na verdade, a primeira



fornece elementos normativos à segunda. Destaca a importância de sua aderência, pois ainda que não invalide ou desqualifique uma gestão arquivística, sua ausência pode torná-la mais dispendiosa, ineficiente e ineficaz. Além disso, ressalta que ferramentas gerenciais, como sistemas e redes, podem ser mais bem exploradas se associadas às políticas arquivísticas. Logo, o autor as compreende como

o conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada (Jardim, 2006, p. 10).

Segundo Durce e Sousa (2013), políticas arquivísticas respondem a problemas políticos na área arquivística no âmbito das políticas informacionais ressaltando que as informações nos documentos arquivísticos são recursos estratégicos para tomadas de decisões das administrações públicas e consolidação da cidadania. Os autores as definem como

o conjunto de premissas, decisões e ações que abarquem questões relativas à gestão de documentos e demais aspectos relacionados aos arquivos institucionais, objetivando a manutenção da informação arquivística, primeiramente para apoiar suas funções e atividades e, secundariamente, para atender às necessidades informacionais da sociedade, de uma maneira geral (Durce; Sousa, 2013, p. 39).

Assim, percebe-se que as políticas arquivísticas configuram-se como parâmetros normativos para as ações dos profissionais tornando-se determinantes para auxiliar as instituições. Deste modo, auxiliam e direcionam a implantação de um programa de gestão de documentos.

A Lei Nacional de Arquivos nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, afirma ser dever do Poder Público a gestão e guarda protetiva dos documentos de arquivo. A legislação define gestão de documentos como “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (BRASIL, 1991).



Semelhante à definição disposta pela lei, o Dicionário de Terminologia Arquivística conceitua gestão de documentos como um “conjunto de medidas e rotinas visando à racionalização e eficiência na criação, **tramitação, classificação**, uso primário e **avaliação de arquivos**” (Camargo; Bellotto, 1996, p. 41, grifo nosso).

Ainda, segundo os estudos do Programa de Gestão de Documentos e Arquivos (RAMP) desenvolvido pela Divisão do Programa Geral de Informação da Unesco em parceria com o Conselho Internacional de Arquivos, um programa de gestão de documentos compreende todo o ciclo de vida do documento dividindo suas atividades em três fases: criação (ou produção), utilização e manutenção, e eliminação. (Rhoads, 1989). Deste modo, percebe-se que a gestão de documentos se relaciona com o controle dos documentos de arquivos desde a sua produção até a sua destinação final.

Segundo Rodrigues (2015), a implementação de programas de gestão de documentos se sustenta a partir da identificação, classificação e avaliação, funções arquivísticas que garantirão a normalização dos parâmetros adotados para o planejamento da produção e controle documental, sejam para documentos analógicos ou digitais. De acordo com a autora, identificação é um método fundamentado na análise do órgão produtor e dos documentos de arquivo a fim de propor soluções a um problema. Já a classificação consiste na tarefa que estabelece uma visão do contexto de produção dos documentos separando, diferenciando, distinguindo e dividindo os elementos contextuais em classes, subgrupos, grupos e fundo, enquanto a avaliação estabelece o valor dos documentos determinando seus prazos de guarda e destinação final.

Ressalta-se que antes da adoção dos programas de gestão, é importante haver planejamento, isto é, realizar a atividade de identificação do contexto de produção a partir dos estudos do órgão produtor e da documentação, pois deixar de planejá-los pode acarretar em problemas organizacionais e econômicos para a instituição.

Ainda, destaca-se que, como documentos nato-digitais não se diferem em valores arquivísticos dos analógicos e os digitalizados são representações para vias de acesso dos originais, não deve haver distinção referente ao suporte quando definida a classificação, o prazo de guarda e a destinação final. O suporte não intervém na



atribuição de valor e, logo, na determinação classificatória e avaliativa dos documentos. Portanto, as funções arquivísticas apontadas como atividades de gestão auxiliam não apenas na organização e prevenção de massas documentais acumuladas em meio analógico, mas também em digital. Nesse sentido, é imprescindível a adoção de um método que auxilie o arquivista a proceder com tais atividades. Deste modo, encontra-se nos estudos da Diplomática Arquivística um meio para tal, com foco no tipo documental, ou seja, na espécie documental acrescida da atividade que deu origem ao documento (Bellotto, 2002; Tognoli, 2014).

Assim, de acordo com Bellotto (2002), ao aplicar o método diplomático-arquivístico, é possível partir tanto da Diplomática, indo do documento em direção ao reconhecimento do produtor construindo o contexto de produção (do específico para o amplo), quanto da Arquivologia, indo da entidade produtora para o documento (do amplo para o específico). O resultado será o mesmo em ambos os casos. Portanto, apresenta-se como uma metodologia para a identificação de tipos documentais e reconstrução do contexto arquivístico quando aplicada em massas documentais acumuladas analógicas ou digitais, além de auxiliar na produção dos documentos determinando a forma documental de cada tipo.

Ainda, permite que a classificação de documentos se configure por função/atividade, apontado por Schellenberg (2006) como o melhor método para direcioná-la visto que os documentos se originam devido a uma ação. Assim, os mesmos tipos documentais reúnem-se numa série documental conduzindo e facilitando a avaliação (Rodrigues, 2015).

Deste modo, compreende-se que através das atividades de identificação, classificação e avaliação a partir do método diplomático-arquivístico, a gestão de documentos configura-se como o meio mais eficiente e eficaz de solucionar o problema de acumulação documental tanto em meio analógico quanto digital. Contudo, ressalta-se que é imprescindível que os profissionais tenham a formação qualificada para a implantação e desenvolvimento dos programas.

Assim, faz-se necessário avaliar e reformular as bases dos cursos de Arquivologia adequando-os a nova realidade tecnológica a fim de capacitarem os profissionais a



lidarem com os desafios advindos desse meio (Valentim; Tognoli, 2021). Além disso, ressalta-se a importância dos estudos sobre políticas arquivísticas e gestão de documentos com ênfase nas funções arquivísticas e no método diplomático-arquivístico.

Por fim, destaca-se a importância das políticas arquivísticas para direcionar os profissionais quanto à implementação das atividades de identificação, classificação e avaliação integrantes de um programa de gestão de documentos. Ressalta-se que o método da Diplomática Arquivística se apresenta como o mais promissor no tratamento e prevenção de massas documentais acumuladas em ambientes analógico e digital visto que permite a identificação de tipos documentos e reconstrução do contexto de produção, bem como dá base à classificação e avaliação de documentos por função/atividade. Ainda, reitera-se a necessidade de reavaliar as bases acadêmicas da Arquivologia a fim de capacitar os profissionais a lidarem com os desafios tecnológicos e de acumulação.

## 5 CONCLUSÕES

Os problemas decorridos do acúmulo de documentos persistem nas administrações de entidades públicas e privadas. Formam-se massas documentais acumuladas cujos documentos com valor para preservação misturam-se com documentos sem valor e dispõem-se desordenadamente ocupando espaços físicos.

Em vista de reduzir as massas documentais em ambiente físico, os órgãos administrativos viram no meio digital a possibilidade de transferir seus documentos para esse espaço e assim, não se preocupar mais com superlotação de papéis. Passa-se a digitalizar os documentos e descartar os originais, bem como produzir documentos nato-digitais. Contudo, os métodos de digitalização e eliminação sem critérios e a produção de documentos nato-digitais desenvolvidos sem planejamento, ocasionaram a migração dos desafios e problemas de acumulação para esse novo ambiente.

As massas documentais acumuladas em ambiente digital apresentam-se como um perigo ainda maior, pois os documentos estão mais suscetíveis a perdas. Os desafios de controle e acesso aos documentos, bem como os financeiros, jurídicos e de



armazenamento agravam-se no ambiente digital e, portanto, a intervenção dos profissionais de arquivo no planejamento, produção e tratamento dos documentos digitais faz-se ainda mais necessário.

Deste modo, o desenvolvimento de políticas públicas e a implementação de programas de gestão de documentos tornam-se ainda mais essenciais para a organização dos documentos. Para tanto, o método da Diplomática Arquivística tem-se mostrado um meio promissor para a aplicação da identificação, classificação e avaliação de documentos, princípios arquivísticos fundamentais para a gestão de documentos. O método permite identificar tipos documentais em massas documentais acumuladas e determinar a forma dos documentos no momento de criação/produção.

Por fim, ressalta-se que para aplicar o método diplomático-arquivístico e desenvolver as atividades de gestão com eficiência e eficácia, os profissionais precisam possuir a qualificação necessária. Assim, destaca-se a importância de investir na qualidade da formação dos arquivistas e reavaliar os currículos das universidades para que se insiram disciplinas voltadas para a implementação de programas de gestão e disciplinas que disponham sobre conhecimentos sobre o ambiente digital e os documentos de arquivo nesse meio.

## REFERÊNCIA

- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Manual de gestão de documentos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Arquivo Público Do Estado Do Rio De Janeiro, 2012. 122 p. ISBN: 978-85-85707-26-2. Disponível em: <[http://www.rj.gov.br/arquivos/MANUALDEGESTAOEDOCUMENTOS\(final\).pdf](http://www.rj.gov.br/arquivos/MANUALDEGESTAOEDOCUMENTOS(final).pdf)>. Acesso em: 09 ago. 2021.
- BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise Diplomática e análise tipológica de documento de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. 120p. (Projeto como Fazer, 8).
- BERNARDES, I. P.; DELATORRE H. **Gestão Documental Aplicada.** São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. 54 p. ISBN: 978-85-61599-02-7. Disponível em: <[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/gestao\\_documental\\_aplicada.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/gestao_documental_aplicada.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- BRASIL. **Decreto n. 10.278, de 18 de março de 2020.** Regulamenta o disposto no inciso X do **caput** do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais. Brasília, DF, 18 mar. 2020. Disponível em:



<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10278.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10278.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Seção 1, p. 457.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 7.920, de 20 de junho de 2017.** Altera a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a digitalização de documentos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/resultadoPesquisa?numero=7920&ano=2017&autor=&inteiroTeor=&emtramitacao=Todas&tipoproposicao=%5B%5D&data=10/08/2021&page=false>>. Acesso em: 09 ago. 2021.

CALDERON, W. R.; CORNELSEN, J. M.; PAVEZI, N.; LOPES, M. A. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 33, n. 3, 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1037>>. Acesso em: 9 ago. 2021.

CAMARGO, A. M. de A. Sobre o valor histórico dos documentos. In: **Arquivo Rio Claro**. n. 1, p. 11-16, 2003.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1996. ISBN: 85-86137-01-4.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS. **Glossário de documentos arquivísticos digitais**. 8ª versão, 2020. Disponível em: <[http://conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/2016-CTDE-Glossario\\_V7\\_public.pdf](http://conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/2016-CTDE-Glossario_V7_public.pdf)>.

DURCE, C. L.; SOUSA, R. T. B. Políticas arquivísticas institucionais. **Arquivo & Administração**, v. 12, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/50226>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

FLORES, D.; ROCCO, B. C. de B.; SANTOS, H. M. dos. Cadeia de custódia para documentos arquivísticos digitais. **Acervo**, vol. 29, n. 02, 2016, p. 117-132.

JARDIM, J. M. Obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha: uma abordagem teórico-metodológica de análise comparada. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3295>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

JARDIM, J. M. O Conceito e a prática da gestão de documentos. **Acervo**. Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p. 35-42, 1987.

JARDIM, J. M. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, v. 5, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51586>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

LOPES, L. C. Arquivópolis: uma utopia pós-moderna. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 22, n. 1, 1993. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/515>. Acesso em: 7 ago. 2021.

LUZ, C.; FLORES, D. **Cadeia de custódia e de preservação**: autenticidade nas plataformas de gestão e preservação de documentos arquivísticos. p. 1-12, 2017. Disponível em:



<[https://www.researchgate.net/publication/325225229\\_Cadeia\\_de\\_custodia\\_e\\_de\\_preservacao\\_a\\_uteuticidade\\_nas\\_plataformas\\_de\\_gestao\\_e\\_preservacao\\_de\\_documentos\\_arquivisticos](https://www.researchgate.net/publication/325225229_Cadeia_de_custodia_e_de_preservacao_a_uteuticidade_nas_plataformas_de_gestao_e_preservacao_de_documentos_arquivisticos)>.

- MONTOYA-MOGOLLÓN, J. B.; RODRÍGUEZ, S. M. T. Diplomática Forense: revisão histórica para a abordagem do documento nato-digital de arquivo. **Investigación Bibliotecológica**. México: 2019. v. 33, n. 78, p. 47-62.
- RHOADS, J. B. **La función de la gestión de documentos y archivos en los sistemas nacionales de información:** un estudio del RAMP. Paris: UNESCO, 1989. 51p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000847/084735so.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2021.
- RODRIGUES, A. C. Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso a informações na administração pública brasileira (apoio CAPES). **Ciência da Informação (Online)**, v. 41, p. 64-80, 2015.
- ROGERS, Corinne. Diplomatics of born digital documents - considering documentary form in a digital environment. **Records Management Journal**, v. 25, p. 6-20, 2015.
- SANTOS, H. M. dos; FLORES, D. Preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos: reflexões e perspectivas. **Acervo**, v. 28, n. 1, p. 241-253, 2015a.
- SANTOS, H. M. dos.; FLORES, D. Políticas de preservação digital para documentos arquivísticos. **Perspectivas em Ciência da Informação** [online], v. 20, n. 4, p. 197-217, 2015b. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-5344/2542>>. Acesso em: 13 ago. 2021.
- SANTOS, H. M. dos; FLORES, D. Preservação de documentos arquivísticos digitais: reflexões sobre as estratégias de emulação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 20, n. 43, p. 3-19, 2015c. DOI: 10.5007/1518-2924.2015v20n43p3. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2015v20n43p3>>. Acesso em: 13 ago. 2021.
- SANTOS, H. M. dos; FLORES, D. Preservação de documentos arquivísticos digitais: reflexões sobre as estratégias de migração. **Prisma.com (Portugual)**, n. 37, p. 42-54, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/94370>>. Acesso em: 13 ago. 2021.
- SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos:** princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- SILVA, N. L. da. **Políticas de arquivo e gestão de documentos no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação (ECI); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2019. 156f. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/VAFA-BCLJSR>>. Acesso em: 13 ago. 2021.
- SOUSA, R. T. B. Os arquivos montados nos setores de trabalho e as massas documentais acumuladas na administração pública brasileira: uma tentativa de explicação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 21, n. 1, 1997. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/76709>>. Acesso em: 07 ago. 2021.
- TOGNOLI, N. B. **A construção teórica da Diplomática: em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídios aos estudos arquivísticos.** 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- VALENTIM, R. T.; TOGNOLI, N. B. Convergências e divergências entre a Diplomática Digital e a Ciência Forense Digital. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, [S. l.], v. 14, n. 4, p. e020011, 2020. DOI: 10.36311/1940-1640.2020.v14n4.10528. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/10528>>. Acesso em: 13 ago. 2021.



VALENTIM, R. T.; TOGNOLI, N. B. INTERDISCIPLINARIDADE NA ARQUIVOLOGIA: RELAÇÕES ENTRE A DIPLOMÁTICA E A CIÊNCIA FORENSE DIGITAL. In: **Arquivo, documento e informação em cenários híbridos**: anais do Simpósio Internacional de Arquivos. Anais...São Paulo (SP) Eventus, 8, 2021. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/simposiointernacionaldearquivos/286532-INTERDISCIPLINARIDADE-NA-ARQUIVOLOGIA--RELACOES-ENTRE-A-DIPLOMATICA-E-A-CIENCIA-FORENSE-DIGITAL>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha professora orientadora Natália Bolfarini Tognoli pela leitura e contribuições. Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa e ao Grupo de Pesquisa Arquivos, Bibliotecas e Organização do Conhecimento (GP-ABOC).

---

## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International.



## THE PHOTOGRAPHY IN THE WORK AND ARCHIVES OF FILM DIRECTOR STANLEY KUBRICK

*A fotografia na obra e acervo do diretor de cinema Stanley Kubrick*

Mônica Tenaglia<sup>1</sup> 

### RESUMO

Considerado uma das grandes referências do cinema e conhecido por sua natureza metódica e pelo alto nível de controle artístico, Stanley Kubrick começou sua carreira como fotógrafo e, enquanto diretor de cinema, produziu filmes inovadores que versam sobre diferentes temáticas. O objetivo do artigo é apresentar o papel da fotografia na obra de Kubrick à luz da sua carreira como fotógrafo e da presença da fotografia no seu acervo pessoal. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se utiliza de pesquisa biográfica sobre Kubrick e análise documental. Como resultados, observa-se que as fotografias foram utilizadas como instrumentos facilitadores na produção dos filmes de Kubrick, majoritariamente importantes nas fases de pré-produção e produção fílmica, e, através da compreensão das formas como elas foram utilizadas, é possível estabelecer a evolução de algumas técnicas utilizadas no cinema e compreender as formas de trabalho e relações pessoais e profissionais do diretor. Além disso, observa-se que o acervo de Kubrick e as fotografias se constituem como importantes fontes históricas que evidenciam o período em que foram produzidos, contribuindo para pesquisas e reflexões sobre temas diversos para além da vida e obra de Kubrick.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivos pessoais. Fotografia. Cinema. Stanley Kubrick.

### ABSTRACT

Considered one of the greatest references in cinema and known for his meticulous nature and high level of artistic control, Stanley Kubrick began his career as a photographer and, as a film director, produced innovative films that deal with different themes. The purpose of this article is to present the role of photography in Kubrick's work in the light of his career as a photographer and the presence of photography in his personal archives. This is qualitative research that uses a biographical research on Kubrick and analysis of the archives. From this perspective, it is observed that the photographs were used as facilitating

---

<sup>1</sup> Professora do Curso de Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: monicatenaglia@ufpa.br



instruments in the production of Kubrick's films, mostly important in the pre-production and film production phases and, through understanding the ways in which they were used, it is possible to establish the evolution of some techniques used in cinema and understand the director's ways of working and personal and professional relationships. Furthermore, it is observed that photographs constitute important historical sources about the period in which they were produced or sought to be reproduced in films, contributing to research and debates on various topics beyond Kubrick's life and work.

**KEYWORDS:** Personal archives. Photograph. Cinema. Stanley Kubrick.

## 1 INTRODUCTION

**S**tanley Kubrick (1928-1999) is considered one of the greatest film directors of the 20th century, responsible for masterpieces that made history due to cinematographic innovations and the controversial themes addressed in his films.

The director is also remembered for his meticulous nature and for possessing a high level of artistic control, involving himself in all aspects of film production. Furthermore, over the years, Kubrick acquired a reputation for being methodical and systematic, and he began to be seen in public less and less, especially in the last years of his life.

Photography entered the director's life when he was still very young, when he was given a camera by his father as a teenager. This event encouraged his career as a photographer and his works, especially made for the North American magazine *Look* (1937-1971), led to the production of his first documentaries. Later, when he became a film director, Kubrick used photography as a facilitating instrument in the realization of his works.

During his long career, Kubrick accumulated an extensive collection resulting from the production processes of his films and professional acting. After his death in 1999, the collection was donated to the documentation center of a British university and is available to the public.

Kubrick's archive demonstrates the film production processes, the initial ideas for preparing the scripts, the research in the film pre-production phase, the filming and the activities carried out after the recordings, such as editing, release, reception and



repercussion of the films. films in different countries. All these activities were recorded in documents that make up a collection of, originally, 1,000 archive boxes, 30% of which are made up of behind-the-scenes and publicity photographs, research location of filming, sets and props and for continuity.

It is noteworthy that Kubrick's personal archive constitutes an important source of research and information that records the period and the ways in which it was produced, enabling reflection on the context in which these documents were produced and producing new sources of information on topics that permeate the activities that generated this documentation.

The paper aims to present the role of photography in Kubrick's work in the light of his collection, which is deposited at the Archives and Special Collections Centre, at the University of the Arts London (UAL)<sup>2</sup>, in London. As methodological procedures, biographical research was carried out on Kubrick and analysis of the collection, based on the perspective of the author who worked as an archivist at the UAL documentation center.

Initially, Kubrick's biography will be presented based on his career as a photographer and, later, film director, relating his life and work with the production of photographs and his personal collection. Next, some aspects of the constitution of Kubrick's collection will be presented, the presence of photographs and the different ways in which they were used as a facilitating resource for the making of the director's films.

## **2 FROM A TEENAGE PHOTOGRAPHER TO A GREAT FILM DIRECTOR**

The son of Jewish immigrants, Kubrick was born in New York in 1928. During his childhood and adolescence, he had little interest in school and his father looked for alternatives that would attract his son's attention. Chess was introduced to Kubrick when he was still a teenager, which later became an artistic inspiration for some of his films and

---

<sup>2</sup> UAL is a British public university consisting of six campuses and dedicated to teaching arts, design, and fashion. Information available at: <<https://www.arts.ac.uk/>>. Accessed on: 25 Jan. 2023.



served as an important instrument for bringing the director closer to his actors. In the 1950s, as a young man, Kubrick played chess for money at the Marshall Chess Club near Washington Square in New York. When he became a film director, he used chess as part of the plot of his films or entertainment during filming. As an example, we remember the scene at the Chess Club, in *The Killing* (1956); astronaut Frank Poole's chess match with the HAL computer in *2001: A Space Odyssey* (1968); and the chess game scenes in *Barry Lyndon* (1975). Also famous are the backstage photograph of the chess matches between Kubrick and George C. Scott during the filming of *Dr Strangelove Love or: How I Learned to Stop Worrying and Love the Bomb* (1964).

The father was also responsible for bringing his son closer to photography by giving him a Graflex camera when Kubrick was 13 years old. That experience led him to become the official photographer at his High school, William Howard Taft High School, in the Bronx, New York, where he grew up.

"Always with the camera around his neck" (LOBRUTTO, 1998, p. 18), Kubrick saw the possibility of an interesting capture when he noticed a newsstand salesman close to the news about the death of US president Franklin Roosevelt (1882 -1945). He asked the news vendor to make a sad face next to the news, exercising his ability to create peculiar scenes, and sold the photo to *Look* magazine. The photo was published in the June 26, 1945 issue, earning Kubrick his first job as a photographer at the magazine, where he worked from 1947 to 1950<sup>3</sup>.

During this period, Kubrick did more than 300 works for *Look* magazine, one of which covered the story of boxer Walter Cartier (1922-1995), and which was published under the title *Prizefighter*, in the January 18, 1949 issue. Following a day in the boxer's life, on the eve of a big fight, Kubrick perfectly composed scenes of Cartier waking up in his apartment with his twin brother who was also his agent; weighing yourself; consulting your coach; finding the girlfriend; and finally, participating in and winning a fight via knockout.

---

<sup>3</sup> This type of photography is currently called "documentary photography", produced for magazines such as *Look* and *Life*, which used photography as an "authentic weapon for transmitting information", and which gave rise to the figure of the photographer/documentarian (OLIVEIRA, 1999, p. 66).



Among the early works of Kubrick's career, *Prizefighter* is considered one of the most ambitious (BRAXTER, 1997) and which determined the moment when the young photographer emerged as a photojournalist (LOBRUTTO, 1998). Furthermore, film critic Andrew Pulver (2008), in an essay published in the British newspaper *The Guardian*, wrote: "Even knowing that the photographer would be someone special, the *Prizefighter* photos are stupendous: it is the point at which Caravaggio meets Film Noir" (PULVER, 2008)<sup>4</sup>.

In an interview reproduced in LoBrutto's book (1998), with the journalist Michel Ciment, at the release of *A Clockwork Orange* (1971), Kubrick commented on his experience at the magazine and the relevance of that work to his career as a film director:

The subject matter of the works in *Look* was generally quite idiotic. Occasionally, I've had the chance to do an interesting story about a certain personality. [...]. Photography certainly gave me the first step towards cinema. To make a film entirely on your own, which I initially did, you don't need to know a lot about everything, but you do need to know about photography (LOBRUTTO, 1998, p. 52).

In this sense, two years later, the *Prizefighter* essay, published in *Look* magazine, and Kubrick's interest in boxing, inspired the young director to make his first documentary, entitled *Day of the Fight* (1951), made together with his high school friend, Alexander Singer. Likewise, Kubrick accompanied the 24 hours prior to a Cartier's fight, using *Prizefighter* techniques referring to the dramatic compositions, the suspense and the climax resulting in a great final fight, as we observe in the suspense launched by the documentary's initial narrative.: "This is the story of a fight and a fighter. Walter Cartier. Today is the fight. Tonight at 10 o'clock will be one of the moments that justify your hard life" (KUBRICK, 1951). What differs the documentary *Day of the Fight* from the *Prizefighter*

---

<sup>4</sup> In 1971, *Look* magazine ended its activities and its photo collection was donated to the Library of Congress (LOC) and the Museum of the City of New York (MCNY). Kubrick's negatives and photographs, made for the magazine, are deposited at both institutions. For the photo of the news vendor next to the news of President Roosevelt's death, see the LOC catalog: <<https://www.loc.gov/pictures/item/2014646473/>>. Accessed on: 25 Jan. 2023. For photos and negatives from the *Prizefighter* shoot, see the MCNY online catalog: <<https://collections.mcny.org/CS.aspx?VP3=SearchResult&VBID=24UP1GMR6KGB3&SMLS=1&RW=1280&RH=610>>. Accessed on: 25 Jan. 2023.



essay is the deeper and more elaborate way that Kubrick develops in the scenes of the documentary.

About the experience of working with Kubrick, Walter Cartier described a characteristic that the young director would later develop with intensity: "Stanley arrives prepared like a fighter for a big fight, he knows exactly what he is doing, where he is going and what to do. wants to achieve" (LOBRUTTO, 1998, p. 54).

Interest in boxing was also the subject of one of Kubrick's first feature films, entitled *The Killer's Kiss*, released in 1955, and which highlights the techniques used by the director and photographer, initiated in the work to the *Look* magazine.

However, before making the film *The Killer's Kiss*, Kubrick produced the documentary *Flying Padre* (1952), some commissioned short films, such as *The Seafarers* (1953) - his first color film, and his first feature film, *Fear and Desire* (1953). The latter was produced with a reduced crew, financed mainly by his uncle Martin Perveler, whose script was written by another high school friend, Howard Sackler. Kubrick was involved in all phases of production: he controlled photography and editing, as well as directing. In order to save money, the sound and soundtrack were added after filming, which resulted in more expense and a result that Kubrick did not like. Although it received several good reviews, the director later withdrew the film from circulation, although copies of the film can still be found nowadays.

In the following years, in addition to *The Killer's Kiss*, Kubrick produced *The Killing* (1956), *Paths of Glory* (1957) and *Spartacus* (1960). In the latter, he learned about the importance of having full autonomy over his films, since he took over the direction of *Spartacus*, after the resignation of director Anthony Mann, with filming in progress. Recalling the experience, he reported: "Spartacus was the only film I didn't have full control over. [...] My experience proves that if it is not explicitly stipulated in the contract that your decisions will be respected, there is a very high chance that they will not be" (LOBRUTTO, 1998, p. 193).

After *Spartacus*, Kubrick produced *Lolita* (1962). The film was based on the novel by Vladimir Nabokov (1899-1977), who also wrote the script for the production. Kubrick decided to produce the film entirely in England to benefit from the Eady Plan (1957-



1985), created to stimulate the British film industry. Thereafter, all of Kubrick's films were produced in the UK, and from *Dr Strangelove or: How I Learned to Stop Worrying and Love the Bomb* (1964), based on the book *Red Alert* by Peter George (1924-1966), whose screenplay was written by Kubrick, the director made England his permanent residence.

In 1968, the director released *2001: A Space Odyssey* [*2001: A Space Odyssey*], in partnership with the important science fiction writer Arthur C. Clarke (1917-2008), followed by the film *A Clockwork Orange* [*A Clockwork Orange*] (1971), based on the work of Anthony Burgess (1917-1993), and *Barry Lyndon* (1975), based on the novel by William Thackeray (1811-1863).

In the 1980s, Kubrick produced only two films: *The Shining* (1980), based on the work of the famous thriller Stephen King (1947 - ) and *Full Metal Jacket* (1987), based on the book *The Short-Timers*, by Gustav Hasford (1947-1993).

In 1999, Kubrick's last film, *Eyes Wide Shut*, was released, based on the work *Traumnovelle*, by Arthur Schnitzler (1862-1931), and completed six days before the director's death.

Throughout his long career, Kubrick produced 13 films and envisaged countless projects that, for various reasons, were not completed. He worked through pre-production on *Napoleon* (developed in the 1970s, after *2001: A Space Odyssey*) and *Aryan Papers* (during the 1990s), and formulated, together with writer Brian Aldiss (1925-2017), the initial idea of A.I. Artificial Intelligence, later produced and released by Steven Spielberg (1946- ), in 2001.

Detail-oriented and meticulous, and involved in all aspects of film production - including the activities developed after the release of the films - Kubrick accumulated an extensive collection, especially after the family moved to the mansion on the Childwickbury Estate, in the county of Hertfordshire, in England.

After the director's death in 1999, Kubrick's archive remained largely untouched. It occupied entire rooms of the director's mansion indoors and out. The family didn't know what to do with all that material, but some events that followed contributed to starting to understand the public interest in the collection. Among these events, the



requests for access to the archive for the following achievements stand out: the itinerant exhibition on Kubrick, organized by the Deutsches Filmmuseum, in Frankfurt, Germany, from 2004 onwards; publications by Taschen, entitled Stanley Kubrick Archives (2008) and Stanley Kubrick's Napoleon: the greatest movie never made (2009), which began in 2004; the documentary Stanley Kubrick's boxes (2008), by journalist Jon Ronson, based on access to the archive, in 2001<sup>5</sup>.

In this sense, the director's family began to look for an appropriate place for the custody of the collection. UAL, which in the same period planned to build a new archives and special collections center, had a winning proposal among other institutions, and began to prepare to receive the extensive Kubrick archive and the other collections and archives that were dispersed throughout the university<sup>6</sup>. In 2007, the Center was inaugurated and received, among other collections, the Kubrick's archive.

### **3 AN OVERVIEW OF KUBRICK'S ARCHIVE AT UAL**

According to Lobrutto (1998, p. 32), "Stanley Kubrick's career, as a film director, begins with two converging forces - his love, from an early age, for cinema and his work as a professional photographer". The relationships established by Kubrick, within the scope of his life and activities as a filmmaker, including photography, are evidenced in his extensive personal archive.

Personal archives are essentially instrumental and "have the capacity to reflect the different activities in which they participate" (CAMARGO, 2009, p. 37, in translation). Created because of the needs and wishes of their producers, personal archives, unlike organizational ones, are not subject to legal or administrative requirements. For this reason, it is their holders who decide what should be preserved or eliminated and how the files should - or should not - be organized.

---

<sup>5</sup> Further information at: <<https://www.imdb.com/title/tt1263704/>>. Accessed on: 5 Jul. 2023.

<sup>6</sup> In addition to the Kubrick archive, the Center has 35 collections and private collections mainly related to cinema, graphic design, and journalism. Included are the archives of filmmakers John Schlesinger (1926-2003) and Thorold Dickinson (1903-1984), the designer Tom Eckersley (1914-1997) and the photojournalist Phillip Knightley (1929-2016).



Produced and accumulated in different circumstances, it is not always possible to establish the context of production of personal archives, leaving “always a considerable margin of indeterminacy as to what was kept by attachment, purpose or chance” (NEDEL, 2013, p. 140, in translation). However, it is essential to seek to identify the logical relationships between these records and create the connections that give meaning to the set of documents (MEEHAN, 2018, p. 317, in translation).

According to Hobbs (2017, p. 322, in translation), it is essential to understand the intention of the archive creator to obtain a “more complete and holistic sense of how and why documents are created and preserved”. In Kubrick's case, the intention of taking notes and recording information was related to the purpose of facilitating his working relationships and the execution of ideas and tasks, as mentioned in an interview with journalist Gene Siskel, in 1972: “It means looking for an efficient way remembering what you asked people to do and where the task is. I think filing systems, notebooks and memos are the only way to do it” (KUBRICK, 1972).

An interesting aspect to be observed in Kubrick's archive is that the director was not only concerned with records and forms of archiving information to facilitate communication within the scope of his professional and personal relationships, but he was also concerned with the packaging of these materials. In the documentary, Stanley Kubrick's boxes (2008), Kubrick's longtime assistant, Tony Frewin, explains that the director, dissatisfied with the archival boxes available on the market, ordered 400 boxes to specific measurements from a manufacturer to store his archives.

Consisting of approximately 800 linear meters of boxes, Kubrick's archive contains documents referring to the director's entire career, including the period in which he started his activities at Look magazine to the production of *Eyes Wide Shut*. The material related to his films includes documents relevant to the entire film production process, covering the adaptation of scripts, pre-production, production, post-production, distribution and marketing to the exhibition and reception of films, through newspaper clippings and letters. of fans. The collection also contains post-mortem documents as Kubrick's family preserved documentation on the release and reception of *Eyes Wide Shut*, which occurred after the director's death. In addition, there are materials stemming



from unrealized projects such as the Aryan Papers, Napoleon, and A.I. Artificial Intelligence.

Kubrick's archive has been organized chronologically according to the director's films. Documentary series were also created relating to Kubrick's work on Look magazine, his short films, unfinished projects, and documentaries by Kubrick's daughter, Vivian, about *The Shining* and *Full Metal Jacket*, in addition to the documentary series "General business and personal materials" which, broadly speaking, accommodates materials that do not refer to films or previous categories. The collection also contains many books, especially on the Holocaust and World War II (1939-1945), and they have been cataloged in UAL's central library system.

The original order of the documents was maintained and the materials relating to each film were organized according to the stages of film production, that is, development, pre-production, production, post-production, distribution, and marketing. In this way, it was possible to preserve the relationships between documents and the activities that generated them.

In the "development" subseries, which contains initial notes on the original novel up to the final scripts, interesting ideas are found that were not incorporated into the final version of the films. For example, in the documentation for *2001: A Space Odyssey*, there is a script by Kubrick and Arthur C. Clarke in which Discovery's central computer is named Athena (not HAL)<sup>7</sup>. In another script, with additions to certain scenes, dialogue is included for an "Another HAL" who converses with the film's protagonist, astronaut Bowman<sup>8</sup>.

The "pre-production" subseries makes up a large part of Kubrick's collection and justifies the meticulous aspect of the director who extensively researched the subject and constituent elements of the films. In addition to documentation on casting, there is an extensive amount of research material for the visual effects, costumes, props and, most importantly, the location of the shoot.

Within the scope of the subseries in the production phase, documents on the day-to-day of filming, locations and the continuity of the recordings are included. It is in this

---

<sup>7</sup> Stanley Kubrick Archive, University of the Arts London, SK/12/1/2/1.

<sup>8</sup> Stanley Kubrick Archive, University of the Arts London, SK/12/1/2/4.



subseries that the props are found, including some created for an alternate ending. In the materials referring to *Full Metal Jacket*, for example, there is a decapitated wax head that would be used by the protagonist Animal Mother to cut off the Viet Cong sniper, and whose filmed scene was removed from the final version of the film<sup>9</sup>. It is noteworthy that a large part of the set of props and costumes from Kubrick's films can be found in the traveling exhibition of the Deutsches Filmmuseum.

Subseries on post-production, distribution and marketing demonstrate Kubrick's full involvement with all post-filming processes, including his participation in editing the images and sound, and following up on the distribution of films, preparation of advertisements and advertisements, and translation. of foreign versions. The collection also has newspaper clippings about the reception of films in different countries - including Brazil - and originally organized in chronological and thematic order. In the case of *A Clockwork Orange*, there are also documents about the reception and criticism of the film in the United Kingdom, and Kubrick's decision to withdraw the film from circulation in that country after threats to his family.

Finally, there is the subseries "Indexed Papers and Letters", organized by Kubrick in alphabetical order and which includes various correspondence, including those sent by fans.

It is interesting to note the near absence of audiovisual material in Kubrick's collection. As the family informed the archivists of the documentation center, the director determined that the audiovisual material was destroyed right after the editing of each film, so that it would not be, in a later situation, reused or reedited without the director's consent. The only existing audiovisual materials in the collection refer to the film rolls, and sound recordings used in the making of Vivian Kubrick's documentaries, and some film rolls resulting from the production of *Eyes Wide Shut* that possibly survived given Kubrick's early death. after the completion of the film<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Stanley Kubrick Archive, University of the Arts London, SK/16/3/2/8.

<sup>10</sup> This situation brings us back to what McKemmish (2013, p. 22) refers to as "memory murder practices", when describing, in an extreme situation, the acts of destruction of personal records by its producer, the Australian writer Patrick White. According to McKemmish, the final versions of White's books were what he wanted people to see and what really mattered to him. In Kubrick's case, one imagines that there was the same intention.



On the other hand, a large part of the director's collection consists of photographs - about a third of the collection, or rather, around 300 boxes. This large amount points to the importance of photographs in Kubrick's film production processes because, for the most part, they were produced within the scope of the pre-production and production phases of the films. In addition, most of the photographs refer to Kubrick's last films to the pre-production phase of *Eyes Wide Shut*. In broad lines, among the photographs, there are backstage photos as Kubrick always employed a photographer to record "behind the scenes", in addition to an extensive amount of research photos and images in other formats, such as color slides, negatives and polaroid, as we will see below.

#### **4 THE PHOTOGRAPHS IN KUBRICK'S ARCHIVE**

Mariz and Cordeiro (2022, p. 195, in translation) state that we live "in a time where there are practically no personal archives without photographs". In the case of Kubrick's collection, this observation could not be truer: as mentioned, more than 30% of his collection is made up of photographs.

The large number of photographs that make up Kubrick's collection points to their importance in the director's film production processes. In these processes, a key element in the pre-production phase is research photographs, used to select the location where the film would be shot or a location that would inspire the construction of the sets.

Richard Cox (2017, p. 149, in translation) suggests that, in addition to understanding the existence of photographs in personal archives, it is necessary to identify the meaning of these records based on "the photographer's motivations, the nature of the photographic technology used, the person's objectives and of the institution that are using photography and our perceptions - all of this in addition to the raw image offered".

Although originally from New York, Kubrick lived in a quiet rural area in Hertfordshire, north of London, from 1961 until his death in 1999. During this period, London served as a source of inspiration and backdrop for some of the most famous scenes. iconic landmarks from Kubrick's films, where the director has transformed the city

into something entirely new each time. Part of this search for inspiration in the city or the ideal location for filming was also due to the director's desire to produce films as close to home as possible.

For example, in *Full Metal Jacket*, produced between 1983 and 1987, the famous war scenes, set in the Vietnamese city of Huế, were filmed in the old and abandoned Beckton Gas Works, near the Isle of Dogs, in East London. Palm trees were planted, and signage was changed to Vietnamese to achieve the transformation, as in Image 1:

**Image 1** - Photos of the adaptation of the location for the filming of *Full Metal Jacket*.



Source: Stanley Kubrick Archive (Reference code: SK/16/2/3/3).

However, before this process of modifying the environment, research was carried out on the location and props for the construction of the scenarios. Most of this material consists of photographs. It is also important to remember that, at that time, computer programs for image editing had not yet been created. For that reason, the photos of the



locations selected for filming were adapted by the art department team to show how those locations could be set up to look like Vietnam: many photos were covered with clear tape and small details were added, such as palm trees and billboards. These photos are impressive because they demonstrate, in addition to the film production process, the forms used in cinema before the emergence of certain computer programs<sup>11</sup>.

Also noteworthy is the extensive set of photos produced in the pre-production phase of *Eyes Wide Shut*. Produced between 1995 and 1999, the film was set in New York, but filmed mostly at Pinewood Studios, in Buckinghamshire, England. Kubrick's initial idea was to find, in London, the ideal location to reproduce New York. To this end, he requested that photographs be taken of various aspects of the two cities, especially London. For more than a year, Kubrick's nephew, Manuel Harlan, photographed London restaurants, bars, clinics, shops, streets, and apartments, and developed these images in 10x15cm photos. However, the idea of filming on location was set aside and the film was made in a studio, despite the extensive amount of time and materials produced for the development of the preliminary idea. The entire set of photos was deposited in the documentation center in an original order, organized alphabetically by street. Kubrick even ordered specific file boxes to accommodate these photographs.

The photographs also played a fundamental role during the filming processes. For example, about the production of *The Shining*, carried out between 1978 and 1980, there are photographs of continuity and lighting tests, containing images of the Overlook hotel and of the actors and actresses, among them, Jack Nicholson, Shelley Duvall, Danny Lloyd, and Scatman Crothers, as in Image 2:

---

<sup>11</sup> Stanley Kubrick Archive, University of the Arts London, SK/16/2/3/3.

**Image 2** - The Shining continuity album.



Source: Stanley Kubrick Archive (Reference code: SK/15/3/1/1).

In reference to the pre-production of *2001: A Space Odyssey*, in the “Indexed Papers and Letters” subseries, correspondence and photographs related to the development and implementation of ideas for the use of products in the film are found. Mostly these are documents between the Kubrick team and American and British companies requesting the loan of existing items or commissioning new projects to help create an authentic vision of the future, as well as setting out terms for promotional ties about the film's release. In this subseries, there are photographs of futuristic products developed by several companies, such as IBM, American Express, Pan American and Parker Pen Company<sup>12</sup>.

Finally, we highlight the behind-the-scenes photographs that documented the production and were used in the marketing of the films. From the beginning of his career as a film director, Kubrick employed a photographer to produce the “behind the scenes”

<sup>12</sup> Stanley Kubrick Archive, University of the Arts London, SK/12/8/2.



shots. There are behind-the-scenes photographs in all the director's films, including during the filming of *The Seafarers*<sup>13</sup> e *Fear and Desire*<sup>14</sup>. In the materials referring to the production of *Dr Strangelove: or How I Learned to Stop Worrying and Love the Bomb*, for example, there are also backstage photographs taken by the important North American photographer Arthur H. Fellig (1899-1968), better known as Weegee who visited the film's set and produced the behind-the-scenes photos for publicity purposes<sup>15</sup>.

From the perspective of the photographs from Kubrick's archive, it is possible to understand the role they played in the director's film production, especially as a facilitating resource in the pre-production and film production processes, and which were also used in the activities and products of marketing and promotion of films. Having had a long career spanning more than 50 years, it is also interesting to note the different types of photographs that exist in the collection, including polaroids and quick-develop photos, created in the 1990s, for example, demonstrating the evolution of ways of producing photographs.

From the analysis of the different ways in which photographs were used in Kubrick's works, it is possible to understand some aspects related to his way of working and the issues that were very important to him, such as the development of detailed research into possible filming locations or the production process of sets and props. Furthermore, it highlights the functioning of the film industry in each period and the ways in which it developed.

Finally, Kubrick's archive, covering photographs, encourages reflection, for example, on themes covered in the director's films, including those discussed in this article, as in the case of war, in *Full Metal Jacket*, or artificial intelligence, portrayed in *2001: A Space Odyssey*. A record resulting from activities carried out in the production processes of Kubrick's films has become a source of information and research beyond the life and work of its producer.

---

<sup>13</sup> Stanley Kubrick Archive, University of the Arts London, SK/4.

<sup>14</sup> Stanley Kubrick Archive, University of the Arts London, SK/5.

<sup>15</sup> Stanley Kubrick Archive, University of the Arts London, SK/11/10/1/6.



## 5 FINAL CONSIDERATIONS

American director Stanley Kubrick is considered one of the greatest references in cinema today. He began his career as a photographer when he was still a teenager and, in more than five decades of work, he has produced innovative films that deal with different themes.

Kubrick possessed a high level of artistic control and was involved in all aspects of the filmmaking process, from adapting scripts to releasing his films. For living most of his life close to film studios, especially after moving to England, Kubrick accumulated, in his residence, large sets of documents produced in the scope of his work.

After his death in 1999, Kubrick's family allowed projects to be carried out with the collection, including the publication of books, documentaries and its exhibition in an itinerant exhibition that was shown in several countries.

In 2007, Kubrick's extensive archive, consisting of approximately 1,000 boxes of miscellaneous documents, was deposited at the UAL documentation center. Among these materials, about a third of them are photographs. This large amount points to their importance in Kubrick's film production processes, as they were mostly produced within the scope of the pre-production and production phases of the films.

Through the analysis of the constitution of Kubrick's archive and the different ways in which photographs are presented in it, it is possible to understand that Kubrick's relationship with photography exceeded the time in which he began his career as a photographer, permeating his entire career as a director of cinema, and used as a facilitating instrument in film production processes. Furthermore, they record the evolution of photography itself and some techniques used by the film industry.

In addition to the immediate potential that Kubrick's collection offers, relating to the director's life and work, it is possible to glimpse the contributions of the collection that constitutes a source of information and research on themes covered in Kubrick's films or on the new uses that the collection acquired after being donated to the Archives and Special Collections Centre at UAL.



## REFERENCES

- BRAXTER, John. **Stanley Kubrick: a biography**. New York: Carroll & Graf Publishers, 1997.
- KUBRICK, Stanley. Day of the Fight. Direção: Stanley Kubrick. Produção: Stanley Kubrick. [S.l.], 1951. (16 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ge16uzVyFLU&feature=youtu.be>>. Acesso em: 5 jul. 2023.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano 45, n. 2, jul./dez. 2009, p. 26-39. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/2009-2-A02.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf). Acesso em: 12 out. 2023.
- COX, Richard. **Arquivos pessoais: um novo campo profissional**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.
- HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2017.
- KUBRICK, Stanley. **Entrevista a Gene Siskel**. Chicago, 1972 (Stanley Kubrick Archive, University of the Arts London, SK/1/2/8/6).
- LOBRUTTO, Vicent. **Stanley Kubrick: a biography**. London: Faber and Faber, 1998.
- MARIZ, Anna Carla; CORDEIRO, Rosa Inês. O contexto de produção e as fotografias nos arquivos pessoais: um estudo nos artigos de periódicos da Ciência da Informação e Arquivologia. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 194-217, set. 2021./fev. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/181428>. Acesso em: 11 out. 2023.
- MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... novas considerações. In: TRAVANCAS, I.; ROUCHOU, J.; HEYMANN, L. (org.). **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 17-43.
- MEEHAN, Jennifer. Novas considerações sobre ordem original e documentos pessoais. In: HEYMANN, L.; NEDEL, L. (org.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018, p. 305-328.
- NEDEL, Letícia. Da sala de jantar à sala de consultas: o arquivo pessoal de Getúlio Vargas nos embates da história política recente. In: TRAVANCAS, I.; ROUCHOU, J.; HEYMANN, L. (org.). **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 131-164.
- OLIVEIRA, Lisbeth. Fotografia documental e início do fotojornalismo. **Comunicação & Informação**, v. 2, n. 1, 1999, p. 63-77. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/22845>. Acesso em: 12 out. 2023.
- PULVER, Andrew. Stanley Kubrick's knockout friend. Publicado no The Guardian (25/03/2009). Disponível em:<<https://www.theguardian.com/film/filmblog/2009/mar/23/stanley-kubrick-walter-cartier>>. Acesso em: 5 jul. 2023.



---

## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International.



## ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS: UMA REVISÃO DE TEORIA E PRÁTICAS

*Personal archives organization: a review of theory and practices*

Priscila Rosa Martins<sup>1</sup> 

Rosane Suely Alvares Lunardelli<sup>2</sup> 

Diana Vilas Boas Souto Aleixo<sup>3</sup> 

### RESUMO

O objetivo do presente artigo é verificar as práticas de organização utilizadas e difundidas pela Fundação Getúlio Vargas, Fundação Fernando Henrique Cardoso e Fundação Oswaldo Cruz. As instituições foram escolhidas pelo fato de terem produzido material bibliográfico, apresentando metodologias de organização nas obras: Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência CPDOC; Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais e Manual de organização de arquivos pessoais, respectivamente. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica, de caráter descritivo. A hipótese era de que se apresentavam como material de conteúdo semelhante, porém foi perceptível a diferença anunciada em seus títulos por “metodologia”, “abordagem” e “manual”. O Manual de organização de arquivos pessoais apresenta parâmetros claros, como o processo de avaliação e aquisição de um acervo a ser incorporado para quaisquer instituições. Como iniciativa pioneira, a Metodologia de organização de arquivos pessoais merece ênfase ao apresentar suas experiências com arquivos de pessoas servindo de material basilar para outras instituições. Quanto a Tempo e circunstância, o caráter teórico discutido previamente aos procedimentos práticos traz relevantes considerações que devem ser aproveitadas para futuras experiências. É de suma importância discutir os exemplos que propiciaram as publicações das obras aqui analisadas. Foram referenciados os arquivos de homens, políticos e cientistas, há foco em figuras de

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui mestrado em Estudos Literários pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), licenciatura em Letras - Língua e Literatura Vernáculas (UFSC) e graduação em Arquivologia (UEL).

<sup>2</sup> Professora Associada do Departamento de Ciência da Informação (UEL). Possui graduação em Biblioteconomia, mestrado e doutorado em Estudos da Linguagem (UEL) e pós-doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

<sup>3</sup> Docente do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP - Marília), mestre em Ciência da Informação (UEL), especialista em Organização de Arquivos pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) e bacharel em Arquivologia (UEL).



“relevância pública”. Embora seja crescente o interesse pelos arquivos de pessoas, é necessário que os/as pesquisadores elaborem discussões teóricas que irão contribuir para a prática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivos pessoais. Organização arquivística. CPDOC. FFHC. Fiocruz.

## ABSTRACT

The present paper assesses organizational practices used and disseminated by Fundação Getúlio Vargas, Fundação Fernando Henrique Cardoso and Fundação Oswaldo Cruz. These institutions were chosen for their publication of works on Archivistics: Methodology for organizing personal archives: the CPDOC experience; Time and circumstance: the contextual approach of personal archives and Manual for organizing personal archives. Methodologically, the research was developed as a bibliographic review, of a descriptive nature. The hypothesis was that the above works were presented as similar in content, but the difference announced in their titles by words such as “methodology”, “approach” and “manual” was noticeable. Manual for organizing personal archives presents clear parameters, such as the process by which institutions may evaluate and acquire collections. As a pioneering initiative, Methodology for organizing personal archives deserves emphasis for presenting its experiences with personal archives, serving as basic material for other institutions. As for Time and circumstance, the relevant theoretical discussion which precedes its practical procedures should contribute to future experiences. It is extremely important to discuss the examples that led to the publication of the works here analyzed. References were made to personal archives of primarily “publicly relevant” individuals, such as politicians and scientists. Although there is a growing interest in personal archives, researchers must engage in theoretical discussions that will contribute to practice.

**KEYWORDS:** Personal archives. Archival organization. CPDOC. FFHC. Fiocruz.

## 1 INTRODUÇÃO

**O** ser humano vivencia o mundo por abstração, observação e experiência, produzindo informação e gerando conhecimento. Apreendido em sociedade, à medida em que se desenvolvem processos de sistematização, organização e difusão, o conhecimento é elaborado, mas nem sempre partilhado de maneira registrada. Ao longo dos anos, o percurso é identificado pelos rastros deixados, fortalecendo a importância da gestão para tratar e armazenar as informações custodiadas.



No intuito de conservar e preservar o conhecimento adquirido, as sociedades desenvolveram técnicas que mudaram a relação do ser humano com a prática de guardar documentos que registram e testemunham eventos, trâmites e outros atos. No íntimo de seus lares, observa-se que as pessoas passaram a acumular itens que comprovam sua existência e as relações que estabelecem com os outros. Em caixas, pastas e gavetas não estão apenas fotografias e cartas, incluem-se registros de empréstimo financeiro, certidões, prescrição médica, mechas de cabelo, receita de bolo, diplomas, figurinhas de um álbum nunca completado. Eles são apenas alguns dos elementos que compõem os arquivos de pessoas<sup>4</sup>.

No campo específico da Arquivologia, os arquivistas têm contato com os arquivos de pessoas em contextos públicos e privados. Em algumas situações, instituições públicas e privadas recebem, geralmente, por doação ou compra, conjuntos documentais de pessoas que tiveram alguma representatividade social, política, artística, acadêmica. Há, também, os arquivos particulares que contêm informações compreendidas em várias fases do arquivo e que atendem a demandas individuais, envolvendo, por vezes, toda uma família.

Como a temática abrange os olhares de diferentes áreas do saber, o objetivo que norteou a presente pesquisa foi verificar as práticas de organização utilizadas e difundidas pela Fundação Getúlio Vargas<sup>5</sup>, Fundação Fernando Henrique Cardoso<sup>6</sup> e Fundação Oswaldo Cruz<sup>7</sup>. A escolha das instituições deve-se ao fato de serem referências nacionais no que dizem respeito ao trabalho com arquivos de pessoas, além de terem produzido material bibliográfico, apresentando metodologias de organização nas obras:

---

<sup>4</sup> Enfatiza-se a preferência pelo uso de "arquivos de pessoas" proposto por Camargo (2009) conforme será exposto posteriormente. Entretanto, devido ao uso recorrente de "arquivos pessoais", a nível de reflexão e atribuição de títulos de pesquisa, a forma também aparece no texto

<sup>5</sup> Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivos-pessoais>. Acesso em: 13 jun. 2023.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://fundacaoofhc.org.br/>. Acesso em: 13 jun. 2023.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/patrimonio-cultural/acervo-arquivistico>. Acesso em: 13 jun. 2023.



Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência CPDOC (1998), Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais (2007) e Manual de organização de arquivos pessoais (2015), respectivamente.

## **2 ARQUIVOS DE PESSOAS: ENTRE PAPÉIS E TERMOS DISPERSOS**

Os arquivos de pessoas têm sido utilizados como fonte de pesquisa e reflexão por estudiosos de História, Letras, Educação, entre outras. Cada área dispõe de métodos e terminologia próprios e, como resultado, observa-se uma gama, cada vez maior, de termos e conceitos sobre o mesmo corpus. Nesta pesquisa, é considerada a reflexão de Camargo (2009) ao elucidar que a atribuição “pessoal” pode designar ao menos três compreensões: documentos sobre pessoas, documentos acumulados sobre indivíduos e documentos identitários. Assim, a autora indica que o mais correto seria utilizar a expressão “de pessoa”.

Para Bellotto (2006, p. 266), um arquivo de pessoa é o “[...] conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores artistas etc.”. No entanto, a autora delimita a pessoas que a forma “[...] de pensar, agir, atuar e viver possa [...]” influenciar outros pesquisadores da mesma área “[...] ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade.” (Bellotto, 2006, p. 266).

Camargo (2009, p. 29) ressalta que “[...] nem tudo o que é conservado num arquivo pessoal tem ligação com a atividade que justificou seu ingresso na instituição de custódia.”, uma vez que a seleção também representa os critérios, missão e objetivos da instituição. A autora pontua que não são “quaisquer” pessoas que terão seus arquivos tratados, somente aquelas que alcançaram certo prestígio que “merecerão” ter seus registros custodiados e



difundidos. Em contrapartida, Oliveira (2013) frisa a relevância de estudar os arquivos de qualquer pessoa, pois ocupam um lugar na construção e preservação de uma memória coletiva, contribuindo para a compreensão da sociedade em sua pluralidade. Oliveira (2012 apud 2013, p. 33) ainda afirma que “[...] os arquivos pessoais representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios. [...] São, obviamente, registros de seu papel na sociedade, em um sentido amplo”. Assim, no exercício de construção da memória dos indivíduos, o processo de vivência, seleção e guarda possibilita a construção da memória coletiva.

A constituição de arquivos tão diversos e únicos revela pontos em comum, seus itens apresentam uma particularidade: “[...] o documento reflete uma realidade; não é a realidade concreta. É um discurso sobre a realidade [...]” (Bellotto, 2006, p. 263). Dessa forma, evidencia-se que o estudo de arquivos de pessoas pressupõe conhecer múltiplas possibilidades de leitura e interpretação.

Por muito tempo, teóricos, pesquisadores e historiadores consideraram os arquivos de pessoas como mera coleção (reunião artificial, sem relação), que permitiam serem tratados ou simplesmente manuseados de acordo com a necessidade do/a pesquisador(a) e demais usuários, tornando ausentes as relações estabelecidas pelos indivíduos. No tocante às “liberdades” dos titulares, Silva (2013) aponta três vertentes: a da acumulação (são guardados apenas o que há interesse e/ou obrigação), a da organização (desprendimento a regras para ordenar seus próprios documentos) e da seleção (estabelecer critérios individuais de avaliação e descarte). Hoje, a iniciativa de recolher e receber esse tipo de fundo tem promovido novos olhares para o que é acumulado em casa, assim como traz à tona um imbróglio em relação à própria prática e teoria arquivística.

Conforme Lopes e Rodrigues (2018), há uma variedade de termos empregados para definir tais conjuntos documentais pelas instituições públicas brasileiras. As autoras fizeram um levantamento em 20 instituições que



utilizavam, além de dos termos “fundo”, “coleção”, “arquivo” e “acervo”, as combinações: “fundo privado”, “fundo pessoal”, “fundo documental privado”, “arquivo privado”, “arquivo particular”, “acervo textual privado” e “acervo privado”. A falta de uniformidade é vista pela aplicação de conhecimentos biblioteconômicos e museológicos que, por muito tempo, correspondiam às instituições e práticas que recebiam os arquivos de pessoas. Observando que tal abordagem ainda é recorrente, as autoras concluem que ignorar a contribuição da Arquivologia resulta na multiplicidade de tradições e práticas, apesar da disciplina dispor de instrumentos para a padronização e unificação da terminologia da área (Lopes; Rodrigues, 2018).

Nas diversas publicações da área, é perceptível a carência de uniformidade em relação aos termos empregados, o que leva alguns autores a afirmarem que se a terminologia arquivística é pouco precisa, pode estar longe de ser uma ciência exata (Rangel; Silva, 2021). Outrossim, há quem assegure que não existe terminologia consolidada, observando o baixo grau de homogeneidade e consonância.

Sem se estender nesse debate, Bellotto (2002, p. 7) delimita como escopo: “[...] o documento de arquivo, graças a seus elementos substanciais, fortemente ancorados nos princípios [...] é, indubitavelmente, prova do exercício das funções/atividades da entidade produtora/acumuladora do documento”. Os documentos de arquivo têm características próprias e os arquivistas devem seguir alguns princípios em sua prática. Tais características são responsáveis por diferenciar o documento arquivístico de outros documentos, determinando o objeto da Arquivologia, já os princípios têm relação direta com a própria definição do campo científico (Rangel; Silva, 2021).

A dificuldade em indicar uma base terminológica consensual foi tema da palestra de Bellotto (2015) por ocasião do Seminário “Dar nomes aos documentos: da teoria à prática”. Visando os arquivos pessoais de políticos, a autora apresentou algumas reflexões como a constituição dos arquivos acumulados por pessoa física, com documentos que se definem em



“obrigatório”, “prudente/útil” e “sentimental”. O problema é que, no processo de tratamento dos fundos, em cada fundo, aparecem itens que desafiam os saberes arquivísticos. Na palestra, a autora enfatizou a necessidade de um grupo de trabalho para chegar a esse consenso e, por fim, sugeriu que, diante de tipos “sem nomes”, devem ser observados a proveniência, função, aparência, o teor e a última custódia (Bellotto, 2015).

Partindo do reconhecimento desses aspectos em relação aos arquivos de pessoas, passou-se à leitura integral das três obras e análise, buscando ressaltar as particularidades descritas pelas fundações. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica, de caráter descritivo.

### **3 ANÁLISE DAS OBRAS E INSTITUIÇÕES**

Ao se observar os títulos e a classificação biblioteconômica atribuída nas fichas catalográficas das obras escolhidas para análise (*Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência CPDOC, Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais e Manual de organização de arquivos pessoais*), é possível identificar diferentes objetivos nos manuais. Inicialmente, destaca-se a presença da palavra “organização” em dois dos três títulos.

Organizar é “dar certa ordem ou forma regular a (série de itens, um todo); arrumar, ordenar”, “planejar e prover do necessário para a realização”, “juntar elementos, indivíduos para compor (grupo, todo)”, “adquirir certa estrutura, forma, estruturar” (Houaiss, 2015, p. 689). Do ponto de vista etimológico, é “estabelecer as bases” (Cunha, 2010, p. 463).

No saber e fazer da Arquivologia, a organização corresponde ao desenvolvimento adequado das funções arquivísticas. De acordo com Rousseau e Couture (1994), as funções basilares são: produção/criação, avaliação, classificação, descrição, difusão, preservação e aquisição. A etapa da classificação demanda um maior esforço organizativo, por isso acaba por



estabelecer uma relação de dependência com as outras etapas, que podem ocorrer concomitantemente, como a descrição e difusão.

Macêdo (2018) esclarece que o processo de classificação é realizado em arquivos correntes, enquanto em arquivos permanentes são elaborados os arranjos. Segundo a autora, na década de 1980, houve tentativa de usar o termo “organização” em vez de classificação, percebendo que “classificação” é frequentemente usada na Biblioteconomia e, na prática arquivística, confunde-se com ordenação.

Ainda nos títulos das obras em análise, percebe-se distinções entre “metodologia”, “abordagem” e “manual”. De acordo com o *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (2010, p. 424), metodologia deriva de método: “[...] ordem que se segue na investigação da verdade, no estudo de uma ciência ou para alcançar um fim determinado”. No *Pequeno Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2015, p. 636), o verbete recebe a seguinte definição: “conjunto de métodos, princípios e regras empregados por uma atividade ou disciplina”. Somente no *Dicionário Priberam na Língua Portuguesa On-line* (2023), há referência à prática: “aplicação do método no ensino”. Assim, é possível concluir que a escolha por “metodologia” implica a apresentação de um processo investigativo e que dele surgem algumas regras e práticas a serem aplicadas. No tocante à classificação da Classificação Decimal de Dewey (CDD), a ficha catalográfica enumera:

1. Arquivos familiares e 2. Arquivos - Organização.

O segundo livro destaca a “abordagem”, ou seja, substantivo derivado do verbo abordar: “ação ou efeito de abordar” (Cunha, 2010, p. 4). Empregado em um contexto teórico, entende-se por abordagem: “qualquer tipo de aproximação” e ainda “maneira ou método de tratar ou interpretar algo” (HOUAISS, 2015, p. 5). Na ficha catalográfica, estão apontados 1. Arquivos pessoais, 2. Arquivos - Teoria e 3. Arquivos - Metodologia.

Ao terceiro foi atribuído “manual”. Por definição, manual é “livro que sumariza as noções básicas de uma matéria ou assunto”; “guia prático que explica o funcionamento de algo” (Priberam, 2023, on-line). No *Pequeno Dicionário Houaiss* (2015, p. 616), a



palavra recebe duas entradas distintas, sendo a primeira relativa à mão e, a segunda, “livro pequeno que contém as noções de uma matéria, técnica, uso de um produto”. Em sua ficha, a indicação é mais abrangente, sendo 1. Arquivologia, 2. Arquivos pessoais e 3. Organização e administração.

Tais diferenças e semelhanças serão problematizadas à medida em que se desenvolverem as leituras. No momento, é importante frisar que a escolha por “abordagem”, pela Fundação Fernando Henrique Cardoso, refere-se à abordagem contextual, logo, indica um campo teórico-crítico mais abrangente do que as outras publicações.

### **3.1 Fundação Getúlio Vargas**

Com o objetivo de qualificar profissionais para a administração pública e privada, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) iniciou suas atividades em 1944<sup>8</sup>. Somente em 1973, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) foi criado. Também com o compromisso de promover cursos de graduação e pós-graduação, tinha o intuito de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história do país<sup>9</sup>.

No momento da publicação de *Metodologia de organização de arquivos pessoais*: a experiência CPDOC, em 1998, estava como coordenadora do Setor de Documentação, a servidora Priscila Fraiz<sup>10</sup>, graduada em Ciências Sociais, mestra em Letras e doutora em História da Ciência, com a seguinte tese: “Coleções em arquivos, museus, e bibliotecas: uma abordagem arquivística”, defendida em 2005, sob orientação da professora Ana Maria de Almeida Camargo<sup>11</sup>. Fraiz permaneceu na instituição durante os anos de 1979 a 1999, exercendo os cargos de pesquisadora e documentalista, trabalhando no tratamento técnico de arquivos pessoais. Deixou a instituição para assumir, ainda

<sup>8</sup> Disponível em: <https://portal.fgv.br/institucional>. Acesso em: 20 maio 2023.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sobre>. Acesso em: 20 maio 2023.

<sup>10</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4748062631090684>. Acesso em: 20 maio 2023.

<sup>11</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8683852109548456>. Acesso em: 20 maio 2023.



em 1999, cargo na Fundação Oswaldo Cruz.

Na apresentação do livro, Fraiz ressalta o pioneirismo do CPDOC, servindo de parâmetro para outras instituições. Destaca que o material passou por uma revisão a fim de corrigir erros de impressão e certas imprecisões, além de tentar acompanhar as mudanças tecnológicas. Por fim, enfatiza que um manual tem duas propriedades: “Permanência, pela sua estabilidade constante, atestando determinados passos em determinadas épocas; e transitoriedade, por afirmar a necessidade de uma contínua mudança, o que torna nossa *Metodologia* um rumo/rima e não uma solução.” (CPDOC, 1998, [s. p.], grifos da autora).

O sumário está dividido nos seguintes capítulos: Procedimentos iniciais; Documentos textuais não impressos; Documentos visuais, sonoros e audiovisuais; Documentos impressos e Anexos. Nesse último, estão as fichas, os modelos e guias utilizados no CPDOC.

Ler *Metodologia de organização de arquivos pessoais* é adentrar pela História Política do Brasil. Personalidades e fatos históricos tornam-se exemplos de práticas arquivísticas e biblioteconômicas como personagens de uma narrativa. No momento da publicação do livro, a organização no CPDOC poderia ser feita seguindo critérios funcionais, temáticos, geográficos ou tipológicos. No processo descritivo, utilizavam como base o livro *Linguagem controlada em história do Brasil e áreas afins* e o *Código de catalogação anglo-americano*.

A partir das séries propostas, os arquivos eram divididos por: a) correspondência (cartas, telegramas, cartões, bilhetes); b) documentos pessoais (certidões, diplomas, títulos, carteiras, diários, declarações de imposto de renda, biografias, currículos); c) produção intelectual (discursos, relatórios, artigos, entrevistas); d) recortes de jornais e, às vezes, e) documentos complementares (coletados postumamente). Por questões de acondicionamento, fotografias, filmes e fitas eram tratados pelo subsetor do Audiovisual, mas possuíam uma “guia de transferência” para registrar sua origem no acervo.

No primeiro capítulo, “Procedimentos Iniciais”, são apresentadas as etapas de trabalho desde o contrato de doação de um acervo. Observa-se a referência ao “respeito



à proveniência dos documentos [...]” (CPDOC, 1998, p. 11). Entretanto, no segundo, “Documentos Textuais Não-Impressos”, ao tratarem do arranjo, destacam o desafio dos organizadores, pois é preciso levar em consideração a disposição dos documentos no momento da doação. No entanto, alerta-se que “Não se deve confundir, contudo, a ordem original com a organização dos documentos no arquivo. Se na maioria das vezes é possível apreender uma lógica de acumulação do material [...]” (CPDOC, 1998, p. 13), pois, conforme frisado no documento, a maior parte dos arquivos chega ao CPDOC sem nenhuma organização e o/a colaborador(a) da instituição deverá estabelecer uma lógica que permita o acesso por parte dos usuários.

Compreende-se que o CPDOC teve como intuito diferenciar as etapas de recebimento e tratamento dos conjuntos documentais, sem deixar de lado a preocupação de explicitar que os sentidos atribuídos por quem produziu podem ser considerados um dos critérios. É preciso reconhecer a ordem original, ou melhor, a relação de produção dos documentos que poderá orientar os arquivistas a compreenderem a “lógica de acumulação” física e os motivos do arquivo ter sido “ordenado” daquela maneira. Só após esse processo do qual o quadro de arranjo é produto, poderá ser estabelecida uma “lógica de acesso” para viabilizar a difusão.

Em Metodologia de organização de arquivos pessoais, é dedicado um capítulo especial para os “Documentos impressos” os quais são documentos considerados complementares, tratados pelas regras biblioteconômicas. Segundo consta, “[...] são recebidos e tratados livros, folhetos, periódicos, mapas e plantas que se referem diretamente às atividades exercidas pelos titulares dos arquivos e nos quais sua trajetória política ou profissional encontra-se refletida” (CPDOC, 1998, p. 71).

No capítulo referente aos “Documentos visuais, sonoros e audiovisuais”, os autores do livro citam os instrumentos que usam para organizar e recuperar as informações. Ressaltam que se trata de material diferenciado e que foram observadas a necessidade e a demanda dos usuários, criando, assim, vários catálogos específicos: 1) catálogo geral de arquivo, 2) específico de autor, 3) de título, 4) de assunto e 5) cronológico. Para a organização deles, optam pela sequência alfabética e cronológica.

Para os “Documentos impressos”, são formulados catálogos: 1) onomástico, 2) de



assunto, 3) de título, 4) de fundo arquivístico, 5) topográfico e 6) de registro. Para eles, também se adota a ordem alfabética, destacando aqui que o catálogo de fundo arquivístico é organizado alfabeticamente pelo nome do/a titular do arquivo e pela entrada de autoria de cada documento.

### **3.2 Fundação Fernando Henrique Cardoso**

Criado por incentivo da Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes, o Instituto Fernando Henrique Cardoso foi inaugurado em 2004. No ano de 2010, recebeu o título de Fundação como reconhecimento por se tornar um lugar de debate, além da disseminação de conhecimento<sup>12</sup>.

A publicação bilíngue *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais* é apresentada por Danielle Ardaillon<sup>13</sup>, curadora do tratamento técnico do acervo pessoal do ex-presidente. Ardaillon é formada em Ciências Sociais, mestra em Ciência Política e doutora em Sociologia. Dos desafios de sua responsabilidade, destaca que a “gestão de um acervo desse tipo não requer forçosamente a posse de um diploma de arquivista. Saber organizá-lo e preservá-lo, sim” (Ardaillon, 2007, p. 12). Dessa forma, destaca o trabalho fundamental das historiadoras Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart<sup>14</sup> (especializada em Arquivologia). Integraram a equipe bibliotecários, estagiários e os arquivistas: Cynthia Faria, Alexandre de Almeida, Fabio Botelho, Marlene Souza e Renata Bassetto de Oliveira.

O livro está dividido em dois blocos. O primeiro, chamado “Ponto de partida”, traz questões teóricas em “O acervo e seus contornos”, “Da teoria à prática” e “Opções metodológicas”. O segundo, “Procedimentos”, aborda “Alimentação da base de dados” e “Consulta à base de dados”. O volume também dispõe de anexos com glossário de documentos e tipo de eventos. No

<sup>12</sup> Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/sobre/apresentacao-por-fhc>. Acesso em: 20 maio 2023.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/sobre/apresentacao-por-fhc>. Acesso em: 20 maio 2023.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://sites.usp.br/arquivogeral/?p=5051>. Acesso em: 20 maio 2023.



site do acervo da FFHC (<http://acervo.ifhc.org.br>), é possível acessar dois glossários: um de atividades e eventos, outro de documentos.

A obra traz como reflexão inicial as perguntas “quando” e “como” de forma a instigar o desafio no tratamento desses acervos. Sugere que reconhecer a acumulação de documentos de mesmo tipo, constituindo séries, e a identificação da circunstância que deu origem ao documento podem ser chaves de compreensão nesse âmbito.

A obra traz como reflexão inicial as perguntas “quando” e “como” de forma a instigar o desafio no tratamento desses acervos. Sugere que reconhecer a acumulação de documentos de mesmo tipo, constituindo séries, e a identificação da circunstância que deu origem ao documento podem ser chaves de compreensão nesse âmbito.

O acervo é composto pelos arquivos de Fernando Henrique Cardoso e Ruth Corrêa Leite Cardoso. Inclui também a biblioteca do casal, com livros e periódicos. A primeira consideração que guiou a organização levou

[...] a necessidade de tratar o arquivo pessoal como conjunto indissociável, cujas parcelas só têm sentido se consideradas em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com as atividades e funções de que se originaram. Qualquer outro tratamento [...] poria em risco a organicidade da documentação (Camargo; Goulart, 2007, p. 35-36).

Em relação à FHC, os documentos foram separados pelo grupo de trabalho em três blocos, tendo como critério a atuação política de FHC por períodos: pré- presidencial, presidencial e pós-presidencial. No período pré-presidencial, o qual abarca infância, vida acadêmica, formação familiar, constam: a) correspondência (com instituições de ensino e pesquisa, de cidadãos brasileiros); b) documentos relacionados à carreira docente (cadernetas de campo, notas de leitura, planos de aula, projeto); c) administrativos (Centro brasileiro de análise e planejamento – Cebrap); d) eventos eleitorais (discursos, entrevistas, relatórios de pesquisa de opinião, reportagens fotográficas etc.); e) cópia de documentos parlamentares (leis,



emendas, relatórios); f) dossiês (dívida externa, energia e alianças partidárias); g) clipping (noticiário de imprensa) e h) outros (referentes a Joaquim Inácio Batista Cardoso, avô, e Leônidas Cardoso, pai de Fernando Henrique).

No período presidencial: a) acervo privado de interesse público (relatórios, roteiro de eventos, notas preparatórias de viagens e reuniões, pareceres técnicos, condecorações, presentes, agendas de compromisso, prospectos etc.); b) correspondência (autoridades, instituições, amigos, bilhetes, telegramas), entre outros.

Tendo em vista a atuação presente de FHC, o período pós-presidencial ainda recebe documentação, iniciado após 2003. Entre elas: a) correspondência, b) projetos, c) noticiário de imprensa, d) certificados e diplomas.

Cabe frisar que a obra se propunha a um levantamento de pressupostos teóricos no que concerne à organização dos arquivos de pessoas. Entre eles, a problemática de serem considerados coleções, receberem tratamento individual e biblioteconômico, bem como a dificuldade de relacioná-los a um valor probatório ou ainda a liberdade dos pesquisadores em atribuírem sentido e suas próprias interpretações. Entretanto, tais iniciativas são vistas como lacunares:

Nos arquivos pessoais haveria sempre uma zona de penumbra, marcada pela presença de documentos que, a exemplo dos diários íntimos, não teriam força probatória dos que decorrem de transações, e nessa medida ficariam excluídos da área de competência dos arquivistas (CAMARGO; GOULART, 2007, P. 40).

Na obra, as iniciativas são avaliadas como um equívoco, um entendimento superficial e linear, proclamando “[...] a impossibilidade de se respeitar a ordem original dos documentos” (Camargo; Goulart, 2007, p. 42). A partir de tal observação, apresenta-se como coerente considerar o contexto.

Ao contrário dos documentos que adquirem status probatório a partir da atribuição de significado que o historiador, por força do



método, é sempre capaz de realizar, os de arquivo se caracterizam por manter, em relação às entidades de origem, um vínculo referencial estável e absolutamente alheio aos inesgotáveis sentidos que os pesquisadores, com diferentes recortes temáticos ou enfoques teóricos, podem lhes emprestar (Camargo; Goulart, 2007, p. 47).

No capítulo “III Opções Metodológicas”, são explorados alguns dos critérios utilizados para a organização, dividindo em “configuração lógica”, determinada a partir da organicidade, e em “configuração material”, definida pela necessidade de acondicionamento e armazenamento de cada item. Nota-se a preocupação com a descrição:

A organização lógica do acervo, na área de arquivo, é norteadada pela funcionalidade, isto é, pela identificação do elo entre os documentos e as atividades que lhes deram origem, de modo a garantir que, individual ou coletivamente, os diferentes itens que o integram possam evocar ou representar, de modo inequívoco, as circunstâncias e o contexto que justificaram sua acumulação e guarda (Camargo; Goulart, 2007, p. 60).

Dessa forma, é reafirmada a linha teórica seguida pelas práticas realizadas na FFHC sem desconsiderar as funções de cada documento.

Com base no processo de descrição, o grupo evidencia, mais uma vez, o valor da informação contextual para organizar os documentos.

Conforme indicado em documentos como a Norma de Brasileira Descrição Arquivística (NOBRADE), são preenchidos os campos: “Identificação”, “Contexto”, “Notação” e “Informações complementares”. Entretanto, somente o preenchimento das informações básicas para contemplar a norma restringem, em grande parte, a busca, o acesso e a compreensão da existência dos itens cadastrados. Tendo isso em vista, no campo “Contexto”, as autoras contemplam novas combinações e recuperações para ser feitas e refeitas. É o exemplo de um discurso pronunciado pelo recebimento do título de doutor *honoris causa*. Os documentos provindos desse evento poderão compor uma série com outros de teor similar além de estarem vinculados ao evento especificamente.

Outra contribuição é a construção de uma base de dados dividida a partir



da linguagem identificada, sendo: documentação textual, sonora (ou fotográfica), iconográfica, audiovisual, tridimensional (ou realia).

O trabalho realizado na FFHC também elaborou um Glossário que, segundo Camargo e Goulart (2007), visa corrigir equívocos comuns, incoerências, evitar palavras estrangeiras e promover o uso de termos mais adequados, reavaliar algumas nomenclaturas próprias da língua portuguesa que designam a ação e o registro em texto, ou ainda não deixar de contemplar formas híbridas que passaram por processo de migração.

### **3.3 Fundação Oswaldo Cruz**

Em 1902, o bacterologista Oswaldo Cruz assume a direção do Instituto Soroterápico Federal. Envolvido em pesquisas para a fabricação de soros e vacinas contra a peste bubônica, foi responsável também pela erradicação da febre amarela no Rio de Janeiro. O reconhecimento e alcance das expedições científicas que realizava foram cruciais para a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública. Em comemoração ao centenário de nascimento de Cruz, em 1972, a instituição passa a chamar Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)<sup>15</sup>. A Casa de Oswaldo Cruz (COC) dedica-se à preservação da memória da Fiocruz, servindo também de fonte e fomento de pesquisa na área da história, saúde e ciências.

A apresentação do *Manual de organização de arquivos pessoais* foi escrita pelo diretor Paulo Elian<sup>16</sup>. Além do cargo na instituição, atuou no Arquivo Nacional e no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). No texto de abertura, Elian enfatiza a importância das publicações de manuais para a área arquivística, citando o “Manual dos Holandeses”, e destaca a relevância da disseminação de conhecimento prático que propicia também reflexão para o campo teórico. Com toda sua formação acadêmica na área de História, defendeu a tese “A arquivística

<sup>15</sup>Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/linha-do-tempo>. Acesso em: 20 maio 2023

<sup>16</sup>Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3208337271858261>. Acesso em: 20 maio 2023



no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina”, em 2008, orientado por Heloísa Liberalli Bellotto.

Na introdução, os autores do manual traçam um breve percurso histórico da inserção dos arquivos pessoais em instituições de guarda, marcado por um período pós- ditadura, em 1970. Depois, referem-se à valorização da memória individual e coletiva, na década de 1990, como resultado da reconquista dos direitos civis e participação da sociedade na política nacional.

No tocante a diretrizes e padronização de práticas, a Fiocruz define os arquivos pessoais como aqueles que “podem ser constituídos por documentos textuais, iconográficos, bibliográficos, sonoros, audiovisuais, além de objetos tridimensionais” (FIOCRUZ, 2015, p. 29). Tal esclarecimento se faz necessário, uma vez que encontravam, com frequência, rochas, insetos, ossos, itens que assumiam a função probatória em arquivos de cientistas e pesquisadores (Delmas, 2010), evidenciando o caráter múltiplo da formação de um arquivo pessoal, de maneira a evitar prejuízos no processo de fragmentação ao valorizar apenas alguns gêneros e/ou tipos.

No sumário, encontram-se divididas as atividades por Aquisição; Organização do arquivo; Acondicionamento e armazenamento; Bibliografia e Anexos. Neles estão dispostas informações complementares como a cronologia de Oswaldo Cruz, bem como um exemplo de quadro de arranjo, procedimentos preliminares para arquivos pessoais, roteiro de entrevista, instruções para descrição etc. O *Manual de organização de arquivo pessoais* enaltece o caráter didático do material, visando compartilhar suas práticas e auxiliar outras instituições que recebem esses acervos.

Os conjuntos documentais da Casa Oswaldo Cruz (COC) são provindos de projetos de 1986, como o Acervo de Depoimentos Orais sobre a História da Fundação Oswaldo Cruz e das Práticas de Saúde Pública (Memória Manguinhos), e Memória da Assistência Médica da Previdência Social, dando destaque a personalidades dos campos das ciências biomédicas e da saúde pública, como o acervo pessoal do próprio Carlos Chagas Filho.



Na década de 1990, a instituição recebeu o Arquivo Oswaldo Cruz e o Arquivo Walter Oswaldo Cruz, nomeados no Programa Memória do Mundo da Unesco. Após o período, o Departamento de Arquivo e Documentação (DAD), criado em 1989, passou a implementar

[...] sua política de captação de arquivos pessoais de cientistas, sanitaristas, profissionais da saúde e técnicos, cujas trajetórias contribuíram para a história das ciências e da saúde. [...] Hoje, a captação de arquivos pessoais orienta-se pela Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz/COC, 2013), segundo a qual “os arquivos institucionais e pessoais têm como parâmetros temáticos as ciências da vida – que envolvem as ciências da saúde, as ciências biomédicas, as ciências biológicas – e as ciências humanas e sociais alinhadas à missão institucional” (FIOCRUZ, 2015, p. 11).

A proposta da instituição visa fornecer um conteúdo condizente para a demanda e necessidade dos pesquisadores da área, abordando desde políticas à aquisição dos acervos. Afirmam que partiram da metodologia difundida pelo CPDOC, mas o material foi revisto após os anos 2000 para atender a características dos arquivos pessoais ligados à história da saúde e da ciência. Infere-se que a instituição faz uso da NOBRADE e do *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*.

Sobre o processo de aquisição, a instituição assume ser crucial avaliar as condições de preservação e futura disseminação do acervo. Além do alinhamento com seus objetivos, a missão e os valores, faz-se relevante que o/a arquivista ou documentalista responsável pela avaliação tenha “[...] domínio sobre a trajetória do produtor do arquivo e sobre a área de conhecimento e os temas por ele cobertos” (FIOCRUZ, 2015, p. 14).

Após assinado o termo de transferência, a COC segue para o planejamento de transporte do acervo. Novamente, encarrega um conservador e um arquivista ou documentalista, “uma vez que o principal objetivo do planejamento é assegurar a integridade física do acervo e garantir que não se comprometa a ordem original dos documentos durante os processos de embalagem, transporte e guarda do acervo na instituição” (FIOCRUZ, 2015, p. 16). Se



identificado objeto tridimensional, a exemplo de troféu, um museólogo deverá integrar a equipe.

No tocante à organização do arquivo, estão previstas as etapas de identificação, arranjo, descrição, codificação e da guarda ordenada. Aqui, mais uma vez, há referência à “lógica de organização” adotada pelo/a produtor(a) e/ou custodiador(a), integrando o conhecimento do processo de constituição do arquivo, de forma a possibilitar uma abordagem contextual. Sobre o aspecto, percebe-se que o tratamento dos acervos prevê que toda ação realizada deve ser planejada anteriormente e projetando os próximos passos:

A existência de uma ordem original na organização dos documentos é outro aspecto a verificar na etapa de identificação. Caso exista, a lógica ou lógicas de arquivamento devem ser objeto de análise, para que se decida sobre sua manutenção ao compor-se o quadro de arranjo do arquivo. Pesam nessa decisão, sobretudo, o que essa organização expressa acerca do produtor e do processo de constituição de seu arquivo, bem como sua pertinência para o uso do acervo como fonte de pesquisa. De todo modo, informações dessa natureza devem ser contempladas na identificação, pois elas serão registradas no campo de descrição “História arquivística” [...] (FIOCRUZ, 2015, p. 24).

Percebe-se que dois critérios são caros para a COC. O primeiro diz respeito à identificação do contexto em que o arquivo foi formado (equivalente à trajetória de vida do/a produtor(a), ou seja, implica estudo biográfico), o segundo, destina-se à identificação dos próprios documentos (realizando mapeamento das espécies e tipos documentais). Os arquivos são então divididos em grupos e subgrupos: a) vida pessoal, b) formação e administração da carreira, c) docência, d) pesquisa, e) gestão institucional e f) relações interinstitucionais e intergrupos.

No processo de tratamento, a COC elabora um glossário de tipos documentais. Também esclarece que, por se tratar de arquivos permanentes, produz o quadro de arranjo na etapa de organização. Outro aspecto relevante é considerar a relação cronológica, que permite combinar as informações entre os grupos. “A cronologia é alimentada durante todo o processamento técnico do



arquivo, com dados obtidos de seus documentos e outras fontes, e constituirá também elemento valioso de informação para os pesquisadores do arquivo, uma vez disponível para consulta.” (FIOCRUZ, 2015, p. 23).

Por fim, nas etapas de acondicionamento e armazenamento, é produzido um inventário topográfico de modo a localizar os documentos que foram separados de suas séries para atender às necessidades específicas de preservação e conservação.

#### **4 OS PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO NA TEORIA E NA PRÁTICA**

No decorrer das leituras das obras selecionadas, partiu-se do pressuposto que se apresentavam como material de conteúdo semelhante, porém foi perceptível a diferença, anunciada em seus títulos, escolhendo entre denominar uma “metodologia”, “abordagem” e um “manual”.

O *Manual de organização de arquivos pessoais* (Fiocruz/COC) apresenta parâmetros claros, como o processo de avaliação e aquisição de um acervo a ser incorporado, para quaisquer instituições. Nessa consideração, também se deve visualizar a passagem temporal, bem como o desenvolvimento e fortalecimento das práticas arquivísticas nesses contextos. Como iniciativa pioneira, a *Metodologia de organização de arquivos pessoais* (FGV/CPDOC) merece ênfase ao apresentar suas experiências com arquivos de pessoas, servindo de material basilar para outras instituições. Quanto à obra *Tempo e circunstância* (FFHC), o caráter teórico discutido previamente aos procedimentos práticos traz relevantes considerações que devem ser aproveitadas para futuras experiências.

Interessante ainda observar que, segundo a classificação biblioteconômica, as obras *Metodologia de organização* (FGV/CPDOC) e *Manual de organização de arquivos pessoais* (Fiocruz) recebem entrada de “organização”, enquanto a *Tempo e circunstância* (FFHC) é atribuído “teoria”; “metodologia”. Tal observação ressalta o caráter teórico da obra, apresentando, inclusive, a abordagem contextual. No que diz respeito à



primeira definição, somente o material do CPDOC é classificado como “arquivos familiares”, sendo as duas outras mais atuais como “arquivos pessoais”.

Conforme afirmado, não se deve deixar de ter em vista o período de elaboração e publicação das obras, ou seja, o contexto de sua criação, visto que acompanham o desenvolvimento e reconhecimento dos cursos de Arquivologia. Em relação aos profissionais envolvidos, percebe-se o amadurecimento da área e o destaque para os arquivistas nas obras mais recentes. No CPDOC, as práticas compreendiam aos documentalistas, enquanto a FFHC opta por trazer um debate acerca das diferenças de atuações entre historiadores e arquivistas nos arquivos, assim como esclarece, desde o início, que bibliotecários fizeram parte do processo. Para a Fiocruz, arquivistas e documentalistas desempenham função similar, podendo ser auxiliados por conservadores e museólogos, a depender dos itens do acervo.

No tocante ao estudo desenvolvido nas três obras, é relevante afirmar que, em síntese, são considerados itens constituintes dos arquivos de pessoas: cartas, documentos identitários, documentos fotográficos, documentos relacionados às atividades profissionais. Assim como nos arquivos administrativos, tais fundos são constituídos por “várias mãos”, seja na assinatura de um diploma, no remetente de uma carta ou até na guarda de uma homenagem póstuma, sendo a função que os documentos desempenham determinante para a organização de um arquivo. Artigos de uma vivência íntima e particular de cada produtor do acervo, como cadernos de anotações e citações, calendários e planejamentos pessoais não foram explorados pelas obras analisadas. Somente o CPDOC citou a existência de diários. Tal observação merece destaque, uma vez que as espécies e tipos documentais mantêm vínculo com algo que há de individual naquele sujeito que acumula. Refletem o modo como viveu e qual interpretação deu para seus registros.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas confirmam que estudar os arquivos carece de uma integração maior entre prática e teoria, a exemplo da dificuldade de serem aplicados conceitos condizentes para o fazer arquivístico. Assim como, é de suma importância discutir as escolhas que propiciaram as publicações das obras aqui analisadas. Uma vez que, visivelmente, refletem o recorte social da história a ser contada: quem são os personagens que serão lembrados?

No corpus do presente trabalho, foram referenciados os arquivos de homens, políticos e cientistas, pessoas que receberam visibilidade. Observa-se que o foco permanece em figuras de “relevância pública”.

Dessa forma, acredita-se que o estudo desses arquivos, já institucionalizados, deve amparar a preservação da memória coletiva, contribuindo para a compreensão da sociedade em sua pluralidade, bem como fornecer subsídios e visibilidade para a recepção e difusão dos arquivos do cidadão “comum”.

Embora seja crescente o interesse pelos arquivos de pessoas, é necessário que os pesquisadores elaborem discussões teóricas que irão contribuir para a prática. Além disso, a remissão aos termos e expressões é vista como um caminho para o contínuo desenvolvimento da área, mapeando entradas e definições, bem como apresentando seus sinônimos. Nesse âmbito, o uso de vocabulário controlado em relação a teorias, práticas e metodologia pode ser uma opção para promover um cenário diferente.

De acordo com o cenário apresentado, considera-se que o objetivo do presente estudo foi alcançado. Espera-se que as questões aqui apresentadas suscitem outras reflexões e estudos a respeito desse tão valioso arquivo e seu papel na construção e preservação da memória de uma sociedade.



## REFERÊNCIAS

- ARDAILLON, Danielle. Apresentação. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância:** a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: IFHC, 2007, p.9-17
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística:** objetos, princípios e rumos. São Paulo: AASP, 2002.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Uma base terminológica consensual: limites e possibilidades. In: ARDAILLON, D. (org.) **Dar nome aos documentos:** da teoria à prática. São Paulo: Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015, p. 272-284
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p. 27-39, jul./dez. 2009. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/2009-2-A02.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf). Acesso em: 20 maio 2023.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância:** a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: IFHC, 2007.
- CPDOC. Metodologia de organização dos arquivos pessoais: a experiência do CPDOC. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?:** textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.
- DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/>. Acesso em: 20 maio 2023.
- FUNDAÇÃO Oswaldo Cruz. **Manual de organização de arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/COC, 2015.
- HOUAISS, Antonio. **Pequeno Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Moderna, 2015.
- LOPES, Bruna Pimentel; RODRIGUES, Georgete Medleg. As variações terminológicas no contexto dos arquivos pessoais: uma análise das denominações utilizadas por instituições públicas brasileiras. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 53, p. 87-95, set./dez., 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2018v23n53p87/37379> . Acesso em: 20 maio 2023.2018
- MACÊDO, Patricia Ladeira Penna. **Um estudo sobre o princípio da ordem original em arquivos pessoais**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade. **Arquivo & Administração**, Rio de



Janeiro, v. 12, n. 2, p. 28- 51, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://koha.an.gov.br/cgi-bin/koha/opac-retrievefile.pl?id=0232371d994be64144419fdbd34359c9>. Acesso em: 20 maio 2023.

RANGEL, Kíssila; SILVA, Maria Celina Soares de Mello. Princípios e características de documentos arquivísticos: algumas questões terminológicas. **Ágora:** Arquivologia em debate, Florianópolis, v. 31, n. 62, p. 1-21, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/946/917>. Acesso em: 20 maio 2023.

ROUSSEAU, Jean-Yves.; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

---

## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International.



## AS RELAÇÕES ENTRE A MEMÓRIA E OS SEUS SUPPORTES MATERIAIS NA CONFIGURAÇÃO DOS ARQUIVOS PESSOAIS

*The relationships between memory and its material support in the  
configuration of personal archives*

Thayane Vicente Vam de Berg<sup>1</sup> 

### RESUMO

Há no arquivo pessoal uma prática de arquivamento do eu, que é, ao mesmo tempo, evidências de si e da coletividade. Os objetivos deste artigo são identificar os possíveis modos de autoarquivamento e descarte presentes nos arquivos pessoais dos indivíduos e evidenciar as relações existentes entre a memória e os seus suportes materiais. O método utilizado foi revisão de literatura com viés qualitativo. Dentre os resultados encontrados destaca-se que o arquivo pessoal pode se constituir a partir de variadas maneiras e possuir diversos usos para o seu produtor, dada a diversidade de experiências, de intenções e motivações oriundas daquele que foi o primeiro usuário dessa documentação. A partir desta relação entre memória e documento foi possível identificar algumas das motivações para a guarda e/ou descarte dos documentos de origem pessoal; os usos que lhe podem ser atribuídos; e as particularidades e características que podem ser identificadas nos arquivos pessoais. Entre as conclusões do estudo destaca-se a importância da memória e do necessário envolvimento sentimental para a manutenção dos arquivos pessoais, que podem ser considerados um dos possíveis espaços de recordação, e que o afeto é um dos pilares que possibilita a existência e a transmissão de patrimônios de geração em geração.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivo Pessoal. Autoarquivamento. Memória.

### ABSTRACT

In the personal archive there is a practice of archiving the self, which is, at the same time, evidence of the self and the collective. The objectives of this article are to identify the possible modes of self-archiving and disposal present in individuals'

---

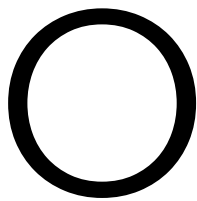
<sup>1</sup> Doutora em Memória Social pelo Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS/UNIRIO, 2022). Mestra em Gestão de Documentos e Arquivos pelo Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGARQ/UNIRIO, 2016). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3408246105121496>. [thayane.berg@unirio.br](mailto:thayane.berg@unirio.br) e [conectarquivo@gmail.com](mailto:conectarquivo@gmail.com)



personal files and to highlight the relationships between memory and its material supports. The method used was a literature review with a qualitative bias. Among the results found, it is highlighted that the personal file can be created in different ways and have different uses for its producer, given the diversity of experiences, intentions and motivations arising from the person who was the first user of this documentation. From this relationship between memory and document, it was possible to identify some of the motivations for keeping and/or discarding documents of personal origin; the uses that can be attributed to it; and the particularities and characteristics that can be identified in personal files. Among the conclusions of the study, the importance of memory and the necessary sentimental involvement for the maintenance of personal files stands out, which can be considered one of the possible spaces of remembrance, and that affection is one of the pillars that enables the existence and transmission of heritage from generation to generation.

**KEYWORDS:** Personal archive. Self-archiving. Memory.

## 1 INTRODUÇÃO



arquivo pessoal pode proporcionar uma imersão na memória afetiva do sujeito e indagações sobre a construção do 'eu' ao evidenciar a relevância dos documentos como vestígios de uma trajetória e os atribuir a capacidade de evocar lembranças. Tal qual um diário, os arquivos pessoais também possibilitam estas recordações.

No caso dos vestígios deixados em arquivos pessoais, estes são traços materiais selecionados para perdurar no tempo, tratando-se de fragmentos agrupados que tem sentido para o seu criador. São substratos da efemeridade da vida resultante de desejos, intenções, reflexões, coleta de observações diárias que se constituem em repositórios de memórias.

No aspecto da recordação referente às questões sentimentais, a área da psicologia já produziu experimentos que "comprovam a importância do afeto para a memorização das recordações" (Assmann, 2011, p.270)". E, este valor dado ao sentimento também tem implicações na guarda e/ou no descarte dos suportes materiais presentes nos arquivos pessoais.

Assim podemos dizer que um arquivo pessoal é composto por "diversos elementos que compõem a vida de todo dia" (Artières, 1998, p. 10) e que estes constituem-se como traços da trajetória do sujeito, mas não podem ser confundidos



com uma 'representação' completa de sua vida. Isto porque, o que há no arquivo pessoal é apenas uma pequena parcela dos vestígios por ele preservados. Nele coexistem lembranças e esquecimentos, estes últimos resultantes dos descartes intencionais ou não, realizados pelo titular do arquivo e, porventura, também pelos seus custodiadores futuros e por aqueles que foram responsáveis pelos nossos documentos antes mesmo da constituição da nossa consciência sobre o que acumulam ou descartam por nós, em especial no período da infância, quando tais escolhas são feitas por terceiros. Ademais, há que se levar em conta a impossibilidade de guardar tudo. Este seria o 'mal de arquivo' ao qual todo arquivo pessoal é refém: a impossibilidade da completude e a inevitável existência de lacunas. O mesmo ocorre com a memória, como pontua Derrida (2001).

Desse modo, subentende-se que além de não ser uma cópia do que foi vivenciado, tais conjuntos documentais são 'sobras' dos registros e/ou resíduos, guardados intencionalmente ou não e que, portanto, é possível ter acesso apenas ao que foi preservado. Assim sendo cabem alguns questionamentos acerca do que foi descartado, tais como: por que foi descartado? O que pode ter motivado o descarte? Quais as diferenças e as motivações das interferências realizadas nestes conjuntos não apenas pelo seu produtor, mas também por aqueles que obtiveram a guarda da documentação após o seu falecimento? Neste sentido percebemos que são variadas as possíveis motivações de guarda e descarte de documentos em arquivos pessoais que provocam tais lacunas.

Podemos entender que a 'sobra' do arquivo decorre das diferentes etapas das custódias pelas quais ele passou, quais sejam: a do próprio produtor (quando ainda vivo), a dos guardiões legais (após o falecimento do produtor) e a das instituições custodiadoras deste tipo de acervo (quais sejam: arquivos, museus, bibliotecas, centros de documentação). Nesta trajetória da constituição e fragmentação do arquivo, o que existe são os indícios do sujeito, que são resultantes das distintas disputas e narrativas que provocam tais tensionamentos.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA



A conformação inicial dos arquivos pessoais dependerá, em grande medida, do investimento e atenção que o sujeito produtor dará aos seus documentos. Refletindo acerca do arquivar e do descartar, a pesquisadora McKemmish (1996, p. 240-241) apresenta dois tipos de comportamentos extremos: “o arquivador obsessivo e o rememorativo”, sendo o primeiro aquele que tenta guardar tudo e o segundo aquele que descarta materialmente os registros, mas os mantém vivos na sua própria memória. A autora pontua que entre esses extremos há “toda uma gama de comportamentos relativos à manutenção dos registros pessoais” (p. 241).

A afirmação de McKemmish levanta uma série de interrogações sobre quais seriam as possíveis motivações para a guarda ou descarte dos documentos de origem pessoal. Afinal, como se constituem as memórias de um sujeito? O ‘eu’ na sua individualidade e naquilo que leva as suas escolhas? Quais usos ele atribuiu aos documentos? Quais as particularidades e as características identificadas nestes conjuntos documentais?

Para tentar responder tais questionamentos é preciso adentrar no campo de estudos da memória, mas ainda assim inúmeras indagações irão permanecer, haja vista que “o fenômeno da memória, na variedade de suas ocorrências, não é transdisciplinar somente no fato de que não pode ser definido de maneira unívoca por nenhuma área; dentro de cada disciplina ele é contraditório e controverso” (Assmann, 2011, p. 20). Portanto, não caberia enquadrar qualquer definição da memória como algo estanque, justamente pela variada gama de possibilidades de se compreender e perceber as suas facetas e os suportes materiais que podem ser gerados a partir dela.

Na tentativa de encontrar elementos que esclareçam um pouco sobre esse arquivo pessoal fragmentado e buscando compreender as motivações de guarda e descarte nas fases anteriormente citadas, entendemos o homem como sujeito social, participante de quadros sociais (Halbwachs, 2006) e contextos históricos que interferem diretamente nas suas tomadas de decisão e escolhas, cujos sentimentos são estabelecidos social e individualmente se entendermos a memória como um fenômeno socialmente construído.



Como argumenta Halbwachs (2006), cabe destacar que a memória não é um fenômeno social apenas individual, mas também coletivo, pois é a partir da realidade social e coletiva formada por quadros que os sujeitos se inserem nos contextos social, cultural, nacional, familiar e afetivo. Acerca das relações entre memória individual e coletiva Henry Rousso (2000, p. 94) também esclarece que “a memória é uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional”.

Ademais, é inviável guardar tudo e na própria ação de guardar há a realização de seleções daquilo que na percepção do sujeito pode possuir algum valor, seja este financeiro, afetivo, probatório, etc. O ato de guardar se relaciona assim, profundamente, com o ato de descartar e estes são refeitos ao longo de toda a vida, pois a atribuição de valor é alterada conforme as experiências adquiridas e vivenciadas. Um exemplo disto são os documentos que possuem alguma carga sentimental e amorosa. Estes no momento da paixão são guardados, de modo geral, com zelo e cuidado, mas caso o sentimento acabe, em sua maioria são descartados justamente pela mudança emocional e valor negativo que lhe passa a ser atribuído.

Millar (2006, p. 01) corrobora nesta discussão ao evidenciar as relações entre a memória e os arquivos, considerando os aspectos “emocionais, temporais e políticos que afetam o que lembramos e como lembramos”. De acordo com esta autora, os arquivos possibilitam a reativação de memórias. Assim podemos inferir que os documentos possuem “cargas de memória” e que “a memória é, simultaneamente, acúmulo e perda, arquivo e restos, lembrança e esquecimento” (Gondar, 2016) e por isso não se reduz uma representação.

Ainda acerca da categoria do descarte, a qual Assmann (2011, p. 27) denomina como ‘lixo’, a autora corrobora com o entendimento de que “o lixo é estruturalmente tão importante para o arquivo quanto o esquecimento para a lembrança” (Assmann, 2011, p. 230), evidenciando as consequências destes descartes para a memória cultural e demonstrando que o lixo também pode ser ressignificado.



O entendimento de Assmann (2011) sobre o descarte vai ao encontro da percepção de Ribeiro (2016, p. 297) quando esta problematiza o ato de colecionar objetos e “as formas de produção das memórias inscritas na contemporaneidade”, propondo mais questionamentos e aprofundamento da questão ao indagar “para onde vão as coisas (os objetos) depois que as descartamos, quando nos desfazemos dela? Para onde vão as coisas após serem usadas e/ou ditas? O que se encontra depositado nos nossos lixos que diz respeito somente ao efêmero e ao desperdício?” Para Ribeiro (2016, p. 297), o que é descartado e entendido como resto, não deixa de ter valor e por isso em determinado momento pode vir a ser reaproveitado e retirado do rol “das coisas ditas inúteis”.

Ademais é fundamental compreender que a vida social não é estática, sendo inoportuno engessar a dinâmica existente nas relações sociais que estão em constante transformação. Conforme as alterações nos critérios de valor, o que pode ser considerado descartável para uma geração, não necessariamente será para outra. Desse modo, o sujeito de cada temporalidade deve ser assim, entendido como partícipe atuante nos processos que resultam nos conflitos, tensões e disputas presentes na construção da memória, e por isso não cabe a busca por uma ‘verdade’ no arquivo pessoal, qualquer que seja o indivíduo. Afinal, a memória é produzida no meio social, o qual não apenas se interliga com questões políticas, econômicas, mas também com o conjunto de afetos, sensações, emoções e lembranças experimentadas etc.

Acerca da percepção e do entendimento dos arquivos pessoais como resultado das experiências vividas pelo seu produtor, Hobbs (2001, p. 127-128) esclarece que:

[...] os arquivos pessoais contêm a visão pessoal das experiências da vida; eles representam um afastamento da formalidade coletiva e da organização sistêmica encontrada em outros tipos de registros. Há uma intimidade no arquivo pessoal que não está presente nos sistemas corporativos de registros formalizados. Esses elementos íntimos se refletem não apenas no conteúdo e na organização dos registros pessoais, mas entram em jogo na interação direta do arquivista com o criador/doador durante a avaliação, aquisição e posterior gestão dos arquivos pessoais. No caso dos produtores dos fundos, as experiências registradas no material de arquivo incluem não apenas os atos e fatos sobre as atividades do criador, mas também suas visões, opiniões, preconceitos e reações emocionais [...] e toda a experiência de escrever em si



(Hobbs, 2001, p. 127-128, tradução nossa).

Portanto, nos arquivos pessoais são encontrados os vestígios da vida do sujeito, revestidos de suas próprias narrativas construídas e fundamentadas em recortes daquilo que ele entende como sendo sua 'representação', ou como gostaria de ser visto. Porém na documentação armazenada não há uma verdade inquestionável equivalente a um autorretrato do 'real' ou fatos expostos de maneira cronológica, mas sim uma sucessão de acontecimentos que se mesclam e formam o "arquivamento do eu" (Arthières, 1998, p.13), numa tessitura discursiva sobre si, motivada pelo que se operacionaliza a partir de reorganizações constantes das ocorrências do dia-a-dia. Portanto, apesar dos arquivos pessoais poderem ser associados a aspectos da memória individual, eles não se reduzem a uma representação fiel do seu produtor, pois tratam-se, sobretudo, de "produtos de injunções sociais" (Heymann, 2009, p. 06). Acerca disto, a autora argumenta que

[...] é preciso contestar uma possível —aura de sacralidade— dos arquivos pessoais como —meio autorizado de aceder à experiência de vida do indivíduo—. [...] Não existe —naturalidade— ou neutralidade nos documentos, porque ao serem produto da atividade humana, automaticamente já carregam o —genell da subjetividade.

A premissa da autora se relaciona com os questionamentos anteriormente levantados, pois este "gene da subjetividade" se evidencia, inclusive, nas possíveis motivações de guarda e descarte dos documentos presentes nos arquivos pessoais. Afinal "os arquivos pessoais são formados por causa das necessidades, desejos e preferências de seus titulares no tocante à produção e à preservação de documentos (não por razões administrativas ou devido a uma exigência jurídica)" (Hobbs, 2016, p. 303).

Acerca do posicionamento de Hobbs (2016) sobre a não existência de exigências jurídicas nos arquivos pessoais propomos algumas reflexões, entendendo ser possível fazer contrapontos entre os arquivos pessoais e os arquivos institucionais e que estes últimos possuem sua documentação convencionalmente avaliada e classificada conforme os critérios e as ações estabelecidas no domínio da gestão documental, na qual cada documento cumpre determinado prazo de guarda e destinação estabelecido legalmente e formalmente nos planos de classificação e



tabelas de temporalidade referentes às atividades-meio e fim das instituições. Nos arquivos produzidos institucionalmente percebe-se, de modo geral, cada fase documental e o porquê (motivação) da preservação ou da eliminação dos documentos. Ademais o documento produzido no âmbito institucional/administrativo segue (ou pelo menos deveria seguir) rígidas regras de diplomática no momento da sua elaboração e, em sua grande maioria, já é criado com funções claras e objetivas, que orientam a sua tramitação e os valores (primário ou secundário) que lhes são atribuídos. Aliado a isto há todo um aparato legislativo que corrobora e legitima estas práticas e operações.

Cabe aqui destacar a necessidade de não confundir o conceito/categoria de arquivo, no sentido amplo, com o conceito/categoria de arquivo pessoal, pois há grandes distinções entre o arquivo produzido no âmbito administrativo/ institucional, daquele criado no âmbito pessoal. E as diferenciações vão desde as motivações da produção, às implicações legais resultante da destinação final atribuída.

No âmbito da vida privada, outrossim, existem padrões nas formas de comunicação e tipologias documentais, nas quais podemos perceber como ocorre a produção documental e suas variações conforme os contextos histórico-sociais. Assim podemos dizer que, um dos fatores que difere a documentação pessoal da administrativa é a não existência de sanções legais, como imposições ou obrigatoriedades a serem seguidas na elaboração da estrutura de um documento gerado para o uso cotidiano ou com teor sentimental, criado por vontade própria do sujeito. Porém, o mesmo não ocorre naquela documentação necessária para se conviver em sociedade, na qual há, sim, a existência de exigências jurídicas.

Nesse sentido, ao menos na documentação produzida por sujeitos a partir da modernidade, quando os Estados passam a reconhecer os direitos fundamentais do cidadão é possível identificar que há então pelo menos dois tipos de documentos presentes em arquivos pessoais: primeiro aqueles decorrentes das exigências legais e que podem ser subdivididos em outras duas categorias: a) aqueles com evidente valor permanente, como uma carteira de identidade ou certidão de nascimento, e que não deveriam ser descartados (nos casos de perda há ainda uma imposição legal



para que seja emitida outra); e b) outros de valor primário, como uma conta de luz (que não precisa ser guardada após o cumprimento dos prazos previstos em lei que retiram qualquer possibilidade de cobrança quando já oficialmente quitado o débito e finalizado o prazo). Já o segundo tipo refere-se àqueles criados por desejo do indivíduo e que também podem ser subdivididos em mais duas categorias: a) as de cunho estritamente íntimo/sentimental, como uma carta de amor, um diário; b) e outro cotidiano, por exemplo, anotações meramente corriqueiras, como uma lista de compras do mercado. Neste segundo caso as motivações para a guarda e/ou descarte dependem apenas do desejo do seu criador/acumulador.

Por meio desta argumentação percebe-se que nos arquivos pessoais ao mesmo tempo em que existem documentos pessoais, como uma carteira de identidade e certidão de nascimento, que já têm em sua origem um valor de guarda permanente (e quando em vida seu uso é obrigatório), também estão presentes documentos, que não possuem valor legal, financeiro e que podem ser preservados por questões totalmente alheias às regras e imposições sociais, como por exemplo, correspondências (de amigos, familiares, amores) com valores sentimentais. Neste aspecto há em tais documentos, memórias articuladas ao afeto que possibilitam o rompimento da guarda fundamentada apenas no que seria legalmente/judicialmente plausível.

Campos (2012, p. 04) corrobora com este entendimento ao afirmar que existem ao menos duas motivações para o arquivamento em arquivos pessoais: “a obrigação e a vontade”. Sob esta perspectiva, ao analisar os arquivos pessoais deve-se compreender que

[...] a documentação que sobra é resultado de nossas transformações ao longo da vida, quando nos desfazemos de algo por não nos interessarmos mais, ou do contrário, guardamos porque ainda atende aos nossos interesses, e até mesmo ela continua a ser arquivada por conta de esquecimentos. Trata-se de documentos únicos, selecionados por meio de arrumações, esquecimentos ou até mesmo intencionalmente. Estas ‘seleções’ retratam aquilo que foi vivido publicamente, bem como momentos particulares do seu produtor, tais como correspondências de trabalho e cartas de amor (Vam De Berg, 2013, p. 20).

A partir do exposto podemos depreender que a lógica da avaliação e da eliminação nos arquivos pessoais difere daquela existente nos arquivos institucionais,



nos quais tais ações são entendidas como essenciais para que não ocorra a acumulação desnecessária de documentos. Já nos arquivos pessoais, tal tema é polêmico e apresenta divergências de opiniões, por parte dos teóricos da Arquivologia, isto porque, historicamente, no âmbito do debate arquivístico, a questão da avaliação e posterior eliminação/descarte documental é muito mais vinculada aos arquivos institucionais, do que aos arquivos pessoais. E no âmbito da vida privada não há a necessidade de se formar uma comissão de avaliação, pois é o próprio sujeito, criador e detentor do arquivo, que tem o poder de definir os prazos de guarda e a destinação da sua documentação pessoal.

Os arquivos pessoais (de personalidades ou anônimos) podem vir a se tornar parte do patrimônio documental e da memória coletiva, o que porventura lhes proporcionará a atribuição de valores secundários, históricos, culturais, informacionais. A (con)formação desses arquivos (no momento anterior à sua inserção na esfera institucional, seja privada ou pública), perpassa por distintos custodiadores que vão do produtor a tutores legais e posterior guarda em instituições. De modo diverso, mas ainda assim com potencial impacto, cada um destes custodiadores pode em determinados casos expor a documentação a ações de descarte e/ou fragmentação documental.

Catherine Hobbs (2016, p. 303) lembra que “os arquivos pessoais são inteiramente controlados por pessoas físicas antes de darem entrada em uma instituição arquivística”, e que “os indivíduos moldam seus arquivos segundo conjunturas diversas”. Ainda conforme a pesquisadora é “a maneira de ser do criador de um arquivo pessoal [...] que comanda as decisões relativas à criação, ao arranjo e à eliminação dos documentos” (p. 304).

A partir deste pressuposto e das questões anteriormente propostas, cabe inferir que durante a trajetória de um arquivo pessoal são distintas as motivações que justificam a guarda ou o descarte dos documentos que o compõe. Por conseguinte, a eliminação efetivada pelo produtor do arquivo decorre ao menos de duas ações: uma motivada por interesses, quando são descartados documentos que não possuem mais valor para o sujeito; e a outra decorrente de intempéries, como



esquecimento, desastres. Para compreender tal questionamento deve ser reconhecido que o mesmo é (con)formado e perpassa por, no mínimo duas distintas etapas suscetíveis de ocorrer o descarte, quais sejam: a avaliação que é feita pelo próprio produtor da documentação e aquela que pode vir a ser realizada após o seu falecimento, quando o domínio da mesma já pertence aos herdeiros.

No caso de intervenções feitas não pelo produtor, mas por seus herdeiros, estas em geral decorrem da intenção de querer manter nestes arquivos apenas a documentação que não macule a imagem de seu produtor. Tal atitude promove, por vezes, uma destruição do arquivo e pode tornar o que sobrou em 'papéis' insignificantes e inexpressivos. Vogas (2011, p. 37) faz alusão para o impacto que pode ser provocado pelos familiares quando estes interferem de modo intencional no conteúdo do arquivo, ao dizer que

[...] os arquivos pessoais devem ser analisados nas suas diferentes fases: acumulação, momento em que o titular e seus assessores agregam e possivelmente subtraem elementos; após sua morte, quando os familiares interferem no conjunto, selecionando aqueles documentos indesejáveis para compor a imagem do titular - em geral a partir do momento em que há manifestação em prol da doação do arquivo a uma instituição de pesquisa - e, por fim, na ingerência do arquivista ao tomar decisões sobre arranjo e descrição (Vogas, 2011, p. 37).

Desse modo constata-se que antes da efetiva incorporação do arquivo ao acervo de uma instituição estas interferências já promovem uma alteração no conjunto. Posteriormente, ao ser inserido na esfera institucional há um consenso, por parte dos teóricos da área arquivística, que a este tipo de arquivo deve ser obrigatoriamente atribuído um valor de documentação permanente, o que impediria a identificação de possíveis critérios de avaliação e eliminação documental nesta fase. Ademais, quando tais arquivos pessoais já estão sob a custódia de instituições públicas, a legislação arquivística brasileira prevê como crime a destruição de patrimônio documental de valor permanente. Nesta etapa, o recebimento do arquivo dependerá da política de aquisição de acervo da instituição e, em alguns casos, ela poderá receber apenas parte da documentação, o que de certo modo pode levar a fragmentação do conjunto.

A partir deste entendimento podemos dizer que nos arquivos pessoais há a



existência de pelo menos três momentos distintos, no que se refere à guarda da documentação. No primeiro momento, o arquivo é resultado direto das intenções de seu produtor, esta é a fase na qual a documentação está em processo de produção e uso por aquele que a produz e a acumula. A lógica de organização/ordenamento segue critérios pautados no olhar pessoal do sujeito acerca da sua documentação, de modo que o que pode parecer desordem para uns, não necessariamente o é para aquele de que fato utiliza. A segunda fase se inicia a partir do falecimento do produtor do arquivo, momento no qual, o espólio deixado como herança é entregue a um/alguns guardião(ões) legal(is), ocorrendo, desse modo a transferência de titularidade da documentação. Já a terceira fase, não necessariamente englobaria todos os arquivos pessoais, visto que esta decorre da inserção do arquivo pessoal em uma instituição de custódia pública ou particular, o que acontece apenas quando o mesmo é entendido como patrimônio documental.

A partir das subjetividades e dinâmicas que envolvem tais arquivos, propomos a identificação de algumas das possíveis motivações de guarda e descarte que perpassam pela memória e esquecimento neles presente, de modo a tentar evidenciar que há diferenças entre os variados momentos de sua construção e constituição, que se relacionam não apenas com as ações do seu produtor, como também com as ações praticadas por outros custodiadores. Ainda há que se destacar a possibilidade de alteração dos sentidos atribuídos a tal documentação, que se relacionam tanto com o local onde os mesmos estão/estarão inseridos (da casa à instituição), quanto com as ressignificações efetivadas por seus usos.

É válido salientar que a ilustração dessas possíveis situações não esgota as razões para a guarda ou descarte expostas no quadro 1 e, além disso, as mesmas não são estanques, podendo se entrecruzar, uma vez que são variadas as conjunturas possíveis. A elaboração deste esquema se deu a partir da relação teórica e prática decorrente das percepções ao atuar na organização de arquivos pessoais.

**Quadro 1** - Possíveis motivações de guarda e descarte nos arquivos pessoais. Práticas de arquivamento e descarte envolvidas na acumulação documental.



<b>Custódia legal</b>	<b>Motivação de guarda</b>	<b>Motivação de descarte</b>
<p>1ª fase:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>-Próprio produtor;</li><li>-Quando o produtor está vivo e detêm seu arquivo.</li></ul>	<p>Questões associadas a fatores afetivos como:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Memórias afetivas e/ou sentimentais;</li><li>- Gosto pessoal;</li><li>- Esquecimentos;</li><li>- Projeção/valorização do eu/ego;</li><li>- Critérios de seleção.</li></ul> <p>Questões relacionadas a fatores legais:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Comprobatórios;</li><li>- Cumprimento de prazos contratuais;</li><li>- Questões profissionais</li><li>- Exigências para viver em sociedade/direito à cidadania;</li><li>- Intenção de deixar um legado;</li><li>- Direitos autorais;</li><li>- Valor financeiro;</li><li>- Intenção de uso como fonte de inspiração.</li></ul>	<p>Descarte intencional;</p> <p>Perda de interesse;</p> <p>Finalização do cumprimento de prazos;</p> <p>Renovação/mudança de ideias e/ou valores;</p> <p>Direito ao esquecimento (entendimento jurisprudencial/doutrinário) ;</p> <p>Tentativa de apagamento de memórias/histórias/vínculos;</p> <p>Descarte não intencional (desastres/sinistros/guerra) ;</p> <p>Mídia desatualizada;</p> <p>Perda/esquecimento da senha (arquivos digitais/herança digital);</p> <p>Desativação do armazenamento pela empresa detentora do serviço;</p> <p>Descarte por descuido;</p> <p>Cópias.</p> <p>Venda (nesse caso não há destruição, mas sai da posse do custodiador).</p> <p>“Memoricídio”( Jacques Derrida)</p> <p>Eliminação deliberada motivada por alguma situação.</p>
<p>2ª fase:</p> <p>Guarda (curatela):</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Curador/herdeiros</li><li>- Após o falecimento do produtor;</li><li>- Testamento;</li><li>- Disputa judicial;</li><li>- Casos de interdição judicial (o produtor está</li></ul>	<p>Questões associadas a fatores:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Afetivos;</li><li>- Sentimentais;</li></ul> <p>Questões:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Financeira/venda;</li><li>- Direitos autorais</li></ul> <p>Questões patrimoniais, históricas/ memoriais:</p>	<p>Questões familiares:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Disputas entre os herdeiros;</li><li>- Intenção de não ‘macular’ a história do sujeito;</li><li>- Esconder intimidades ou atitudes consideradas</li></ul>



<p>vivo, mas tem um curador legal). Ainda está sob a custódia privada</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Percepção de valor histórico;</li><li>- Patrimonialização do arquivo;</li><li>- A princípio manutenção de uma memória individual, mas com potencial de memória coletiva e/ou memória social.</li></ul>	<p>impróprias; (*não necessariamente são destruídas, mas podem ser escondidas);</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Intenção de projetar uma narrativa ilustre;</li></ul> <p>Desastres/ Sinistros</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Enchentes;</li><li>- Incêndios;</li><li>- Roubos, etc.</li></ul> <p>Mídia desatualizada;</p> <p>Desconhecimento/ esquecimento da senha (arquivos digitais/herança digital);</p> <p>Desativação do armazenamento pela empresa detentora do serviço.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Descarte intencional:</li><li>- Tentativa de apagamento de memórias/histórias/vínculos; Eliminação deliberada (motivada por guerras, tentativa de apagamento de uma cultura, povo etc).</li></ul> <p>Descarte por descuido.</p> <p>Venda (nesse caso não há destruição, mas sai da posse do custodiador).</p>
<p>3ª fase: Guarda em instituição pública ou privada, pelas seguintes formas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Quando o produtor é vivo: Doação/comodato/ven</li></ul>	<p>Políticas de aquisição de acervo;</p> <p>Patrimonialização do arquivo;</p> <p>Importância nacional e/ou internacional do arquivo;</p>	<p>Previsão legal (imposta por legislação e com ampla publicação oficial no caso de instituição pública, e também privada, quando o financiamento for de origem pública)</p>



da do arquivo pelo produtor; - Após o falecimento do produtor: Doação/comodato/ven- da.	Percepção de valor histórico/cultural; Manutenção de uma memória coletiva e/ou memória social; Produção de conhecimento; Realização de pesquisas.	Políticas de descarte de acervo; Cópias [?]*; Impossibilidade de restauro devido a condições físicas precárias; Desastres/Sinistros; Exigência do detentor legal; Autorização da instituição;
--	--	--

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Há diversos casos concretos que se enquadram nas situações explanadas no quadro anterior e que foram publicamente divulgadas nas mídias jornalísticas, como por exemplo: os incêndios no acervo do artista plástico Hélio Oiticica em 2009 e no galpão que armazenava obras de Antonio Dias e Vik Muniz no ano de 2021; o roubo das cartas de Olga Benário e Luis Carlos Prestes; a disputa familiar pelos direitos autorais, no caso João Gilberto; a intenção de deixar um legado, como o Arquivo Darcy Ribeiro; as questões patrimoniais, históricas/ memoriais: percepção de valor histórico e patrimonialização do arquivo como o Programa Memória do Mundo da UNESCO, arquivo pessoal Rubens Gerchman; as políticas de aquisição de acervo/fragmentação, arquivo pessoal de Fernando Pessoa; para 'esconder segredos' ou atitudes consideradas impróprias (não necessariamente são destruídas, mas podem ser escondidas), como no caso Mário de Andrade; o descarte intencional ou por descuido, como o caso da documentação da artista Pagu (Patrícia Galvão), que foi encontrada no lixo; a doação em vida, como a do acervo do arquiteto brasileiro Paulo Mendes da Rocha para uma instituição portuguesa; a necessidade dos documentos para usufruir dos direitos à cidadania; a desativação do serviço oferecido pela rede social Orkut; destruição ou descarte intencional do conteúdo após o fim de um relacionamento como tentativa de apagamento de memórias/histórias/vínculos; entre outros.

Desse modo, compreendemos que as motivações de guarda e descarte dos documentos pessoais podem ser estimuladas por inúmeros fatores, tantos que talvez seja até impossível listar e reconhecer todos. As relações e experiências coletivas e individuais são "socialmente condicionadas ao modo de se comportar e interagir que



se estendem também ao comportamento relacionado com o arquivamento de documentos” (McKemmish, 1996, p. 241). Com isso, podemos constatar que não há homogeneidade nos arquivos pessoais e as características da sua acumulação e do seu descarte também são influenciadas pelas situações e pela temporalidade na qual o sujeito vive. Seja qual for a motivação as “evidências de si” (Mckemmish, 1996) constituem-se numa forma de testemunho (Hobbs, 2001, p. 131) e o seu apagamento intencional ou não, numa forma de esquecimento.

Alicerçada nesta explanação averigua-se que nos arquivos pessoais é possível perceber que os critérios e as motivações envolvidos na seleção e guarda dos registros e como se desenvolve o fluxo dos documentos que atravessam a vida de um indivíduo, perpassam por critérios e estratégias bem distintas daquelas em ambientes institucionais. Isto porque no âmbito da vida particular não existem regras que impõem o modo como produzir, organizar ou eliminar aquilo que o sujeito cria e/ou armazena, ou seja, há uma liberdade de expressão e inúmeras possibilidades de apropriação e entendimento acerca do material por ele gerado/armazenado. Diferentemente, no âmbito institucional, a criação de qualquer documento deve seguir rígidas regras diplomáticas, no que diz respeito à forma e estrutura de conteúdo, além da necessidade de obedecer a prazos legais estabelecidos na legislação, referentes ao descarte ou não de determinadas tipologias documentais. Ou seja, na ótica da vida privada, os fundamentos que justificam a conservação de documentos estão primordialmente associados ao valor que o próprio produtor/custodiador atribui àquele material. Motivos estes relacionados ao viés subjetivo, íntimo e afetivo. E estes, como pontua Arthières (1998), podem alterar-se constantemente, conforme as opiniões do criador. Portanto, guardar ou descartar pode ser entendido como um ato de vontade, estabelecido a partir de decisões com distintos caracteres de seleção e atribuição de valores, que podem ser: afetivo, político, religioso, ideológico, psicológico, econômico, cultural etc.

“No caso dos arquivos pessoais, parece-nos que a contextualização dependerá, em grande medida, de se procurar entender o motivo da guarda do documento, identificando a intenção acumuladorall e também a lógica de produção



do arquivo” (Heymann, 2009, p. 45-50). São inúmeras as ‘interferências’ realizadas nesta documentação ao longo da vida. Isto porque, a partir de uma perspectiva sócio-histórica é possível entender os arquivos pessoais como “processos de acumulação e arquivamento pautados por distintas subjetividades - a do titular, mas também a de familiares e colaboradores”, inclusive a “do arquivista encarregado de organizar o acervo, processo no qual uma narrativa é produzida a partir da classificação e da descrição dos documentos” (Heymann, 2009, p. 06).

Por isso é relevante questionar as motivações de seleção e guarda que possibilitaram a preservação dos documentos, haja vista que, embora o arquivo possa ser interpretado como acúmulo, ele também é resultante de perdas e, portanto, sempre será inacabado, e não é uma representação espelhada da vida do sujeito.

Neste processo estão envolvidas implicações ético-políticas que vão além do que lembrar, mas por que lembrar e para quem serve tal memória (GONDAR, 2016). Ou seja, a ‘representação’ de uma memória está entremeada por relações de poder. Ainda de acordo com Assmann (2011, p. 25)

[...]o arquivo não é somente um repositório para documentos do passado, mas também um lugar onde o passado é construído e produzido. Essa construção não depende apenas de interesses sociais, políticos e culturais, mas é essencialmente codeterminada pelos meios de comunicação e pelas técnicas de registro.

A pesquisa na documentação de um arquivo pessoal oferece a possibilidade de um entendimento sobre a vida do sujeito numa perspectiva antropológica, na qual são identificadas as redes de relações (profissionais, pessoais) deste sujeito inserido nos meios sociais. Ademais, ainda é possível investigar e compreender como a pessoa selecionava, constituía, organizava, atribuía valores e fazia uso da documentação por ela preservada. Mais que compreender o arquivo como algo já finalizado e um material resultante das atividades desempenhadas pelo seu produtor, tornam-se imprescindível observá-lo a partir da ótica da sua constituição pelo sujeito, e perceber os diferentes contextos que perpassam sua trajetória. Ou seja,



[...] em vez de os arquivos serem concebidos como produto final de uma série de intervenções de caráter técnico – atividades supostamente naturais de classificação, ordenação e instituição de marcadores temáticos e cronológicos, por vezes desempenhadas pelos arquivistas –, eles serão o objeto da reflexão (Cunha, 2004, p. 291).

O sujeito e suas escolhas não devem ser entendidos como um simples efeito reflexo do que ele viveu, pois há toda uma série de desdobramentos a ser discutida, sendo por isso necessário historicizar e/ou etnografar o arquivo, o que pode ser realizado a partir de uma abordagem metodológica que privilegie a teia de relações existentes entre os documentos e o seu produtor. Nesse sentido o arquivo pessoal pode ser vislumbrado a partir de uma reflexão etnográfica, o qual é resultado dos modos de pensar do sujeito que o constituiu e não apenas um conjunto de documentos acumulados e desconectados. Para Cunha (2004, p. 296)

[...] os arquivos etnográficos e seu duplo, os arquivos pessoais, são construções culturais cuja compreensão é fundamental para entendermos como certas narrativas profissionais foram produzidas e como sua invenção resulta de um intenso diálogo envolvendo imaginação e autoridade intelectual. Papéis transformados em documentos mantidos em arquivos institucionais revelavam muito mais do que vicissitudes biográficas; revelavam vínculos profissionais, intelectuais e relações de poder de natureza diversa.

A partir da rede de relações uma questão interessante a se pensar é a multiplicidade de sujeitos envolvidos no arquivo pessoal, pois por mais que o conjunto preservado possa ser entendido como pertencente a um indivíduo, o seu conteúdo se relaciona com inúmeros outros sujeitos. Portanto, ele está entrelaçado com outros arquivos pessoais e/ou institucionais, e não é estritamente individual e autocontido, devendo ser levado em consideração o inter-relacionamento nele presente e a ressonância destas outras falas. Acerca disto Hobbs (2001, p. 131, tradução nossa) diz que os arquivos pessoais “também podem ser vistos como um empreendimento cumulativo de diferentes contadores de história”. Tal situação se torna evidente nos documentos, nos quais ficam registradas estas teias de conexão, como por exemplo, nas correspondências, onde há uma troca direta entre os sujeitos, ou em fotografias, onde ficam registrados os personagens que participavam da vida daquele sujeito. O mesmo também pode ser identificado em diários, onde



predomina a interpretação de quem escreve sobre o fato, além de poder neles estarem inseridos os documentos anteriormente citados, entre outros.

No caso dos documentos recolhidos por instituições arquivísticas ocorre uma ampliação acerca do entendimento de que não basta o recolhimento apenas dos documentos produzidos no âmbito administrativo ou governamental e, desse modo, passam a ser observados e identificados valores de guarda e preservação também nos conjuntos documentais produzidos por pessoas (Hobbs, 2001). Acerca disto a pesquisadora (2001, p, 126) ainda esclarece que os fundos formados por documentos pessoais de indivíduos reproduzem evidências acerca das funções do seu criador, do mesmo modo que os fundos formados por documentos das organizações refletem a estrutura administrativa da instituição a qual são vinculados.

Desse modo, podemos dizer que é importante o recolhimento de arquivos pessoais como forma de possibilitar um leque maior de percepções acerca da sociedade e evitar que a salvaguarda se limite às fontes consideradas oficiais. Afinal, os documentos produzidos por pessoas possibilitam contrapor e observar a partir de outras perspectivas, inúmeras questões relevantes para a sociedade, uma vez que, os documentos de arquivos pessoais não se relacionam exclusivamente a aspectos referentes a quem os produziu, mas sim a complexa rede social e comportamental, a qual o sujeito se insere que vai desde as normas sociais a questões do subconsciente (Foucault apud Hobbs, 2001, p. 127) e inconsciente coletivo de uma época. Ou seja, os arquivos pessoais ao mesmo tempo em que são “evidências de si” também são “evidências de nós” (Mckemmish, 1996; 2018).

### 3 CONCLUSÕES

A partir das discussões levantadas foi evidenciada a importância da memória e do necessário envolvimento sentimental para a manutenção dos arquivos pessoais, que podem ser considerados um dos possíveis “espaços de recordação” (Assmann, 2011). Desse modo entendemos que o afeto é um dos pilares que possibilita a existência e a preservação dos arquivos pessoais.



Assim podemos inferir que no caso dos documentos pessoais, o afeto inicialmente é relacionado a quem produz e acumula a documentação em seu arquivo pessoal, ou seja, no momento da acumulação esse sentimento é uma exclusividade do sujeito produtor. Apenas posteriormente, quando e se houver o envolvimento de mais sujeitos é que aquela documentação poderá ser considerada patrimônio e será formalmente institucionalizada.

Ademais, o arquivo pessoal é ao mesmo tempo lembrança e esquecimento (Gondar, 2016), dada a impossibilidade de se guardar e/ou se lembrar de tudo. Portanto, podemos dizer que o arquivo pessoal transformado em patrimônio é um vestígio social de uma época que pode contribuir para o conhecimento da memória coletiva. Afinal, os arquivos pessoais não são uma representação do seu produtor e não refletem apenas aspectos correlatos à vida daquele sujeito, pois os documentos são produzidos socialmente e relacionados às questões sociais, políticas, culturais da sua temporalidade e do seu espaço de produção (Halbwachs, 2006).

Os arquivos pessoais têm aspectos menos formais que aqueles da documentação administrativa produzida pelos órgãos e instituições do Estado (Hobbs, 2016), podendo contrapor fatos e acontecimentos a partir de uma perspectiva pessoal, visto que é uma forma de “escrita de si” (Gomes, 2004). O uso dos materiais presentes em arquivos pessoais como fonte possibilita pensar e refletir diferentes formas que provocam questionamentos acerca das relações entre o sujeito na sua individualidade e na coletividade.

## REFERÊNCIAS

- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**. Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, 1998.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- CAMPOS, José Francisco Guelfi. Preservando a Memória da Ciência Brasileira: Os Arquivos Pessoais de Professores e Pesquisadores da Universidade de São Paulo. *In*: Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 13, 2012, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo. SBHC, 2012. Disponível em: [http://www.sbhc.org.br/resources/anais/10/1344978299\\_ARQUIVO\\_Preservandoamemoriadacieneciabrasileira-SBHC.pdf](http://www.sbhc.org.br/resources/anais/10/1344978299_ARQUIVO_Preservandoamemoriadacieneciabrasileira-SBHC.pdf). Acesso em: 28 jun. 2023.



- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo Imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, vol. 10, no.2, p. 287-322, 2004.
- DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Tradução Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. *In*: DODEBEL, V; FARIAS, F; GONDAR, J. (Orgs.) **Por que memória social?** Rio de Janeiro: Morpheus, 2016. p. 19-40. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/5475/4929>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. *In*: VIII Reunião de Antropologia do Mercosul, Buenos Aires, 29 de setembro a 02 de outubro de 2009. GT 33 - Processos de patrimonialização da cultura no mundo contemporâneo. **Anais...** Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1835.pdf](https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1835.pdf). Acesso em 12 jun. 2023.
- HOBBS, Catherine. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. **Archivaria**, v. 52, p. 126-135, 2001. Disponível em: <http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12817/14027>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. *In*: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 303-341.
- MCKEMMISH, Sue. Evidence of me. **The Australian Library Journal**, vol. 45, no 3, 1996, p. 174-187. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00049670.1996.10755757>. Acesso em 08 jun. 2023.
- MILLAR, Laura. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. **Archivaria**, v. 61, 2006, p.105-126. Disponível Em: <http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12537/13679>>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- RIBEIRO, Leila Beatriz. Memórias inscritas, rastros e vestígios Patrimoniais. **Morpheus**: Revista de Estudos Interdisciplinares em Memória Social, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016. p. 295 - 308.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. *In*: FERREIRA, M de M; AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 93-102.
- VAM DE BERG, Thayane Vicente. **Arquivos Pessoais**: Arquivos de Vida, Acervos de Memórias. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2013. Monografia (Bacharelado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Curso de Arquivologia, 2013.
- VOGAS, Ellen Cristine Monteiro. **Estratégias e possibilidades dos arquivos pessoais frente aos novos usos dos documentos arquivísticos**: o arquivo Darcy Ribeiro. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Pós Graduação em Ciência da Informação, Niterói, RJ: UFF, 2011. Disponível em: [http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Dissertacao\\_Ellen\\_Vogas-corrigida.pdf](http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Dissertacao_Ellen_Vogas-corrigida.pdf). Acesso em: 10 jun 2023.

---

## LICENÇA DE USO



Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International.



## DOSSIÊS, SÉRIES E ARQUIVOS PESSOAIS

*File, series and personal archives*

Maria Celina Soares de Mello e Silva<sup>1</sup> 

### RESUMO

O artigo tem como objetivo abordar a teoria arquivística no que se refere ao conceito dos termos “dossiê” e “série” nos arquivos pessoais, à luz das definições em dicionários de terminologia da Arquivologia, apresentando a visão de alguns autores sobre o tema. Cita alguns exemplos de tratamento de arquivos onde dossiês foram constituídos pelos titulares e foram preservados. Conclui que os dossiês montados originalmente pelos produtores dos arquivos pessoais devem ser preservados e que o arranjo em séries pode não ser o método mais adequado para a organização de arquivos pessoais. E, ainda, que se deve refletir sobre o conceito de série em arquivos pessoais, e a pertinência da utilização deste termo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivo Pessoal. Dossiê. Série. Teoria Arquivística.

### ABSTRACT

The article aims to address the archival theory regarding the concept of the terms "dossier" and "series" in personal archives, in the light of the definitions in dictionaries of terminology of Archival Science, presenting the view of some authors on the subject. It cites some examples of the treatment of archives where dossiers were constituted by the producers and were preserved. It concludes that the dossiers originally assembled by the producers of the personal archives should be preserved and that the arrangement in series may not be the most appropriate method for the organization of personal archives. And also that one should reflect on the concept of series in personal archives, and the relevance of the use of this term.

**KEYWORDS:** Personal archives. Dossier. Serie. Archival Theory.

---

<sup>1</sup> Arquivista formada pela UFF (1987), especialista em Documentação e Informação pela UFRJ (1990), mestre em Memória Social e Documento pela UNIRIO (1995) e doutora em História Social pela USP (2007). É docente do Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia (PPACT/MAST) e atualmente é prestadora de serviço no Instituto Moreira Salles



## 1 INTRODUÇÃO

**E**m minha experiência no trabalho com a organização de arquivos pessoais tenho vivenciado diferentes experiências no que se refere aos conjuntos documentais recebidos, de origem privada, como arquivos pessoais.

Ao serem institucionalizados, é comum que os arquivos pessoais não cheguem totalmente organizados, necessitando de um tratamento técnico, em geral de forma padronizada, de acordo com as normas institucionais.

Os doadores sejam herdeiros, parentes ou até mesmo o próprio produtor do arquivo, simplesmente reúnem os documentos, acondicionam em caixas e envelopes de uma maneira aleatória, e enviam para a instituição. Não são todas as pessoas que têm o cuidado de manter em ordem seus documentos, ou pelo menos, de forma separada e coerente. As diferentes maneiras de se guardar documentos refletem a personalidade da pessoa e, acima de tudo, a forma como a pessoa necessita recuperar as informações e os documentos. Ou seja, pela maneira que lhe é mais prática. Possui uma lógica para a pessoa, ainda que esta lógica não seja compreensível para o arquivista ou o profissional que irá tratar os documentos na instituição.

Tenho observado, no tratamento dado aos arquivos pessoais, as adaptações que são feitas para adequar a organização desses arquivos à teoria arquivística, já que são arquivos, como diz Camargo (2009). Além da teoria, a questão da terminologia é o objeto de reflexão que propomos com este artigo.

## 2 OS DOSSIÊS EM ARQUIVOS PESSOAIS

Os arquivos pessoais que chegam às instituições de custódia geralmente não apresentam uma ordenação sistemática, ou organização total dos documentos. São raríssimos os casos em que isto ocorre. Porém, observo que, embora esses arquivos não apresentem organização de todo o conjunto documental e eventualmente alguns dossiês aparecem em meio à desordem. São pastas com documentos cujo conteúdo se refere a um mesmo tema, evento ou acontecimento. Digo pastas porque é



recorrente estarem realmente dentro de pastas de papel cartão, fechadas com elástico, ou ainda, em caixas organizadoras. Pode ocorrer, também, de os documentos estarem dentro de envelopes de tamanho A4 ou ofício, ou mesmo dentro de uma maleta.

Tais pastas podem ser consideradas o que a terminologia arquivística chama de dossiê, definido por Cunha e Cavalcanti (2008, p. 136) como “conjunto de documentos de proveniências diversas, reunidos artificialmente, com o objetivo de informar, e agrupados por assunto”, ou ainda, na definição de Camargo et al. (2010, p. 32) como “unidade documental em que se reúnem informalmente documentos de natureza diversa, para uma finalidade específica”. Para o dicionário do Arquivo Nacional (2005, p. 80), dossiê é o “conjunto de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto), que constitui uma unidade de arquivamento”.

Há vários dicionários e glossários onde os termos são definidos de acordo com a realidade de cada região ou país. A Sociedade dos Arquivistas Americanos (SAA) publicou em 2005, uma edição revista, ampliada de glossários anteriores, com a justificativa de atualizar termos e melhor descrever conceitos, visto que um termo com diferentes significados pode confundir o leitor. O glossário também relaciona termos equivalentes, que são semelhantes, ou idênticos, mas muitas vezes confusos. É o caso de *case file*, ou seja, “uma coleção de documentos (um dossiê) relativos a uma investigação específica ou em apoio a alguma ação administrativa (Pearce-Moses, 2005, p. 62, tradução nossa).

O termo *case file*, em inglês, significa arquivo ou fichário. O Glossário define *file* como “um grupo de documentos relacionados por uso ou tópico, normalmente alojados em uma pasta (ou um grupo de pastas para um arquivo grande)”<sup>2</sup> (Pearce-Moses, 2005, p. 163, tradução nossa). Como nota, o Glossário acrescenta termos relacionados, e entre eles, o termo “dossiê de assunto” (*subject file*), tendo em vista que o termo *file* possui vários significados, como arquivo, dossiê, processo e até o de pasta para papéis. E, neste sentido, equivale a dossiê.

---

<sup>2</sup> No original: *A group of documents related by use or topic, typically housed in a folder (or a group of folders for a large file).*



No entanto, o Glossário coloca como nota que:

Os dossiês às vezes são chamados de **arquivo de projeto** ou, no Canadá, de **arquivo transacional**. Também chamados de dossiês, embora esse termo tenha um sentido mais geral de arquivo<sup>3</sup>. (Pearce-Moses, 2005, p. 62, tradução nossa).

De acordo com as definições apresentadas, podemos considerar os conjuntos documentais formados pelos titulares dos arquivos pessoais, acondicionados em pastas ou semelhantes, como dossiês, já que são documentos reunidos por uma pessoa referente a um determinado assunto ou evento. Estes dossiês têm respaldo em glossários e dicionários.

Mesmo os conjuntos documentais que são institucionalizados como arquivos pessoais, que não possuem “ordem original” – ou seja, uma organização preliminar estabelecida pelo produtor do arquivo – podem apresentar dossiês organizados por seus titulares. Dessa maneira, seria mais apropriado, para os arquivos pessoais, adotar a noção de respeito aos dossiês originais constituídos pelos produtores do arquivo. Esses dossiês significam que o produtor/acumulador do arquivo considerou que seria importante reunir documentos referentes a uma mesma atividade ou evento, e mantê-los juntos por razões de recuperação da informação. Ducrot (1998, p. 159) aborda esta questão do respeito aos dossiês:

Às vezes a constituição de um dossiê particular surpreende, mas uma reflexão mais atenta permite compreendê-la. Assim, o duque de Clermont-Tonnerre, emigrado durante a Revolução, havia agrupado em um dossiê particular, e não no dossiê cronológico consagrado a seu período de emigração, as cartas que recebera nessa época da família real, do papa ou do czar da Rússia. Classificação antiarquivística (por autógrafos), mas que manifestava a importância dada por esse nobre a tais cartas, que eram o seu orgulho. Era, naturalmente, necessário respeitá-la.

Este exemplo revela que uma organização por autógrafos, ou seja, em ordem alfabética, seria “antiarquivística”. Isto nos leva a perceber que a recomendação para a organização das cartas deve por atividade ou função, como no caso citado, e ordenando cronologicamente. No entanto, quando uma carta está originalmente

---

<sup>3</sup> No original: *Case files are sometimes referred to as a **project file** or, in Canada, a **transactional file**. Also called *dossiers*, although that term has a more general sense of file.*



colocada em um dossiê temático, ela deve permanecer onde está, preservando a ordenação dada pelo produtor do arquivo, não desfazendo os dossiês.

Outro exemplo de uma situação frequente: por ocasião de sua entrada nos *Archives Nationales*, o arquivo do marechal Lyautey (1854-1934) compreendia dossiês relativos às suas diversas atividades nos quais figuravam correspondências e, por outro lado, milhares de cartas classificadas pela ordem alfabética dos correspondentes. Encontravam-se, com frequência, os mesmos correspondentes nas duas partes do fundo. Lyautey tinha seus motivos para fazer essa classificação, mesmo que às vezes pudesse, provavelmente, tratar-se de acaso. Não era o caso de extrair as cartas dos dossiês de atividades para reagrupá-las com aquelas da segunda parte do fundo. Bastaria um índice que a ela remetesse (Ducrot, 1998, p. 159-160).

Neste exemplo verificamos que a correspondência foi agrupada em ordem alfabética, muito embora os mesmos correspondentes possam estar presentes nos dossiês referentes às atividades. Intencionalmente ou não, havia uma razão de ser para que o produtor do arquivo fizesse tal opção. A autora enfatiza que não há necessidade de alterar a ordem dada, pois um índice onomástico resolve a questão. Concordo que é temeroso e não produtivo o esforço de desfazer uma ordenação dada, para se tentar padronizar de outra forma, visto que o instrumento de pesquisa pode dar conta de reunir conteúdos.

A autora segue seu raciocínio com relação aos arquivos recebidos sem ordem:

Com frequência, contudo, o fundo recebido está na maior desordem. Seja porque jamais tenha sido classificado, seja porque a ordem primitiva sofreu alterações tais que é impossível restabelecê-la, seja, ainda, porque é extremamente insatisfatória. O pragmatismo deve, nessa hora, prevalecer sobre a teoria (Ducrot, 1998, p. 160).

A autora enfatiza que tentar recuperar uma ordem original que não deixou vestígios, seria uma tarefa arbitrária e que o trabalho do arquivista seria buscar um quadro de arranjo mais lógico. Para a autora, o novo quadro de arranjo deve ser estabelecido a partir dos dossiês constituídos, preservando a ordem interna dos dossiês (Ducrot, 1998, p. 163). Assim, os dossiês passam a ser o ponto de partida para a elaboração do quadro de arranjo.

O Arquivo Nacional da França publicou um livro sobre o tratamento de arquivos pessoais de cientistas, com orientações sobre o tratamento, que engloba desde a aquisição até a comunicação dos arquivos, além de outras orientações em anexo,



como legislação, orientação bibliográfica etc., e, ainda, um léxico dos termos utilizados. Dentre eles, o conceito de dossiê: “Um conjunto de documentos que estão organicamente ligados entre si, produzidos ou montados com vistas a um mesmo objeto”<sup>4</sup> (Charmasson et al., 1995, p.96. tradução nossa).

O livro traz um capítulo sobre as grandes categorias para a classificação dos documentos, que seriam: correspondência; cadernos e cadernetas de laboratório e de experiências; dossiês de trabalho: notas de trabalho e leitura; dossiês de artigos e obras, os manuscritos; notas de cursos; documentos biográficos; documentos com características administrativas; documentos fora de formato ou meio específicos. (Charmasson et al., 1995, p. 29-37, tradução nossa).

Na introdução do capítulo III é explicitado, logo no início, que

Em um fundo de arquivo, os documentos raramente são apresentados como itens isolados: quando chegam ao departamento responsável por recebê-los, geralmente já estão agrupados em dossiês. (Charmasson et. al., 1995, p. 29).

Esta situação condiz com nossa argumentação de que, mesmo com a não organização do acervo como um todo, existem nichos de organização, que são os dossiês montados pelo próprio produtor do arquivo. Estes, sim, devem ser respeitados e, a partir deles, proceder às estratégias de organização para aos demais documentos.

Após a introdução, o capítulo do livro segue com a proposta de classificação. A orientação é a formação de dossiês para agrupar os documentos semelhantes, como é o caso da correspondência, dos cadernos de laboratório, das notas de cursos e documentos referentes à biografia, ou ainda por temas.

No caso da correspondência, a orientação é para ordená-las por grupos, como familiar, científica, e dentro dos grupos, alfabeticamente ou cronologicamente. No caso de ordenação alfabética, a orientação é abrir um dossiê para cada correspondente e, dentro do dossiê, ordenar os documentos cronologicamente.

---

<sup>4 4</sup> No original: “ensemble de documents ayant entre eux un lien organique, produits ou rassemblés en vue d’un même objet”.



Quanto à ordenação cronológica, é aconselhada para situações onde nem sempre é possível identificar as assinaturas.

Há ainda uma observação que o livro traz sobre a correspondência. Se ocorrer de a correspondência ser referente a uma atividade específica, a correspondência deve estar junto aos documentos desta atividade, e não deve ser extraída deste contexto para ser inserida na classificação geral da correspondência.

De acordo com as orientações deste livro, podemos observar que a organização dos documentos está baseada na constituição de dossiês, que são montados pelo arquivista, e, eventualmente, respeitando-se os dossiês já montados pelo produtor do arquivo.

Os dossiês são formados pelos titulares, ou produtores do arquivo, por alguma razão que é clara para a pessoa, e que, analisadas pelo arquivista ou profissional da informação, também podem ser claras e coerentes. É improvável que um dossiê seja formado de maneira aleatória e que não se possa encontrar o elo entre os documentos. Portanto, os dossiês devem ser preservados. Caso sejam desmembrados para a incorporação dos documentos em outras posições dentro do arquivo, de tal forma a obedecer a um padrão, a lógica de acumulação se perderá. Além de ser uma tarefa árdua e sem sentido. Fisicamente, documentos de um mesmo evento ou atividade podem estar acondicionados separadamente. O que importa é a reunião das informações nos instrumentos de busca, que, se bem estruturados, dará conta de reunir as informações e a contextualização dos documentos. Ou seja, a ordenação lógica é mais importante que a ordenação física. Assim, preservar os dossiês originais deveria ser a orientação mais adequada para se iniciar a organização de um arquivo pessoal.

### **3 AS SÉRIES EM ARQUIVOS PESSOAIS**

A questão das séries em arquivos pessoais também é um tema para reflexão. A definição de série difere, é controversa e há problemas de interpretação, até mesmo por parte de arquivistas. Vale ressaltar alguns conceitos de dicionários da área de



Arquivologia, para exemplificar por qual motivo a questão pode ser confusa.

Para o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, série é:

1. Unidade de arquivamento, ou seja, documentos ordenados de acordo com o quadro de arranjo, ou conservados como uma unidade porque se relacionam às mesmas atividades e funções ou ao mesmo tipo de documento.
  - 1.1. Subdivisão de um quadro de arranjo, baseada nas principais funções arquivísticas.
  - 1.2 - Em administração de arquivos, corresponde a certas peças que apresentam uma ou mais características comuns. Também chamada classe. (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 332).

Uma característica deste dicionário é o fato de se utilizar de diversas fontes para as definições, incluindo outros dicionários da área. Esta definição relaciona a série ao quadro de arranjo, colocando-a como uma divisão interna do arranjo. Dessa forma, observamos que as séries são tratadas como uma subdivisão de um quadro de arranjo, ou classificação, por isso também chamada de classe.

Para o Dicionário de Terminologia Arquivística, série é “a sequência de unidades de um mesmo tipo documental” (Camargo et al., 2010, p. 69). Nesta concepção o tipo documental surge como elemento definidor de uma série. É outra forma de entender a série, considerando que uma mesma atividade produz os mesmos tipos de documentos, digamos, produzidos em série. Utilizando-se de séries tipológicas, dificilmente se trabalha com o conceito de subsérie, a menos que se considerem variantes do tipo documental.

Para o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, série é a “subdivisão do quadro de arranjo que corresponde a uma sequência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto.” (Arquivo Nacional, 2005, p. 153). Neste instrumento aparecem várias possibilidades de entendimento de série. Ela pode ser tanto por função, quanto por tipo documental, o que significa abrir uma concessão para realidades diferentes, ampliando o conceito.

Para o Glossário da Sociedade dos Arquivistas Americanos (SAA), série é:

Um grupo de documentos semelhantes que são arranjados de acordo com um sistema de arquivamento e que se relacionam entre si como resultado de serem criados, recebidos ou usados pela mesma atividade; um **grupo de arquivos**; uma **série de documentos**.<sup>5</sup> (Pearce-Moses, 2005, p. 358, tradução nossa).



Como se pode observar, o Glossário relaciona a série a um conjunto de documentos derivados de uma mesma atividade, o que não significa que são de uma mesma tipologia. Então, pelo que se observou nesta pequena amostragem de dicionários e glossário, há entendimentos diferentes com relação à formação de séries.

Balman (2016), em sua dissertação de mestrado, analisou alguns termos em dicionários de Arquivologia, comparando as definições. Analisou os seguintes dicionários:

- Terminologia Arquivística, da Associação dos Arquivistas Brasileiros, no I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA);
- NBR 9578: Arquivos - Terminologia, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- Dicionário de Termos Arquivísticos, da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Fundação Alemã para o Desenvolvimento (DBAH);
- Dicionário de Terminologia Arquivística, da Associação dos Arquivistas Brasileiros / Núcleo Regional de São Paulo (DTA);
- Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, do Arquivo Nacional (DBTA);
- *Multilingual Archival Terminology* (lista de termos em português), do Conselho Internacional de Arquivos (MAT). (Balman, 2016 p. 58).

Com relação ao termo "série", o autor levantou definições, apresentando um quadro com o que ele chamou de "nome-núcleo", para sintetizá-las, separando das características apontadas em cada dicionário. Assim, o autor apresenta dois quadros separadamente como resultado de sua pesquisa para o termo "série": o 26.1 (Denominações-núcleo de "série"), e 26.2 (Descrições das características de séries) (Balman, 2016, p.136). Para clarear o entendimento, o Quadro1 foi elaborado baseado nos dois quadros citados:

### **Quadro 1** - Denominação de Série

Dicionário	Nome-núcleo	Descrição das características
CBA	Conjunto de documentos	Mesma espécie, dispostos numa determinada ordem.
ABNT	Subdivisão de um fundo	[Reflete] a natureza de sua composição, seja ela estrutural, funcional, ou por espécie documental.
DBAH	Divisão de um núcleo	Documentos classificados em conjunto e mantidos agrupados por se relacionarem com uma função e uma espécie de documento que resulta de uma mesma atividade.
DTA	Sequência de unidades	Mesmo tipo documental.
DBTA MAT	Subdivisão do quadro de arranjo	[Corresponde a] sequência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto.
MAT	Documentos organizados	De acordo com um sistema de arquivamento ou mantidos como uma unidade, seja por resultarem de um mesmo processo de acumulação ou arquivamento, ou de uma mesma atividade, seja por terem uma forma particular ou devido a qualquer outro tipo de relação de sua produção, recebimento ou uso.
	Série de documentos	

Fonte: elaboração própria, baseada nos quadros de Balman (2016, p. 136).

Como se pode observar na coluna de “Nome-núcleo”, há diferentes entendimentos para série. Pode ser uma divisão, subdivisão ou uma sequência. No que se refere às características, embora com algumas semelhanças, os entendimentos não apenas diferem, como podem ser conflitantes. É o caso, por exemplo, de classificar por espécie e tipo documental, ou por assunto. Dos seis instrumentos citados, quatro aceitam a série como resultado de uma função ou atividade, e apenas um instrumento admite a série apenas por tipo documental. E, ainda, somente um instrumento aceita todas as opções de agrupamento de documento - função, atividade, tipo documental ou assunto.

Observa-se que o conceito de série reflete realidades e tradições diferentes, e ainda necessita de mais estudos, especialmente no que se refere aos arquivos pessoais.



A questão que se coloca neste estudo é que a série, tanto sendo formada por documentos de uma mesma tipologia, quanto sendo decorrente de uma mesma função ou atividade, é pertinente ao arquivo institucional, que tem suas funções e atividade bem estruturadas, e as quais produzem documentos com as mesmas características, seriadamente. Porém, nos arquivos pessoais isso não ocorre. Uma pessoa não produz documentos em série, como uma instituição o faz. Ao organizar um arquivo pessoal, a tendência, em linhas gerais, é a de se estabelecer séries tanto tipológicas, quanto funcionais ou por atividades. A série que mais se aproxima da tipologia e que é muito utilizada é a “série correspondências”, embora o termo correspondência tenha um significado coletivo, que engloba várias espécies documentais, como cartas, ofícios, bilhetes, circulares, convites etc. Assim sendo, correspondência não seria nem espécie, nem tipo. Assim, as séries mais utilizadas acabam sendo por atividade ou função e por assunto.

Se estas definições de série para arquivos institucionais já demonstram que não há um consenso absoluto, o que dizer para os arquivos pessoais? Será que realmente é necessário trabalhar com o conceito de série em arquivos pessoais? Faz sentido partir do princípio que uma pessoa produz documentos em série, considerando-se que as séries deveriam ser por tipologia? E se for série temática, não se poderia apenas trabalhar com “classe”, e não série?

No que se refere ao contexto orgânico dos documentos relacionados a uma mesma atividade, o agrupamento não é temático, mas também pode não ser tipológico. Estas questões são trazidas aqui com o objetivo de provocar a reflexão e promover debates em torno da teoria arquivística voltada para os arquivos pessoais.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A teoria arquivística foi se desenvolvendo com base nos arquivos institucionais. Os documentos de uma pessoa não eram considerados “arquivos” e, justamente por isso, ficaram por um longo tempo à margem da teoria arquivística. Mas como o aumento da procura de historiadores, por documentos pessoais de personalidades,



que contivessem informações não oficiais, que não são encontradas nas instituições, que expressem opiniões próprias, os arquivos pessoais começaram a ser alvo de interesse histórico. Os documentos que as pessoas guardam em seus arquivos pessoais também podem complementar lacunas nos arquivos institucionais e apresentar novas versões para fatos e acontecimentos.

Diante da importância alcançada pelos arquivos de pessoas, os arquivistas devem refletir sobre a teoria arquivística, no sentido de avaliar conceitos e adaptá-los de forma mais coerente com a realidade dos arquivos pessoais.

Esta breve reflexão é fruto da experiência com a organização de arquivos de pessoas de diferentes áreas de conhecimentos, porém envolvendo as mesmas questões teóricas e conceituais.

## REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.
- BALMANT, Fabrício Vieira. **Terminologia Arquivística Brasileira**: estudo exploratório de publicações e termos. 2016. 252p. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivo) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, fascículo 2, jul./dez, p. 26-39, 2009.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO Heloísa L. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), 2012.
- CHARMASSON, Thérèse; DEMEULENAERE-DOYÈRE, Christiane; GAZIELLO, Catherine; OGILVIE, Denise. **Les Archives Personnelles des Scientifiques**. Paris: Archives Nationales, Direction des Archives de France, 1995.
- CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2008.
- DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 151-168, 1998.
- PEARCE-MOSES, Richard. **A Glossary of Archival and Records Terminology**. Chicago: The Society of American Archivists, 2005.



---

## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International.



## INCITANDO À DIFUSÃO DOS ARQUIVOS PESSOAIS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB

*Inciting the diffusion of personal files from the city of João Pessoa, PB*

Ana Cláudia Cruz Córdula<sup>1</sup> 

Jefferson Higino da Silva<sup>2</sup> 

### RESUMO

Este artigo apresenta a caracterização dos arquivos pessoais da cidade de João Pessoa, como resultado parcial de um projeto de pesquisa. O estudo utilizou uma abordagem documental, que combina aspectos qualitativos e quantitativos, sendo descritivo e exploratório em seu objetivo. Inicialmente, os arquivos foram identificados com base em informações disponíveis sobre os acervos em instituições de memória, seguidas de visitas às instituições para a caracterização desses arquivos. Como resultado, foram revelados cinquenta e cinco arquivos pessoais, cujos titulares desempenharam funções em diferentes áreas da sociedade. Espera-se que as informações sobre esses acervos possibilitem diversas formas de difusão arquivística, estabelecendo conexões com o patrimônio pessoal da cidade e a memória coletiva local, que também contribui para a memória nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivologia. Arquivos Pessoais. Cidade de João Pessoa. Memória.

### ABSTRACT

This article presents the characterization of personal archives in the city of João Pessoa, as a partial result of a research project. The study employed a documentary approach, combining qualitative and quantitative aspects, and had

---

<sup>1</sup> Professora permanente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora e Mestra em Ciência da Informação, pelo Programa de pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB. Possui Bacharel em Arquivologia pela UFPB. E-mail: [accordula@gmail.com](mailto:accordula@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor temporário do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), atuando também como Técnico em Arquivo do Acervo de Documentação Estudantil da Pró-Reitoria de Graduação da UFPB. É doutorando em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre em Ciência da Informação pela UFPB e bacharel em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: [jeffersonarquivista@gmail.com](mailto:jeffersonarquivista@gmail.com)



a descriptive and exploratory objective. Initially, the archives were identified based on available information about collections in memory institutions, followed by visits to these institutions to characterize the archives. As a result, fifty-five personal archives were revealed, whose holders held roles in different areas of society. It is expected that information about these collections will enable various forms of archival dissemination, establishing connections with the city's personal heritage and local collective memory, which also contributes to the national memory.

**KEYWORDS:** Archival Science. Personal Archives. City of João Pessoa. Memory.

## 1 INTRODUÇÃO

A literatura arquivística começou a discutir sobre os arquivos pessoais tardiamente, possivelmente isso se justifica devido às preocupações históricas iniciais centradas nas transformações estatais voltando-se aos documentos institucionais. No entanto, nos últimos anos, como destacado por Mattos e Mendes (2021), tem-se observado um crescente reconhecimento dos arquivos pessoais nos campos das Ciências Humanas e Sociais e como esses arquivos são reconhecidos como fontes para a reconstrução de memórias, tanto no contexto educacional, formal e informal, quanto para exercícios criativos e políticos identitários.

No Brasil, o decreto nº 4.073 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei de Arquivos nº 8.159 de janeiro de 1991, estabelece que os arquivos privados podem ser reconhecidos como de interesse público e social, seguindo os procedimentos estabelecidos pela resolução nº 47 de 26 de abril de 2021, do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ. No site do Conselho, é possível acessar uma lista dos arquivos pessoais reconhecidos.

A garantia desse reconhecimento não elimina a existência de outros arquivos pessoais não explorados, que permanecem sob a custódia de diversas instituições no país. Diante dessa realidade, o objetivo deste artigo é apresentar uma caracterização dos arquivos pessoais da cidade de João Pessoa, do Estado da Paraíba, oriunda de resultado parcial do projeto de pesquisa intitulado "Cartografia dos arquivos pessoais na cidade de João Pessoa (PB): acervos, instituições e memórias", conduzido pelo Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O projeto tem



como objetivo a identificação dos acervos visando à futura difusão, partindo da necessidade de compreender a realidade dos arquivos pessoais, incluindo sua existência, a natureza dos documentos presentes e as práticas de preservação, de acesso e de uso desses acervos.

Os arquivos pessoais são dispositivos de memória através de documentos que servem como testemunhos do passado no presente (Cunha; Almeida, 2021). A particularidade desses acervos ocorre devido à sua formação, em que Hobbs (2001) destaca que são moldados de acordo com as vontades e com os interesses individuais, contendo documentos considerados importantes pelo titular, com base em aspectos pessoais, afetivos, profissionais ou outros critérios relevantes.

O reconhecimento dos arquivos pessoais ganha significado quando considerado em suas interconexões com as atividades e com as funções que os originaram, conforme destacado por Camargo e Goulart (2007). Dessa forma, a identificação e a divulgação desses arquivos podem contribuir para a preservação do patrimônio documental, ao oferecer diferentes perspectivas dos indivíduos frente à sociedade em que viveu e seu desenvolvimento ao longo do tempo.

## **2 METODOLOGIA**

Este artigo baseia-se em uma abordagem quali-quantitativa, com objetivo exploratório-descritivo e coleta de dados empíricos. Para caracterizar os arquivos pessoais na cidade de João Pessoa, na Paraíba, adotou-se uma estratégia de mapeamento utilizando levantamentos de informações prévias em instituições custodiadoras de acervos, bem como em documentos e em produções científicas, por isso, a pesquisa também se classifica como documental. Tendo ciência da existência dos acervos, partiu-se para visita com os custodiadores por meio de entrevistas estruturadas, utilizando fichas previamente elaboradas. Os resultados parciais obtidos até o momento foram alguns acervos pessoais, que aqui serão apresentados.

Neste artigo, consideramos as instituições custodiadoras, os fundos, os titulares e as funções exercidas por esses titulares. No entanto, destaca-se que, dentro do escopo



do projeto de pesquisa, os resultados finais serão apresentados em uma cartografia aberta, inspirada nas noções rizomáticas apresentadas por Guattari e Deleuze (1996). Essa abordagem permite a conexão em todas as dimensões, com a possibilidade de modificações contínuas e atualizações.

Espera-se que o mapeamento dos arquivos pessoais seja integrado a um repositório vinculado ao curso de Arquivologia da UFPB, com o objetivo de orientar a comunidade e disseminar informações sobre esses acervos. Esse repositório será atualizado à medida que novos acervos forem identificados, visando promover a valorização e a democratização do acesso ao conhecimento histórico e cultural que eles podem oferecer.

### **3 OS ARQUIVOS PESSOAIS E SUAS POTENCIALIDADES**

Os arquivos pessoais contêm registros de possíveis memórias que podem ser exploradas e reinterpretadas, revelando aspectos desconhecidos ou anteriormente invisíveis da história. Isso ocorre tanto na perspectiva arquivística, que considera a formação, a lógica e as conexões do produtor desses arquivos, quanto nas projeções sociais.

Bellotto (2006) destaca que os arquivos pessoais são aqueles compostos por documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou entidades de direito privado. Esses documentos refletem a personalidade, comportamento e vivências do seu criador, estando relacionados ao seu dia a dia, participação social, crenças e atividades diversas.

Enquanto os arquivos institucionais costumam ter documentos com estruturas padronizadas, que reduzem o potencial de múltiplos significados, os arquivos pessoais são ricos em documentos que não possuem informações adicionais, como legendas em fotografias, anotações variadas em suportes inusitados e em objetos que estão desconectados de conjuntos que dariam sentido a eles (Camargo; Goulart, 2007).

De acordo com Campos (2013), ao longo da vida, tanto pessoas quanto instituições acumulam diversos documentos em diferentes formatos e gêneros, que



servem como instrumentos para realizar suas atividades e suas funções. É algo natural para todos, independentemente de posição social ou profissional, criar o próprio arquivo pessoal, composto por documentos produzidos ou recebidos ao longo da vida. Esses documentos podem variar desde registros formais, comprobatórios e fiscais, até documentos que revelam aspectos afetivos, preferências, hobbies, posições políticas, crenças religiosas.

Oliveira, Macêdo e Sobral (2017, p. 3) destacam:

Nesses arquivos, podem ser encontrados registros da relação entre o produtor e o Estado, das suas relações profissionais e de negócios, dos aspectos culturais e sociais de sua vida, e de suas relações íntimas. É por isso que tais documentos se tornam fontes úteis para as perspectivas sociológicas, uma vez que representam uma saída da formalidade coletiva e da organização sistêmica, características típicas de documentos frutos de atividades administrativas.

Assim, além de informações sobre o próprio titular, os arquivos pessoais também retratam informações sobre eventos, lugares e contexto social em que o titular estava inserido, apresentando uma janela para a memória social, revelando fatos e acontecimentos que vão além da vida do indivíduo (Baumann, 2011).

A motivação por trás da preservação de documentos pessoais é um aspecto essencial para compreender adequadamente o conteúdo de um determinado conjunto. Existem vários motivos que podem levar alguém a guardar seus documentos e cada arquivo pessoal terá um contexto único em suas fases de acumulação e de doação, que devem ser compreendidas (Britto; Corradi, 2017).

No arquivo pessoal, as memórias individuais e coletivas se entrelaçam, proporcionando acesso a informações sobre as realizações e relacionamentos vivenciados pelo titular, que testemunham o contexto social e coletivo. Seguindo essa perspectiva, Tognoli e Barros (2011) apresentam o papel do arquivo pessoal na conexão entre a memória individual e coletiva, enfatizando que esses arquivos servem como uma ponte entre a memória individual, que diz respeito às experiências e às vivências de uma pessoa, e a memória coletiva, que abrange o conjunto de eventos compartilhados frente a um grupo ou sociedade.

Nessa linha, Fonseca (2015) chama atenção quando ao reconhecimento e a conscientização sobre os arquivos pessoais que podem levar a uma melhor organização



desses acervos, tornando-os mais úteis como fontes de pesquisa, de preservação histórica e de memória coletiva.

A pessoa formadora do arquivo é influenciada pelos conhecimentos e pelos discursos produzidos em um determinado período, ao mesmo tempo em que também exerceu influência sobre eles. Por isso, Camargo e Goulart (2007) defendem uma abordagem contextual nos arquivos pessoais, ancorada no tempo e na circunstância, em que todas as partes estão interligadas e só fazem sentido quando consideradas em conjunto, sendo importante reconhecer as conexões entre os documentos, as atividades e as funções que os geraram.

As especificidades dos arquivos pessoais requerem um direcionamento adequado, levando em consideração os valores característicos desses acervos, como apontado por Bass (2013), alguns desses: valor identitário, relacionado à identidade pessoal; o valor de memória pessoal, que guarda lembranças individuais; o valor histórico pessoal e familiar, preservando a história pessoal e da família; o valor emocional e sentimental, associado a sentimentos e emoções; o valor funcional, que reflete a utilidade dos documentos; o valor de posterioridade e legado, relacionado à preservação para futuras gerações; além de outros valores mais específicos, como o valor probatório, informacional, narrativo e sociocultural, que são importantes dentro do campo arquivístico.

O autor busca compreender estratégias dos arquivos pessoais no ambiente digital para identificar valores e para definir elementos da preservação desses documentos. Essa reflexão é também abordada na obra de Cox (2017), que analisa os arquivos pessoais digitais, discutindo o papel das instituições na sua preservação, além de destacar as conexões entre os arquivos no nível individual, emocional e familiar, e sua importância na memória coletiva e no conhecimento histórico.

À medida que mais e mais pessoas criam ou transferem seus documentos pessoais para o formato digital, aumenta a possibilidade de perceberem os desafios da missão arquivística, partindo do princípio de que os arquivistas existem para auxiliá-las a compreender as complexidades da preservação digital (Cox, 2017, p. 31).

Com isso, os arquivistas são importantes como profissional que exercem uma orientação das pessoas sobre como preservar seus documentos em todos os ambientes,



garantindo que esses registros sejam acessíveis ao longo do tempo. Hoje, com a complexidade dos suportes digitais, podem-se apontar desafios diante dos diários digitais, das mensagens de WhatsApp, dos e-mails eletrônicos, entre outros documentos.

Dessa forma, a relevância desses profissionais e da Arquivologia nos direcionamentos dos arquivos pessoais, pode garantir que esses registros sejam acessíveis ao longo do tempo. Conforme afirmado por Hedstrom (2016, p. 255), “[...] os arquivos pessoais são uma fonte potencial para a descoberta ou recuperação de memórias que de outra forma estariam perdidas”.

Para além dessas projeções, é preciso também considerar que, por meio dos arquivos pessoais, podem ser reveladas questões que a historiadora Michele Perrot destaca em seus estudos, como a invisibilidade feminina nos arquivos, especialmente nos de caráter público (Perrot, 2005). Segundo a autora, não podemos ignorar essa escassez de arquivos de mulheres, uma vez que em sociedades hierarquizadas, onde há uma clivagem entre atividades masculinas e femininas, e onde o grande “teatro da memória” se torna um privilégio dos homens, as mulheres são relegadas ao papel de coadjuvantes ou mesmo “leves sombras”.

Logo, é preciso explorar as possibilidades oferecidas pelos arquivos e suas relações. Compreende-se, portanto, a necessidade de incentivar e de descobrir acervos pessoais, abarcando seus contextos sob uma perspectiva arquivística, de modo que possam ser devidamente explorados como fontes de conhecimento, de informação e de memória pela sociedade.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os primeiros passos para identificação do acervo envolveram a verificação se haviam sido reconhecidos por sua importância histórica e social. Para isso, consultamos o site do CONARQ, a fim de verificar os Arquivos Privados Declarados de Relevância Pública e Social, mas não foram encontrados nenhum da cidade de João Pessoa. Realizamos consulta aos arquivos públicos, incluindo o arquivo municipal da cidade e no



Arquivo Público do Estado da Paraíba, que indicam tal reconhecimento. Entretanto, em ambos os arquivos, não foram localizados arquivos pessoais reconhecidos. Isso, talvez, se justifica porque esses arquivos públicos foram criados recentemente.

O segundo passo consistiu em pesquisar em sites, em documentos e em produções científicas relacionadas a acervos e instituições. Como o projeto foi desenvolvido na UFPB e tínhamos conhecimento de alguns acervos, começamos explorando essa primeira instituição, identificando acervos no Campus I da universidade, que se localiza na cidade de João Pessoa. O Quadro 1 abaixo apresenta os resultados desse levantamento.

**Quadro 1** – Arquivo Pessoais Custodiados Pelo Campos I da UFPB

<b>Setor</b>	<b>Fundo</b>	<b>Funções exercidas pelo titular</b>
<b>Arquivo Central</b>	Mestre Sivuca (Severino Dias de Oliveira)	Cantor, maestro, multi-instrumentista, compositor e arranjador.
	Professor Hermano José (Hermano Guedes de Melo)	Professor, pintor, artista plástico, desenhista, crítico de arte, cenógrafo, poeta e ilustrador.
<b>Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR)</b>	José Simeão Leal	Crítico de arte e foi membro fundador da Associação Brasileira de Críticos de Arte.
	Maestro Kaplan (José Alberto Kaplan)	Maestro, compositor, professor e pianista.
	Maestro Pedro dos Santos	Maestro, musicista e fundador do coral universitário da UFPB.
<b>Faculdade de Direito</b>	Agassiz Almeida	Escritor, professor universitário e ativista dos direitos humanos.
<b>Biblioteca Central</b>	Humberto Nóbrega (Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega)	Médico, professor, colecionador e exerceu diversos cargos na gestão universitária, inclusive sendo Reitor da UFPB (1971-1975). Foi um dos fundadores da Academia Paraibana de Medicina.
<b>Coordenação do Curso de Graduação em Arquivologia</b>	Jemima Marques de Oliveira	Professora do Departamento de Ciência da Informação da UFPB, bibliotecária, teve uma atuação marcante na política universitária.
	Sylvio Wanick Ribeiro	Economista. Atuou com estudos voltados para a parte agrícola e agrária

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.



Pode-se observar que existem cinco (5) setores na UFPB que possuem a responsabilidade de guardar arquivos pessoais, totalizando nove (9) fundos. Dentre esses fundos, dois (2) estão sob a custódia do Arquivo Central, dois (2) pela Coordenação do Curso de Graduação em Arquivologia, três (3) estão no NDHIR, e cada um dos seguintes setores - Faculdade de Direito e Biblioteca Central - é responsável por um (1) fundo. Essa distribuição evidencia a descentralização da custódia dos arquivos na universidade.

Um outro aspecto a ser considerado é a existência de arquivos pessoais pertencentes a indivíduos que tiveram vínculos com a universidade em questão. Entre eles, destacam-se o professor Hermano José, o Maestro Pedro dos Santos, Humberto Nóbrega e Jemina Marques.

O quadro 1, por sua vez, fornece uma visão das funções desempenhadas pelos titulares dos arquivos, estabelecendo possíveis conexões entre os documentos e o contexto em que os titulares estavam inseridos. Essas informações podem permitir traçar vínculos para uma compreensão mais ampla das trajetórias e do impacto desses arquivos.

Além dos aspectos mencionados, ressalta-se que a maioria dos fundos identificados na UFPB é de natureza fechada, com exceção do fundo do professor Agassiz Almeida, que doou seu acervo ainda em vida. Além disso, a maioria dos acervos pertence a paraibanos, com a exceção do acervo de Sylvio Wanick, um maranhense que viveu no Rio de Janeiro (esse acervo ainda está em processo de tratamento).

Após identificar os fundos da UFPB, ampliamos nossa pesquisa para outras instituições das quais tínhamos conhecimento da custódia de alguns acervos. Surpreendentemente, identificamos um número maior do que o esperado, como evidenciado no Quadro 2, que apresenta o panorama dos acervos sob a custódia do Instituto de Patrimônio Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP).

Quadro 2 – Arquivos Pessoais do Instituto Histórico e Geográfico Paraíba

Instituição	Fundo	Funções exercidas pelo titular
-------------	-------	--------------------------------



<b>Instituto de Patrimônio Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)</b>	Ademar Victor de Menezes Vidal	Jurista, escritor e sociólogo, procurador da República.
	Alcides Vieira Carneiro	Direito-Jurista.
	Antônio da Silva Pessoa	Político.
	Antônio Pessoa Filho	Político. Procurador da República.
	João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque	Direito- Jurista, Advogado, político. Foi presidente do Estado da Paraíba.
	Manuel Arruda de Assis	Político e escritor.
	Osias Nacre Gomes	Político, Direito, Escritor.
	Sebastião Sinval Fernandes	Jurista, Desembargador do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) da Paraíba.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

O cenário dos arquivos pessoais que compõem o acervo do IHGP, totalizam oito (8) fundos, ligados às questões políticas e jurídicas. Predominantemente, esses acervos são compostos por documentos de homens Paraibanos que têm vínculos com a política local ou estão relacionados a assuntos jurídicos. Os arquivos existentes no referido instituto já possuem uma organização prévia, resultando na elaboração de um inventário desses acervos.

Nesse itinerário buscando mapear os arquivos pessoais, identificou-se na Academia Paraibana de Imprensa (API), o **Arquivo Pessoal de Willis Leal**, que era escritor, jornalista, professor, pesquisador e crítico de cinema.

Depois desse acervo, localizou-se a existência de dois Arquivos Pessoais em espaços particulares, mantidos com recursos da família. O **Arquivo Pessoal de Afonso Pereira**, que ao longo da vida desempenhou importantes papéis em prol da educação, da arte e da cultura. Além de professor, foi um dos fundadores do curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e fundou inúmeras escolas de nível fundamental, médio e superior no Estado da Paraíba. O outro foi o **Arquivo Maurílio de Almeida**, médico de formação, foi professor e fundador da Faculdade de Medicina da UFPB, Historiador e autodidata, dedicou-se à pesquisa sobre a história da Paraíba, publicando cinco livros sobre essa temática, além de ter acumulado diversos documentos datados



do século XIX e XX.

Mais uma instituição identificada durante a pesquisa foi a Fundação Casa de José Américo. Nessa instituição, constatou-se a existência de um total de trinta e cinco (35) arquivos pessoais, divididos em dois conjuntos, que foram de forma genérica denominados "arquivos" pela instituição. O primeiro é composto por vinte (20) fundos denominados "Arquivos dos Governadores". O segundo é o "Arquivo de Personalidades Paraibanas", que possui um total de quinze (15) fundos. Esses números e detalhes podem ser encontrados nos quadros 3 e 4.

**Quadro 3 - Arquivo dos Governadores**

	<b>Fundo</b>	<b>Funções exercidas pelo titular</b>
<b>Arquivo dos Governadores</b>	Ivan Sobreira Bichara	Político, escritor, advogado e foi membro da Academia Paraibana de Letras.
	Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo	Político, advogado e foi Membro da Academia Paraibana de Letras.
	Antônio Marques da Silva Mariz	Político.
	Antônio Roberto de Sousa Paulino	Político e jurista.
	Argemiro de Figueiredo	Político e advogado.
	Cássio Cunha Lima	Político e advogado.
	Cícero Lucena filho	Político.
	Dorgival Terceiro Neto	Político, advogado, professor da UFPB e Escritor.
	Gratuliano da Costa Brito	Político, advogado e atuou no jornalismo.
	João Agripino Filho	Político e advogado.
	José Américo de Almeida	Político, advogado, escritor. Como governador criou a Universidade da Paraíba, atual Universidade Federal da Paraíba, da qual foi Reitor (1956-1957).
	José Targino Pereira da Costa	Político.
	José Targino Maranhão	Político.
	Milton Bezerra Cabral	Engenheiro e Político.



	Pedro Moreno Gondim	Político, advogado e escritor.
	Ricardo Vieira Coutinho	Político e farmacêutico
	Ronaldo José da Cunha Lima	Político, advogado, escritor e poeta.
	Tarcísio de Miranda Burity	Político e advogado.
	Wilson Leite Braga	Político e advogado.
	Ernani Sátiro	Político, advogado e escritor.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Os vinte (20) fundos mencionados no quadro 3 foram formados por documentos de ordem pública, originados da Casa Civil do Governo do Estado da Paraíba, bem como de natureza privada dos governadores, refletindo as trajetórias políticas de cada governador. No entanto, destaca-se três fundos específicos que fazem parte desses acervos, os quais diferenciam dessa formação. O primeiro deles é o fundo José Américo de Almeida, que, associado à sua trajetória de vida, oferece uma compreensão ampliada não apenas de sua vida política, mas também de outros aspectos relevantes. Os arquivos estão localizados no espaço físico que era a residência de José Américo - hoje, estruturalmente dividida em museu, auditório e espaço administrativo, além da área em que se encontram os acervos.

Existem outros dois arquivos que transcendem o contexto político em si. O arquivo de Ronaldo Cunha Lima nos permite compreender sua trajetória além das raízes políticas, revelando-o como escritor e como poeta. Já o arquivo do ex-governador Ricardo Vieira Coutinho inclui documentos que remontam a sua trajetória de vida como um todo.

Ainda no escopo da Fundação, identificamos os acervos de personalidades paraibanas que se destacaram na política, no jornalismo e na cultura da Paraíba, disponibilizados aos pesquisadores e ao público em geral.

Esses arquivos, explanados, a seguir, no quadro 4, nos trazem um panorama da memória individual, mas, sobretudo, a memória coletiva dos espaços, das atividades, dos lugares e das ações vivenciadas por essas personalidades.

**Quadro 4** - Arquivo de Personalidades Paraibanas

	<b>Fundo</b>	<b>Funções exercidas pelo titular</b>
--	--------------	---------------------------------------



<b>Arquivo de Personalidades Paraibanas</b>	Abelardo de Araújo Jurema	Advogado, escritor, jornalista e político.
	Eduardo Martins da Silva	Pesquisador, historiador, jornalista e poeta.
	Juarez da Gama Batista	Escritor e jornalista.
	Aécio Vilar de Aquino	Escritor. Foi conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e Professor de Antropologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da UFPB.
	Ascendino Leite	Escritor, crítico, romancista, jornalista e poeta.
	Aurélio Moreno de Albuquerque	Jurista e escritor.
	Edwaldo Ferreira Ouro	Político.
	Expedito Pedro Gomes	Escritor, jornalista e discotecário.
	Francisca Neuma Fachine Borges	Professora universitária, foi uma das fundadoras do Programa de Pesquisas em literatura Popular da UFPB, criadora do Núcleo de Pesquisa Linguísticas e de Oratura (NUPLIO) da Fundação Casa de José Américo.
	José Rafael de Menezes	Geógrafo, historiador, jurista, político e escritor.
	Josué Sylvestre	Escritor, jornalista e historiador.
	Lauro Pires Xavier	Agrônomo, observador meteorológico, Sócio Fundador da Sociedade de História Natural da Paraíba e Membro do IHGP.
	Maria de Lourdes Lemos de Luna	Escritora. Membro da Academia Feminina de Letras e de Artes da Paraíba e da Academia de Letras de Areia. Secretária particular de José Américo de Almeida e, depois, da Fundação.
	Paulo Nunes Batista	Cordelista, escritor, cronista, advogado e jornalista.
	Virgínius de Gama e Melo	Professor, crítico literário, jornalista, escritor e teatrólogo.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

São quinze (15) fundos fechados, dos quais treze (13) são de homens e dois (2)



são de mulheres. Os acervos das duas mulheres apresentam suas conexões com a cultura, a educação e a atitude de participar ativamente desta sociedade. Uma delas atuou como escritora, historiadora, membro da Academia Feminina de Letras e Artes da Paraíba e da Academia de Letras de Areia. Até as vésperas de sua partida, tinha uma coluna no Jornal Correio da Paraíba. Lourdinha Luna contribuiu com a criação e instalação do Museu do Brejo, em Areia (PB), além de ter prestado colaboração valiosa para a Academia de Letras de Campina Grande (PB).

Ainda no contexto do arquivo de mulheres, destacamos o acervo de Francisca Neuma Fachine Borges, mais conhecida como Neuma Fachine. Ela atuou como professora nas Universidades Federal e Estadual da Paraíba, foi uma das fundadoras do Programa de Pesquisas em Literatura Popular da UFPB, sendo este o único fundo aberto presente nos acervos das personalidades. Os demais acervos são de pesquisadores, historiadores, jornalistas, poetas, escritores, professores, cordelistas, entre outras funções muito vinculadas à arte, educação e cultura paraibanas.

A Fundação Casa de José Américo tem como missão preservar, pesquisar e divulgar a vida e a obra de José Américo de Almeida e a cultura paraibana para o engrandecimento da sociedade. Nesse sentido, é um espaço aberto que oportuniza, através da guarda desses arquivos, que outras pesquisas possam ser realizadas, tornando-se uma ponte entre a sociedade e a história de seus sujeitos.

## 5 CONCLUSÃO

Os arquivos pessoais contribuem para a construção do conhecimento individual e coletivo. No entanto, para compreender essas projeções e relações sociais, é necessário perceber a sua disposição, organização e formação, a fim de promover a difusão dentro dos parâmetros arquivísticos.

Considerando tais direcionamentos, neste trabalho, seguimos com a identificação dos acervos na cidade de João Pessoa, como resultado parcial de um projeto de pesquisa, o qual possibilitou conhecer quais instituições custodiam acervos pessoais, bem como os titulares e as funções que ocuparam.



Diante dos acervos identificados, notou-se um menor número de arquivos de mulheres, evidenciando a preponderância da figura masculina. Isso nos induz a pensar em práticas que estimulem arquivos de mulheres, reforçando o que Perrot (2005) diz: as desigualdades de gênero presentes na construção da memória coletiva e o fato de que as mulheres muitas vezes são excluídas ou sub-representadas nos registros históricos e nos espaços de preservação da memória.

Outro ponto observado na identificação desses acervos é que parte dos titulares contribuiu para instituições de ensino, seja como professores ou em funções relacionadas às essas unidades. Alguns desses acervos encontram-se nessas instituições, como é o caso da UFPB. Pontos importantes para que esses órgãos introduzam políticas de custódia de arquivos pessoais.

Esta pesquisa revelou uma diversidade de arquivos pessoais custodiados em diferentes instituições da cidade de João Pessoa. Esses arquivos podem fornecer informações para compreender a trajetória individual dos titulares e suas relações, as quais podem trazer significados sobre as relações com outros indivíduos, grupos, movimentos, instituições e contextos que ultrapassam esses acervos.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, T.H. B.; TOGNOLI, N.B. As implicações dos Arquivos Pessoais: Elementos conceituais. **Ponto de Acesso**. Salvador, v.5, n.1, p. 66-84, 2011. DOI: 10.9771/1981-6766rpa.v5i1.4868 . Acesso em: 04. jun. 2023.
- BASS, J. A PIM perspective: leveraging personal information management research in the archiving or personal digital records. **Archivaria**, n. 75, p. 49-76, 2013. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13433/14743>. Acesso em: 18 jun.2023.
- BAUMANN, E. S. **O arquivo da família Calmon à luz da arquivologia contemporânea**. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BRASIL. Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 2, 03 jan. 2002.



- BRITTO, A. C. L.; CORRADI, A. Considerações teóricas e conceituais sobre arquivos pessoais. **Ponto de Acesso**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 148169, 2018. DOI: 10.9771/rpa.v11i3.22745 . Acesso em: 04 jun.2023.
- CAMARGO, A. M. A.; GOULART, S. **Tempo e circunstância a abordagem contextual dos Arquivos Pessoais**. Brasília: Instituição Fernando Henrique Cardoso, 2007.
- CAMPOS, J. F. G. Arquivos pessoais, acesso e memória: questões em pauta. **Informação & Informação**, n. 2, p. 150-167, 2013. DOI: 10.5433/1981-8920.2013v18n2p150. Acesso em: 11 jun. 2023.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Resolução nº 47, de 26 de abril de 2021**, que dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional.
- COX, R. **Arquivos pessoais: um novo campo profissional: leituras, reflexões e reconsiderações**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.
- CUNHA, M. T. S.; ALMEIDA, D. B. Arquivos Pessoais no radar do Tempo Presente: Dimensões e possibilidades nos estudos acadêmicos. **Cadernos de História da Educação**, v.20, p.1-20, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14393/che-v20-2021-49>. Acesso em: 04 jun. 2023.
- DELEUZE, G.; GUATTARRI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia e Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- FONSECA, G. **Arquivos Pessoais e suas particularidades no âmbito arquivístico**, 2015. In: SEMINÁRIO DE ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA. Marília, SP, 2015. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/seminariodearquivologiaebiblioteconomia/fo-nseca-g.a..pdf>. Acesso em: 05 jun. 2023.
- HEDSTROM, M. Arquivo e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H.(orgs.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- HOBBS, C. The Character of Personal Archives: Reflections on the Value of Records of Individuals. **Archivaria**, v.52, n.1, p. 126-35, 2001. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12817>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- MATTOS, R.; MENDES J. M. Arquivos pessoais e patrimônio: a Declaração de Interesse Público e Social como instrumento de patrimonialização de arquivos. **Ágora: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v.31, n. 63, p. 01-21, jul./dez. 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/162864>. Acesso em: 13 jul. 2023.
- OLIVEIRA, L. M. V.; MACÊDO, P. L. P.; SOBRAL, C. C. Arquivos pessoais e intimidade: da aquisição ao acesso. **Revista do Arquivo**, São Paulo, n. 4, p. 1-13, 2016. Disponível em: [https://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista\\_do\\_arquivo/04/artigo\\_02.php](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/04/artigo_02.php). Acesso em: 05 jun. 2023.
- PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.



## AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer ao programa de pesquisa da Universidade Federal da Paraíba, que, em conjunto com o suporte do projeto de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nos possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa.

---

## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International.



## O ACERVO DA BAILARINA PENHA PIETRA'S NO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

*The ballerina Penha Pietra's collection in São Paulo Municipal Theater*

Rafael de Araújo Oliveira<sup>1</sup> 

Bruna Maria Schmitt Rossi<sup>2</sup> 

### RESUMO

O artigo apresenta o processo de aquisição do acervo da bailarina Francisca da Penha Santos (1949 - 2021), mais conhecida como Penha Pietra's, desde o processo de doação para o Centro de Documentação e Memória do Theatro Municipal de São Paulo até o início do tratamento da documentação pela equipe do Núcleo de Acervo e Pesquisa. Para tanto, descreve brevemente a trajetória da artista, sobretudo o período em que esteve à frente da direção do grupo "Os 16 meninos da 13 de maio". À luz de bibliografia que trata do tema, apresenta as escolhas metodológicas para o início do processamento da documentação e traça os próximos passos do projeto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Penha Pietra's. Acervo. Theatro Municipal de São Paulo. Arquivos Pessoais. Os 16 meninos da 13 de maio.

### ABSTRACT

The article presents the process of acquiring the collection of the dancer Francisca da Penha Santos (1949 - 2021), better known as Penha Pietra's, from the donation process to the Centro de Documentação e Memória do Theatro Municipal de São Paulo to the beginning of the document management by the team of the Núcleo de Acervo e Pesquisa. To this end, it briefly describes the artist's career, especially the period in which she was in charge of the group "Os 16 meninos da 13 de maio".

<sup>1</sup> Bacharel e Licenciado em História pela Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP (2009 - 2012). Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural - Centro Lúcio Costa - CLC - IPHAN/UNESCO (2021). Atualmente é Técnico de Arquivo no Núcleo de Acervo e Pesquisa do Complexo Theatro Municipal de São Paulo. E-mail: [rafael\\_araujol@hotmail.com](mailto:rafael_araujol@hotmail.com)

<sup>2</sup> Bacharela em História pela Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP (2015 - 2018). Mestranda no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo - IEB - USP. Atualmente é Auxiliar de Arquivo no Núcleo de Acervo e Pesquisa do Complexo Theatro Municipal de São Paulo. E-mail: [brunarossi.h@outlook.com](mailto:brunarossi.h@outlook.com)



Maio". In the light of the bibliography on the subject, it presents the methodological choices for starting to process the documentation and outlines the project's next steps.

**KEYWORDS:** Penha Pietra's. Collection. São Paulo Municipal Theater. Personal papers. The Children of May 13th Street.

## 1 INTRODUÇÃO

**E**m junho de 2021 o Theatro Municipal de São Paulo recebeu, através do seu canal de comunicação oficial, um *e-mail* da museóloga Denise Lorch que, representando amigos da bailarina Francisca da Penha Santos, consultava a instituição acerca do interesse em receber como doação o acervo da artista. Francisca da Penha Santos (1949 - 2021), ou Penha Pietra's, como era conhecida, foi bailarina, atriz e professora de dança. Em maio de 2021, a bailarina havia sido vitimada pelo vírus da Covid-19.

Segundo a listagem preliminar do acervo elaborada por amigos da bailarina, o acervo é composto por fotografias, documentos textuais, livros, materiais audiovisuais, discos e objetos diversos. Um processo de triagem já havia sido realizado por amigos e familiares da bailarina e, o que havia sido avaliado previamente como de interesse cultural, foi separado e depositado em um escritório no bairro do Jardins, em São Paulo, de propriedade de Roberto Jorge Regensteiner, amigo e ex-companheiro de Penha Pietra's. Embora o primeiro contato tenha sido realizado pela museóloga Denise Lorch, todo o processo de doação foi realizado tendo Roberto Regensteiner como representante e depositário do acervo.

Nos meses seguintes, foram realizadas visitas técnicas ao escritório de Roberto Regensteiner para análise preliminar do acervo, tanto para reconhecimento, quanto para atestar o estado de conservação dos itens. Ao mesmo tempo, realizamos uma pesquisa institucional para sistematizar informações sobre a trajetória da bailarina Penha Pietra's, processo crucial para que pudéssemos subsidiar o parecer técnico acerca da doação.

Francisca da Penha Santos (1949 - 2021) ou Penha Pietra's - seu nome artístico - foi atriz, diretora, coreógrafa, professora de dança e uma das mais conhecidas bailarinas negras da cidade de São Paulo. Natural de Passos - MG, era filha de Irineu Barbosa dos



Santos e Elisa Maria de Jesus. Formou-se em instituições nacionais e internacionais realizando cursos em Buenos Aires (ARG) e Paris (FRA). No Brasil participou como discente do Corpo de Baile do Teatro Guaíra (Curitiba - PR), Escola Municipal de Dança do Rio de Janeiro (RJ), Escola de Bailados do Theatro Municipal de São Paulo (SP), Teatro Galpão (São Paulo - SP), Espaço de Dança do Teatro Brasileiro de Comédia - TBC (São Paulo - SP), Escola de Dança Ruth Rachou (São Paulo - SP), Escola de Dança Penha de Souza (São Paulo - SP), Ballet Stagium (São Paulo - SP) e Escola de Ballet Ismael Guiser (São Paulo - SP)<sup>3</sup>.

No campo do teatro, atuou nos espetáculos "O eterno regresso", "The life and time of Dave Clark", "Hair", "Inconfidência mineira" e "Arena contra Zumbi". No universo infantil participou de "Pop, a garota legal", "Menina não entra, menino não entra", "Este mundo é um arco-íris" e "Leopoldina Jr". Como atriz da teledramaturgia, realizou trabalhos em "Sangue do meu sangue", "Os Imigrantes", "Éramos seis", "Deus te crie" (Cinema). Enquanto bailarina, atuou em "Encontro de Dança" (Universidade de São Paulo - USP); "Il Arte Aberta" (Teatro de Cultura Artística); "Desencontro" (Teatro Ruth Escobar), "Upasana" (Teatro Paulo Eiró), "Vicenciais" (Teatro Galpão), "Coreomania" (Museu de Arte de São Paulo), "Atlântico e Pacífico" (Teatro Galpão) e "Convite a Dança" (TV Cultura).

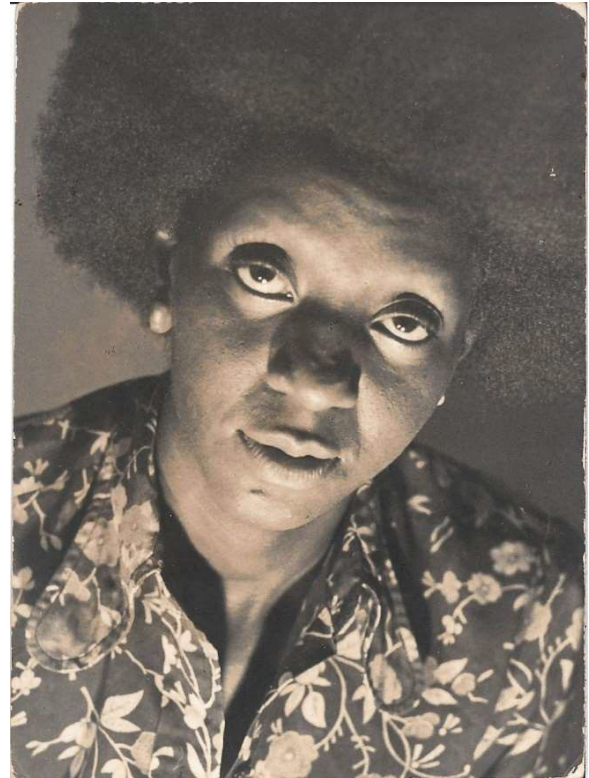
---

<sup>3</sup> Informações extraídas do *curriculum vitae* de Penha Pietra's. Fundo Penha Pietra's - Centro de Documentação e Memória - Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

**Figura 1:** Penha Pietra's [s/data].



**Figura 2:** Penha Pietra's [s/data].



Fonte: Fundo Penha Pietra's - Centro de Documentação e Memória - Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

Penha Pietra's destacou-se como artista e educadora das artes comprometida com a realização de ações sociais, através das quais é possível reconhecermos o seu legado. Com extenso currículo profissional, Penha Pietra's notabilizou-se, sobretudo, pela fundação em dezembro de 1981, do grupo "Os 16 meninos da 13 de maio", que recebia crianças entre a faixa de 6 e 16 anos para a formação sociocultural nas artes cênicas. O grupo, dirigido pela bailarina e seu então companheiro, Roberto Regensteiner, ganhou projeção nacional ao participar de um videoclipe da música "Nos bailes da vida" do cantor e compositor Milton Nascimento, em 1982, divulgado no programa televisivo "Fantástico" da Rede Globo de Televisão. Ao final do clipe, foi divulgado o primeiro espetáculo do grupo intitulado "O Que!!!", que seria estreado no Teatro Brasileiro de Comédia - TBC, com direção de Penha Pietra's e música de Fernando Brant e Milton Nascimento.

**Figura 3:** Capa do programa do espetáculo *O Que!!!*, estreado pelo grupo *Os 16 meninos da 13 de maio*, no Teatro Brasileiro de Comédia, em 1982.



Fonte: Fundo Penha Pietra's - Centro de Documentação e Memória - Completo Theatro Municipal de São Paulo

**Figura 4:** Os 16 meninos da 13 de maio e o cantor Milton Nascimento na gravação do videoclipe da música *Nos Bailes da vida*, em 1982



Fonte: Fundo Penha Pietra's - Centro de Documentação e Memória - Completo Theatro Municipal de São Paulo

No ano de 1985, Penha enquanto diretora, concebeu para o grupo o espetáculo "Canto do Povo de Algum Lugar", estreado no Sesc Pompeia na cidade de São Paulo/SP. A projeção que o espetáculo tomou, acabou por culminar no ano seguinte, com a constituição da personalidade jurídica denominada *Capoal*<sup>4</sup>: uma sociedade civil sem fins lucrativos que manteve Penha Pietra's e Roberto Regensteiner como diretores do grupo "Os 16 meninos da 13 de maio" e estabeleceu um conselho consultivo diverso,

<sup>4</sup> Abreviatura com as iniciais do nome do espetáculo "Canto do Povo de Algum Lugar". Apesar da sede se situar na Rua Artur de Azevedo, 517, no bairro Cerqueira César, na cidade de São Paulo, os ensaios do grupo aconteciam na Rua Major Diogo, nº 290, no bairro do Bixiga, na mesma capital.

constituído por Milton Nascimento, Marika Gidali e Décio Otero, os dois últimos diretores do Ballet Stagium, dentre outros. Ainda em 1985, sob direção de Penha Pietra's, as crianças participaram da peça "O homem e o cavalo", de autoria de Oswald Andrade, sob direção geral de José Celso Martinez Corrêa. Em 1987, o grupo foi agraciado com duas premiações: Prêmio Mambembe e o Prêmio Governador do Estado de São Paulo. Em 1989, com o espetáculo "Vai passar", estreado no Theatro Municipal de São Paulo, o grupo venceu a Concorrência Fiat na categoria dança. No mesmo ano, o grupo foi ampliado e passou a atender mais de 60 crianças.

**Figura 5:** Matéria do jornal *O Estado de São Paulo*, de 12 de novembro de 1986 sobre o grupo *Os 16 meninos da 13 de maio*.



Fonte: Acervo digital do jornal *O Estado de São Paulo*.

Em 1991, um documentário sobre o grupo, dirigido por Roberto D'Ávila foi finalista no 33º Festival de Cinema e Televisão de Nova York. Em 1992, tendo Penha Pietra's como coreógrafa, o grupo *Capoal* participou do espetáculo "(Zero)2" do Balé da Cidade de São Paulo, realizado entre os dias 24 a 27 de abril no Theatro Municipal. Na década de 1990, o grupo conseguiu notoriedade internacional, tendo apresentado o espetáculo "Filhos dos Sem Terra" em 10 cidades na França através da parceria com a *Association Longue Distance*. O Grupo também participou da conferência da Eco-92, no



Rio de Janeiro e da abertura da Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol Associado - FIFA, em 1998, em Paris.

Através de seu trabalho como educadora ligada à dança, Penha Pietra's notabilizou-se pela criação de um método próprio de ensino do balé, formando uma geração de artistas, com trabalho focado no direito à arte e cultura. Sendo a maioria das crianças proveniente de famílias de baixa renda, sua atuação também possuía um caráter assistencial na medida em que a direção do grupo fornecia alimentos, roupas, sapatilhas e demais acessórios para a prática da dança. Apesar de muitas famílias terem se mudado da região central de São Paulo, reflexo direto do aumento da especulação imobiliária entre as décadas de 1980 e 1990, seus filhos permaneciam frequentadores do grupo no bairro do Bixiga. Além de seu trabalho à frente do grupo *Capoal*, Penha Pietra's atuou na Secretaria de Cultura Municipal de São Paulo e foi instrutora de dança na Fundação Para o Bem-Estar do Menor (atual Fundação Casa), ampliando seu trabalho social e atuando ativamente na implantação de políticas públicas de acesso à educação e à cultura. Como educadora, atuou no Instituto Therapon que atende crianças com deficiência, no Serviço Social da Indústria - SESI, na Escola Betty Lidiana, na Escola de Dança Joyce Ballet, na Escola de Dança Ruth Rachou, Escola Trampolim, Colégio Pequeno Príncipe, Colégio Maria Imaculada Conceição, Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo - USP, Colégio Logos e fundadora do Projeto Sementinha, vinculado à empresa C&A Alphaville.

A pesquisa sobre a trajetória de Penha Pietra's foi fundamental para o subsídio do processo de doação, o qual obteve um parecer favorável da instituição. Para além da simples ligação de Penha Pietra's com o Theatro Municipal de São Paulo, seja enquanto aluna, professora ou como diretora do grupo "Os 16 meninos da 13 de maio" que esteve presente no palco da instituição por diversos momentos, a temática do acervo está relacionada com as atividades finalísticas do Complexo Theatro Municipal de São Paulo enquanto polo de formação de jovens e adolescentes nas artes do corpo.



## **2 O PROCESSO DE DOAÇÃO PARA O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DO THEATRO MUNICIPAL**

O Centro de Documentação e Memória do Theatro Municipal de São Paulo foi criado a partir da execução do Projeto da Praça das Artes<sup>5</sup> no Centro de São Paulo, em dezembro de 2012. Até então, a entidade que detinha a responsabilidade pela gestão do acervo documental da instituição era o Museu do Theatro Municipal de São Paulo<sup>6</sup>. Ao longo da sua trajetória, o Museu do Theatro Municipal frequentemente recebia doações de itens para compor o seu acervo, tanto de pessoas físicas quanto de instituições. Desde a sua inauguração em 1983 até o ano de encerramento das suas atividades em 2012, o Museu recebeu 70 doações, sejam elas de pequeno volume - documentos ou fotografias individuais - até coleções vultuosas, como a do maestro Ernesto Kierski (504 itens) e do maestro Eduardo Guarnieri (383 itens)<sup>7</sup>.

Atualmente, as doações realizadas ao Centro de Documentação e Memória do Theatro Municipal de São Paulo são regidas pelo Decreto nº 58102 de 23 de fevereiro de 2018, que

[...] Regulamenta o recebimento de doações e comodatos de bens, exceto imóveis, bem como de doações de direitos e serviços, sem ônus ou encargos, pelos órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Serviços Sociais Autônomos; institui o Selo Amigo da Cidade de São Paulo<sup>8</sup>.

Apesar do Decreto Municipal tratar dos procedimentos para doação de bens e serviços cuja matriz de valor é marcadamente econômica, a Fundação Theatro Municipal

---

<sup>5</sup> Para mais informações sobre o projeto da Praça das Artes, consultar o site oficial do Complexo Theatro Municipal de São Paulo. Disponível em: <https://theatromunicipal.org.br/pt-br/praca-das-artes/> [Último acesso em 19/06/2023].

<sup>6</sup> O Museu do Theatro Municipal de São Paulo foi criado via Decreto Municipal nº 7729 de 9 de outubro de 1968 e inaugurado apenas no ano de 1983. Funcionou, inicialmente, nas dependências do próprio Theatro Municipal de São Paulo, até 1985. Com as obras de reforma e restauro, o acervo foi transferido para o 27º andar do Edifício Martinelli, onde funcionou em caráter provisório até 1995. A partir de 1995, o Museu do Theatro foi instalado na galeria Formosa, localizada embaixo do Viaduto do Chá. Com a execução do projeto da Praça das Artes, inaugurada em 2012, o Museu foi desativado e seu acervo foi incorporado ao Centro de Documentação e Memória, onde permanece até os dias atuais

<sup>7</sup> Levantamento realizado por Edson Silva dos Santos, estagiário de Documentação do Núcleo de Acervo e Pesquisa do Theatro Municipal de São Paulo.

<sup>8</sup> Fonte: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-58102-de-23-de-fevereiro-de-2018> [Último acesso em 19/06/2023].



de São Paulo - autarquia da Secretaria de Cultura Municipal responsável pela fiscalização do contrato de gestão do Theatro - utiliza esta normativa para doação de acervos e bens culturais. Para o processo de doação, o solicitante deve apresentar a descrição dos itens a serem doados, juntamente com uma declaração de propriedade e o valor de mercado dos bens a serem doados.

Além do caráter jurídico do processo, a análise técnica acerca da doação é pautada pela “Política de Gestão de Acervos” do Theatro Municipal de São Paulo. Segundo a política, é possível realizar a aquisição de acervos pelo Theatro Municipal por meio de dois procedimentos: compra e doação. No caso do procedimento por compra, a aquisição é realizada mediante indicação da “Gerência de Formação, Acervo e Memória”, “desde que estejam em consonância com a missão e os objetivos do Theatro Municipal” ou através de proposta da “Coordenação da Programação” em que

[...] a Superintendência Executiva propõe aquisição de obras, objetos ou coleções documentais que participaram de eventos para compor seu acervo. Esse processo será validado por um Conselho criado, para essa finalidade. Para efetivação do processo de aquisição por compra será utilizado o Contrato de Compra e Venda específico da instituição (Complexo Theatro Municipal de São Paulo, 2021, p. 6-7.)

Segundo a “Política de Gestão de Acervos”, no processo de aquisição por doação em caráter espontâneo, de pessoas físicas ou instituições, o “Theatro Municipal de São Paulo receberá por doação coleções documentais ou peças individualizadas oferecidas por terceiros, desde que haja interesse e estejam em consonância com sua missão e objetivos” (Complexo Theatro Municipal de São Paulo, 2021, p. 6-7). Cumprindo os requisitos técnicos e jurídicos, os acervos podem ser incorporados ao Centro de Documentação e Memória mediante “Termo de Doação” em que conste, sumariamente, uma listagem dos itens a serem doados.

O processo de doação do acervo da bailarina Penha Pietra’s, respeitando os procedimentos apresentados, foi efetivado em 24 de outubro de 2022, através da assinatura do “termo de doação” pelas partes: Roberto Jorge Regensteiner - depositário do acervo; Fundação Theatro Municipal de São Paulo e Sustenidos Organização Social de Cultura - instituição responsável pela gestão do Theatro Municipal. Os procedimentos de embalagem, acondicionamento e transporte do acervo foram realizados em



novembro de 2022. Entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023, o acervo permaneceu em quarentena, como recomendam as boas práticas de conservação, e em fevereiro de 2023 foi dado início ao tratamento deste acervo.

### **3 O INÍCIO DO PROCESSO DE TRATAMENTO**

O conjunto documental que hoje compõe o Fundo Penha Pietra's, salvaguardado pelo Complexo Theatro Municipal de São Paulo, tem o volume aproximado de 19,14 metros lineares e é composto por diversos documentos de arquivo: fotografias (negativos/positivos); materiais fonográficos e audiovisuais (fitas cassete, VHS, DVDs, discos de vinil); objetos tridimensionais (placas, prêmios, brinquedos, etc); documentos textuais (recortes de jornal, programas de espetáculos, roteiros, materiais didáticos, correspondências de alunos, recibos de pagamentos, certidão de nascimento, cadernos, declarações, bilhetes, documentos administrativos referentes às atividades que desempenhava, manuscritos diversos), iconográficos (postais, cartazes, croquis de figurino e cenário), dentre outros.

O processo de doação contou com um trabalho de reconhecimento preliminar da massa documental acumulada pela bailarina e, após a transferência para o Theatro Municipal, foi estabelecido um plano de trabalho para o tratamento arquivístico desse conjunto. O plano foi construído levando em consideração as etapas de: identificação documental, organização, inventário, descrição, higienização, acondicionamento e guarda. Em paralelo, foram propostos encontros mensais para a discussão da bibliografia relativa à temática de arquivos pessoais, com a finalidade de instrumentalizar toda a equipe para o processo de tratamento.

Os encontros mensais foram elaborados em torno de três eixos temáticos: introdução ao estudo dos arquivos pessoais; metodologias de trabalho e perspectivas de pesquisa. O primeiro encontro, realizado no mês de fevereiro de 2023, teve como escopo a abordagem acerca dos processos de constituição de arquivos pessoais. Uma das questões iniciais para a reflexão sobre estes processos é apresentada por Artières (1998, p. 10): "Porque arquivamos nossa vida?" Para respondê-la, o autor levanta três hipóteses:

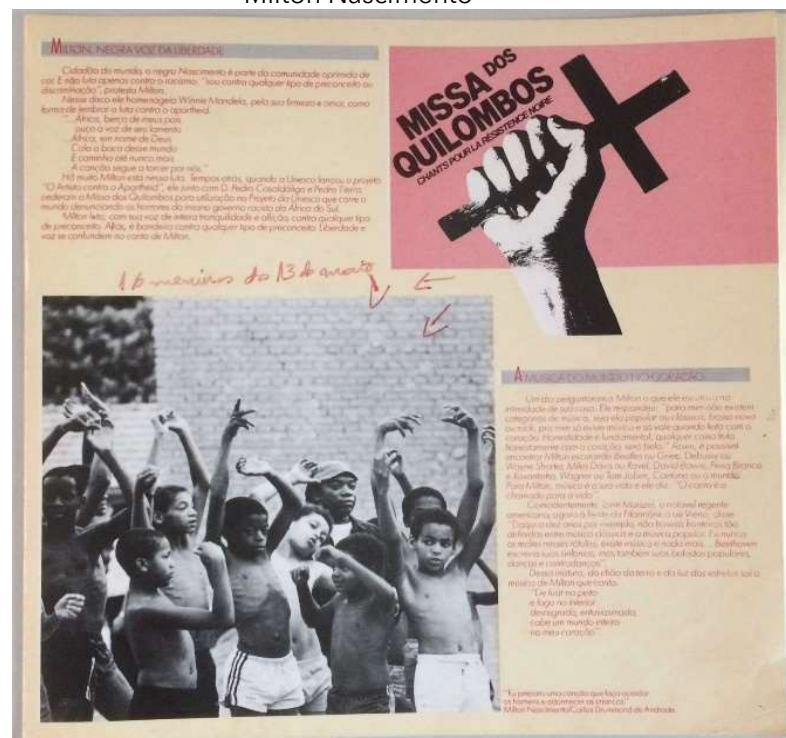
para responder a uma injunção social diante da sociedade ocidental essencialmente pautada pela escrita; para construir uma identidade social e garantir direitos; pelo dever de produzir memórias.

Segundo Artières (1998, p. 32), este processo de “arquivamento do eu”, sendo espontâneo ou intencional é sempre realizado

[...] em função de um futuro leitor autorizado ou não (nós mesmos, nossa família, nossos amigos ou ainda nossos colegas). Prática íntima, o arquivamento do eu muitas vezes têm função pública. Pois arquivar a própria vida é definitivamente uma maneira de publicar a própria vida, é escrever o livro da própria vida que sobreviverá ao tempo e a morte. (Artieres, 1998, p. 32).

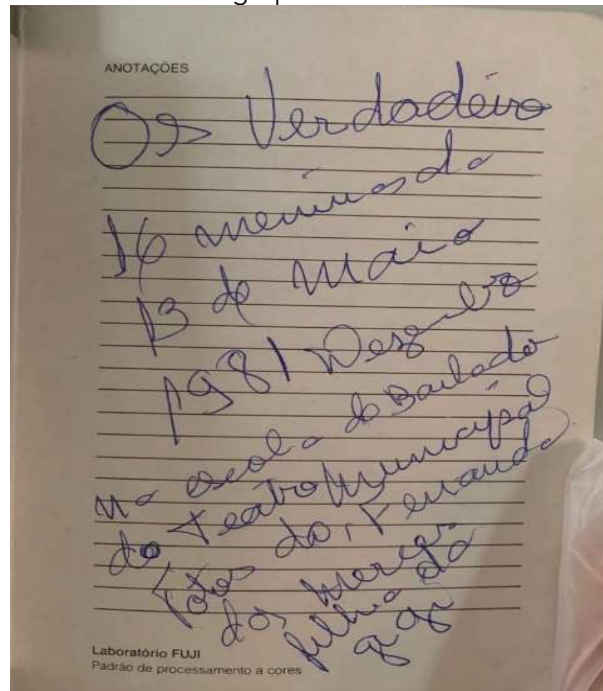
Nesse sentido, a partir do exame da documentação, foram percebidos diversos sinais que indicam a intencionalidade da titular Penha Pietra’s de organizar seus papéis para possíveis leitores futuros, seja através da identificação de fotografias com informações rabiscadas no verso, seja contextualizando sentimentos transcritos em correspondências antigas endereçadas a ela.

**Figura 6:** “16 meninos da 13 de maio” - Identificação realizada por Penha Pietra’s em uma fotografia presente no encarte do álbum “Encontros e Despedidas” (1985), do cantor e compositor Milton Nascimento



Fonte: Fundo Penha Pietra’s - Centro de Documentação e Memória do Theatro Municipal de São Paulo.

**Figura 7:** “Os verdadeiros 16 meninos da 13 de maio, 1981/Dezembro, na escola de bailado do Teatro Municipal, fotos da Fernanda das Mercês, filha da Gigi” - identificação em um álbum de fotos do grupo.



Fonte: Fundo Penha Pietra's - Centro de Documentação e Memória do Theatro Municipal de São Paulo.

Para a definição dos procedimentos de tratamento arquivístico do acervo, foram realizadas algumas discussões teóricas a respeito do tema. Historicamente, a ciência da arquivologia se desenvolveu lidando com o tratamento dos arquivos chamados institucionais, isto é, aqueles acumulados por entidades coletivas, públicas ou privadas. No que tange aos processos de avaliação arquivística,

[...] a mais recente teoria sobre avaliação não trata dos documentos pessoais, porquanto historicamente essa teoria, assim como a atividade de avaliação em geral desenvolvida nos arquivos tomaram por base os modelos de documentos organizacionais ou governamentais - e isso desde os tempos de T. R. Shellenberg e Margareth Cross Norton, os primeiros a formularem os princípios de avaliação para os profissionais norte-americanos, meio século atrás. Desde então, esse foco institucional somente intensificou-se (Hobbs, 2018, p. 263).

Somente a partir da década de 1970 e 1980, com a virada antropológica nas ciências humanas, a arquivística se voltou ao estudo sobre arquivos pessoais, sobretudo a partir de análises sociológicas e avaliações funcionais (Cook, 2018)<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Alguns exemplos de instituições brasileiras que possuem uma ampla experiência no recolhimento, tratamento e difusão de arquivos pessoais são o Centro de Pesquisa e Documentação de História



A definição da metodologia de trabalho foi pautada na afirmação realizada por Camargo (2009): “arquivos pessoais são arquivos”. No artigo, a autora apresenta uma reflexão partindo desta premissa, que também dá nome ao título do artigo. Segundo Ana Maria Camargo (2009, p. 28)

Os documentos acumulados por indivíduos ao longo de sua existência nem sempre são tratados de modo coerente com a teoria arquivística, depois que ingressam em instituições de custódia. O fato de não haver, entre nós, palavra específica para designá-los (como *manuscripts*, *personal papers*, *écrits personnels*, *carte personali*, *espólios*, e tantas outras), e consequentemente, distingui-los dos arquivos institucionais, não resultou, na prática, na adoção de procedimentos comuns, nem impôs o reconhecimento dos atributos que permitiriam vê-los como conjuntos orgânicos e autênticos, marcadamente representativos das atividades que lhes deram origem. O recurso ao pleonasma, portanto, adverte para a necessidade de submeter tais documentos à abordagem própria dos arquivos, em benefício das pesquisas que, sob diferentes ópticas, deles se alimentam.

Nessa perspectiva, a autora aproxima a abordagem em arquivos pessoais com os procedimentos metodológicos já capilarizados pelo campo da arquivologia, que procuram recuperar o contexto de produção dos documentos frente ao seu conteúdo. Camargo (2009) ainda reflete sobre a avaliação acerca da aquisição de arquivos de pessoas, muitas vezes pautadas unicamente no chamado valor secundário, onde o critério principal de avaliação é o potencial de uso para futuros pesquisadores.

Os arquivos de pessoas devem ser tratados como arquivos, isto é, devem ficar ancorados ao contexto em que foram produzidos. Quando se subverte essa relação, ou seja, quando o potencial de uso, tomado em sua inesgotável e imponderável magnitude, entra como componente do tratamento dos arquivos, substituindo as ações que justificaram sua produção, os documentos perdem o efeito de representatividade que os singulariza (Camargo, 2009, p. 36-37).

Igualmente importante para a definição da metodologia foi o *Manual de organização de arquivos pessoais*, publicado pela Casa de Oswaldo Cruz, em 2015. A instituição, ligada à Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz e ao Ministério da Saúde, possui em seu acervo mais de 87 arquivos de pessoas e larga experiência sobre o tema (Ministério da Saúde, 2015, p. 11). A publicação contém orientações de como organizar arquivos pessoais, abarcando desde o processo de aquisição do acervo através da elaboração de uma política de aquisição, até os processos de organização que demandam uma

---

Contemporânea do Brasil - CPDOC, ligado à Fundação Getúlio Vargas - FGV, e o Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz.



pesquisa prévia acerca da trajetória do produtor do arquivo e a elaboração de instrumentos de gestão arquivística, como quadros de arranjo, guias de pesquisa, dentre outros. O manual ainda aborda as práticas de acondicionamento e guarda visando a conservação dos materiais e traz como anexos, minutas de documentos cruciais para o tratamento do acervo.

As ações de tratamento do acervo tiveram início em fevereiro de 2023 com a identificação dos materiais referentes ao maior conjunto documental, os do grupo “Os 16 meninos da 13 de maio”. Nessa etapa, os principais desafios foram encontrados no processo de recuperação do contexto de produção dos documentos, principalmente as informações relacionadas às apresentações do grupo, como local, data, coreografia etc. Algumas dúvidas foram elucidadas através da consulta ao *Dossiê de Encaminhamento* produzido pela equipe de Arquivo durante o processo de doação do acervo, outras necessitaram de pesquisas complementares.

Dentro deste conjunto, existia um grande volume de fotografias que ilustravam a trajetória do grupo e a maioria apresentava uma identificação atribuída pela titular Penha Pietra's. Para o tratamento deste conjunto de documentos, a metodologia adotada seguiu a lógica de agrupamento relacionado ao contexto de produção dos itens. Neste processo foi possível realizar as classificações entre séries e subséries de acordo com o evento previamente identificado por Penha Pietra's. Para a definição do método de acondicionamento provisório das fotografias foram realizadas consultas à equipe de Conservação. O acondicionamento provisório foi planejado de modo a permitir a constante movimentação dos itens sem prejudicar o suporte. Para esta ação foram utilizadas caixas organizadoras de polipropileno, com embalagens individuais feitas em papel de seda, mantendo os agrupamentos definidos no processo de identificação. Para evitar o risco de abaloamento, foram utilizadas aparas de *foam* compactando levemente os conjuntos de fotografias<sup>10</sup>. Ao total, foram previamente identificadas 9 caixas de

---

<sup>10</sup>Essa ação foi planejada de modo a otimizar o espaço para o tratamento do acervo. Após a finalização do processo de identificação da documentação textual, todo o acervo passará por higienização e será acondicionado de modo definitivo, por meio de embalagens de material neutro, na posição horizontal, como recomendam as boas práticas de conservação.

fotografias, sendo elas divididas em: 5 caixas contendo fotografias de menores formatos; 2 caixas contendo fotografias em formatos maiores; 1 caixa contendo fotografias sem identificação, com identificação parcial ou com informações conflitantes; 1 caixa contendo negativos não identificados.

**Figura 8:** Caixas organizadoras contendo as fotografias do grupo Os 16 meninos da 13 de maio acondicionadas provisoriamente



Fonte: Centro de Documentação e Memória do Theatro Municipal de São Paulo.

**Figura 9:** Espaço de trabalho para o tratamento do acervo da bailarina Penha Pietra's no Centro de Documentação e Memória.

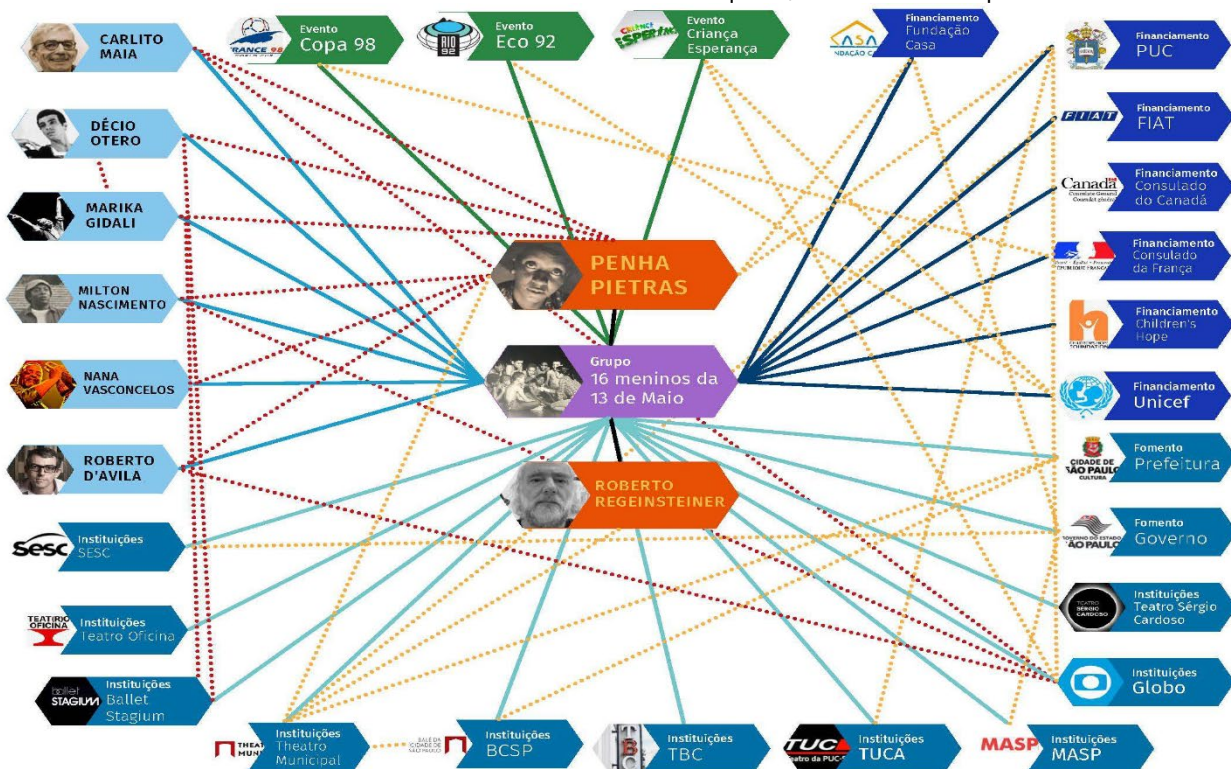


Fonte: Centro de Documentação e Memória do Theatro Municipal de São Paulo.

Durante o processo de identificação das fotografias, foi proposto à equipe a realização de um diário de atividades para que fossem inseridas informações sobre as

ações realizadas. O intuito principal era propiciar o registro de dúvidas, impressões ou reflexões não só acerca do conteúdo dos documentos fotográficos, mas também informações sobre as relações que a bailarina Penha Pietra's mantinha com as pessoas e instituições refletidas na documentação e percebidas através de inscrições e outras marcações realizadas nos versos dos documentos. Nesse sentido, os diários se tornaram também cadernos de campo dentro do processo imersivo de tratamento do acervo. Através das informações registradas e da pesquisa à documentação textual, foi possível elaborar um mapa de relações como ferramenta para facilitar o processo de identificação do acervo.

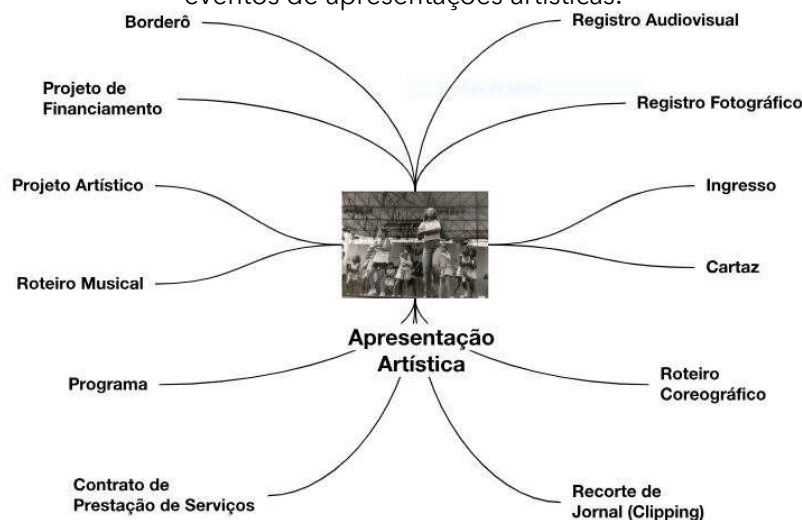
**Figura 10:** Mapa de relações do acervo da bailarina Penha Pietra's, elaborado em parceria com o documentalista do Núcleo de Acervo e Pesquisa, Guilherme Lopes Vieira.



A intenção é que estes registros sejam constantemente revisitados e confrontados com novas informações que surgirão durante o processo de tratamento, que se encontra na fase inicial. Desse modo, será possível garantir uma maior fidelidade de informações na recuperação do contexto de produção dos documentos.

Na segunda etapa do processo de tratamento, foi dado início ao inventário das fotografias. Como ferramenta para o registro das informações, foi elaborada uma planilha no formato *excel* com campos destinados ao processo de descrição arquivística conforme normativa internacional<sup>11</sup> e para o registro de informações sobre as características relativas ao estado de conservação dos documentos. Quanto ao arranjo preliminar do acervo, foram criadas seções baseadas nas atividades profissionais e particulares da bailarina Penha Pietra's. A partir das seções, foram organizadas as séries e subséries de acordo com a participação da artista em projetos e eventos ao longo de sua trajetória. Para a tarefa de recuperação do contexto das informações sobre os documentos do grupo "Os 16 meninos da 13 de maio", tornou-se imprescindível a identificação da apresentação artística, atividade-fim<sup>12</sup> que relaciona as espécies e tipos documentais presentes no acervo.

**Figura 11:** Esquema de relações entre as diversas espécies e tipos documentais elaborado a partir dos eventos de apresentações artísticas.



Quando esgotadas as possibilidades de identificação das fotografias por meio da

<sup>11</sup> Para o processo de descrição dos documentos foi utilizada a *General International Standard Archival Description - ISAD-G*, elaborada pelo Conselho Internacional de Arquivos.

<sup>12</sup> Segundo a ficha de cadastro no Ministério da Fazenda da instituição Capoal, datada de 11 de outubro de 1988, sua atividade principal está descrita como "promover atividades de natureza artística, educacional, pedagógica, social e recreativa com crianças". Fundo Penha Pietra's. Centro de Documentação e Memória do Theatro Municipal de São Paulo.

documentação textual e dos documentos do processo de doação, utilizou-se a ferramenta de busca *Google Lens* (*Lente do Google*) para identificar a visualidade de algumas imagens representadas nas fotografias. A ferramenta é operada através de aplicativo instalado em *smartphones*, e funciona através de reconhecimento de imagens que utiliza inteligência artificial para decodificar figuras e textos. A partir da captura da imagem pela câmera do celular, o aplicativo apresenta correspondências visuais encontradas na internet e pode ser utilizado em atividades de pesquisas, traduções, dentre outras funcionalidades. Para as fotografias em que estavam representados locais públicos com elementos específicos - como monumentos e/ou edifícios arquitetônicos singulares - a ferramenta se tornou especialmente útil. Foi o caso da subsérie "Viagem - França - 1998", já que haviam poucas informações sobre os locais representados nas fotografias. No dossiê "Passeio - Cidadela de Belfort", foi realizada a identificação de um dos monumentos pelo *Google Lens*, permitindo que fosse atribuído o local visitado pelo grupo<sup>13</sup>. Apenas nesta viagem à França, o grupo visitou 24 locais diferentes, alguns deles sem nenhum registro que apontasse a sua identificação geográfica.

**Figura 12:** Código de classificação proposto para o Fundo Penha Pietra's.



<sup>13</sup> As correspondências visuais indicadas pela ferramenta foram confrontadas com imagens buscadas em websites específicos na internet para que a localização geográfica pudesse ser atribuída com maior grau de confiabilidade.



No plano de classificação, foram utilizados códigos alfabéticos e numéricos na perspectiva de reunir toda a documentação referente à grupos temáticos específicos a partir do seu contexto. A identificação numérica a partir das subdivisões específicas dentro do plano de classificação, inclusive, permitirá a correção de informações que porventura estejam equivocadas sobre os eventos que tiveram a participação do grupo “Os 16 meninos da 13 de maio”. Somente após o tratamento de outras espécies e tipos documentais do acervo e a realização de confronto das informações que os seus conteúdos apresentam é que será possível recuperar com mais exatidão o contexto de produção dos documentos.

#### **4 CONCLUSÕES**

Apesar de ter se iniciado o processo de tratamento arquivístico do acervo, muito trabalho ainda há por ser feito até todo o conjunto de documentos estar identificado, organizado, descrito, acondicionado e guardado. Devido ao falecimento precoce da bailarina Penha Pietra’s, em meio à pandemia de Covid-19, o processo de luto dos amigos e familiares foi respeitado, entendendo que muitas dúvidas referentes aos documentos particulares da artista só poderiam ser sanadas posteriormente. No projeto foi incluída a realização de oficinas de identificação de fotografias em que serão convidados ex- integrantes do grupo “Os 16 meninos da 13 de maio” para participarem do processo de tratamento e acompanharem as ações que estão sendo realizadas. Também existe a pretensão de, ao final do projeto, convidar amigos e familiares da bailarina Penha Pietra’s para uma visita ao Centro de Documentação e Memória para que seja apresentado o resultado final de todo o processo de tratamento.

Em dezembro de 2022, foi realizada a exposição *Presente! Presenças negras no Theatro Municipal de São Paulo*<sup>14</sup> que contou com a mostra de uma parte do acervo de

---

<sup>14</sup> As reproduções do acervo de Penha Pietra’s que foram selecionadas para a exposição podem ser acessadas através do catálogo (pág. 49 - 57). O catálogo da exposição na íntegra pode ser acessado através do link:

Penha Pietra's. A exposição esteve em cartaz na Sala de Exposições do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, na Praça das Artes, entre dezembro de 2022 e março de 2023. A expectativa é que, com o tratamento do acervo, possamos difundir ainda mais o legado de Penha Pietra's, disponibilizando os documentos para acesso público e principalmente, salvaguardando a memória do grupo "Os 16 meninos da 13 de maio", memória coletiva de incontáveis alunos que tiveram a experiência única de terem sido alunos da "Tia Penha".

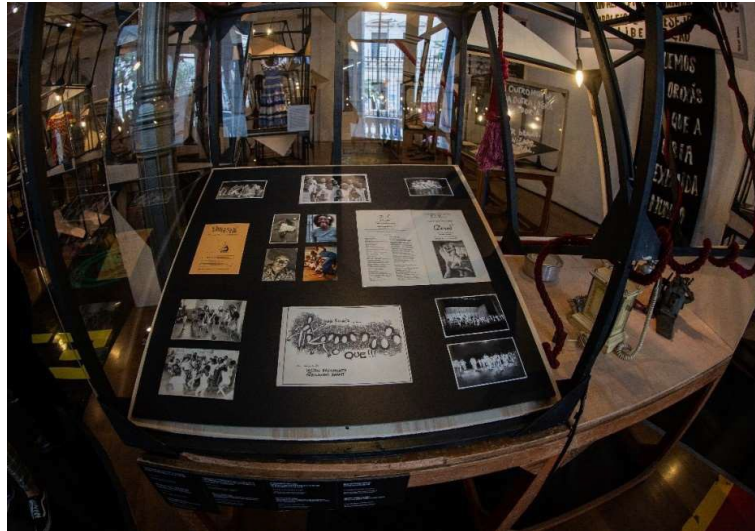
**Figura 14:** Abertura da exposição *Presente! Presenças negras no Theatro Municipal de São Paulo*, na Praça das Artes - Complexo Theatro Municipal de São Paulo



Fonte: Foto de Rafael Salvador

[https://theatromunicipal.org.br/wp-content/uploads/2023/05/catalogo\\_exposicao\\_presente.pdf](https://theatromunicipal.org.br/wp-content/uploads/2023/05/catalogo_exposicao_presente.pdf) [Último acesso em 19/06/2023].

**Figura 14:** Expositor contendo parte do acervo da bailarina Penha Pietra's na exposição Presente!: Presenças negras no Theatro Municipal de São Paulo, na Praça das Artes - Complexo Theatro Municipal de São Paulo.



Fonte: Foto de Larissa Paz

## REFERÊNCIAS

- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro nº 21, julho-dezembro, 1998, p.9-34.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. p. 27-39, 2009.
- COMPLEXO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Gerência de Formação, Acervo e Memória. Núcleo de Acervo e Pesquisa. **Aquisição do acervo pessoal da bailarina Francisca da Penha Santos (Penha Pietra's) - Dossiê de encaminhamento**. São Paulo: dezembro de 2021.
- COMPLEXO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Gerência de Formação, Acervo e Memória. Núcleo de Acervo e Pesquisa. **Política de Gestão de Acervos**. São Paulo: 2021 [versão preliminar].
- COMPLEXO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Gerência de Formação, Acervo e Memória. Núcleo de Acervo e Pesquisa. **Projeto de tratamento documental - Acervo pessoal da bailarina Penha Pietra's**. São Paulo: junho de 2023.
- COOK, Terry. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (Org). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 17-81.
- HOBBS, Catherine. O caráter dos arquivos pessoais: reflexões sobre o valor de documentos de indivíduos. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (Org). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, 261 - 274.
- LAZARIM, Anita de Souza (Org.). **Presente!: presenças negras no Theatro Municipal de São Paulo**. São Paulo, SP: Sustenidos Organização de Cultura, 2023. Disponível em:



[https://theatromunicipal.org.br/wp-content/uploads/2023/05/catalogo\\_exposicao\\_presente.pdf](https://theatromunicipal.org.br/wp-content/uploads/2023/05/catalogo_exposicao_presente.pdf)  
[Último acesso em 16/06/2023].

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. **Manual de organização de arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2015.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. **Decreto municipal nº 7.729 de 9 de outubro de 1968**. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-7729-de-9-de-outubro-de-1968/consolidado> [Último acesso em 16/06/2023].

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. **Decreto municipal nº 58.102 de 23 de fevereiro de 2018**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2018/5811/58102/decreto-n-58102-2018-regulamenta-o-recebimento-de-doacoes-e-comodatos-de-bens-exceto-imoveis-bem-como-de-doacoes-de-direitos-e-servicos-sem-onus-ou-encargos-pelos-orgaos-da-administracao-direta-autarquias-fundacoes-e-servicos-sociais-autonomos-institui-o-selo-amigo-da-cidade-de-sao-paulo> [Último acesso em 16/06/2023]

---

## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International.



## O ARQUIVO PESSOAL DE HELITON SANTANA: MEMÓRIA DO MOVIMENTO NEGRO DA PARAÍBA

*Heliton Santana's Personal File: Memory of the Black Movement Of Paraíba*

Valdir de Lima Silva<sup>1</sup>

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira<sup>2</sup> 

### RESUMO

Cada arquivo privado pessoal tem, em sua acumulação, um sentido de imortalizar a história de um indivíduo, personificando-o em suas relações. O objeto de análise desta pesquisa é o Arquivo Privado Pessoal de Heliton Santana, dentro do bojo da militância social na Paraíba. Esse paraibano de Santa Rita soube associar informação e memória ao contexto das práticas sociais que o rodeiam, protagonizando lutas simbólicas, criando movimentos sociais e registrando seu tempo em suportes diversos, a saber: som, imagem e letras. A metodologia utilizada neste trabalho optamos pela abordagem qualitativa com o método documental na observação e descrição de dados. O referencial teórico versa sobre Informação e Memória, bem como os Movimentos Sociais. Os resultados da pesquisa confirmam que a militância social e produção de Heliton Santana contribuiu para a salvaguarda dos movimentos sociais da Paraíba.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivos Privados Pessoais. Movimento Negro - Paraíba. Heliton Santana.

### ABSTRACT

Each personal private archive has, in its accumulation, a sense of immortalizing the history of an individual, personifying them in their relationships. The object of analysis in this research is Heliton Santana's Personal Private Archive, within the context of social activism in Paraíba. This Paraíba native from Santa Rita knew how

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba DCI/UFPB. Doutor em Ciência da Informação (UFPB, 2019), mestre em Ciências das Religiões (UFPB, 2011), especialista em Direitos Humanos (UFPB, 2003), graduado em História (UFPB, 2000), graduado em Arquivologia (UFPB, 2015), graduado em Gestão Pública pela Universidade Norte do Paraná (2015). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6827885737819412>

<sup>2</sup> Doutora em Letras e Mestre em Ciência da Informação pela UFPB. Professora do Departamento de Ciência da Informação/UFPB. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (Gecimp). Email: [bernardinafreire@gmail.com](mailto:bernardinafreire@gmail.com)  
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0252677389291551>



to associate information and memory with the context of the social practices that surrounded him, leading symbolic struggles, creating social movements and recording his time in a variety of media: sound, image and letters. The methodology used in this work opted for the qualitative approach with the documentary method in the observation and description of data. The theoretical framework deals with Information and Memory, as well as Social Movements. The research results confirm that Heliton Santana's social activism and production contributed to safeguarding Paraíba's social movements.

**KEYWORDS:** Personal Private Archives. Black Movement - Paraíba. Heliton Santana.

## 1 INTRODUÇÃO

**E**ste trabalho pretendeu responder à questão norteadora de pesquisa que indagou: como constituir informação e memórias para os movimentos sociais a partir do arquivo privado pessoal de Heliton Santana? A partir desta pergunta, definimos o objetivo geral de investigação: Analisar a constituição da informação e da memória a partir do arquivo pessoal de Heliton Santana. Logo, mapeamos a produção contida no seu arquivo pessoal onde identificamos os traços representativos de sua memória a partir de sua produção cultural junto ao Movimento Negro na Paraíba (MNPB) e descortinamos informações sobre os Movimentos Sociais na Paraíba por meio do seu arquivo pessoal. Para Silveira (2013), os arquivos pessoais são de cunho privado, ao menos assim se formam, constituindo-se em uma representação da trajetória de vida do titular.

Silva e Silva (2013, p. 32) defendem que Arquivos pessoais, portanto, "são conjuntos documentais de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de suas vidas".

Heliton Santana soube associar informação e memória ao contexto das práticas sociais, protagonizando lutas, criando movimentos sociais e registrando seu tempo em suportes diversos, a saber: som, imagem e letras, uma espécie de itinerário de si mesmo. Certamente seu arquivo potencializa a salvaguarda de uma memória para os movimentos sociais na Paraíba.



Barros e Tognoli (2011, p.74) destacam que os arquivos pessoais são oriundos de “pessoas ilustres em seu tempo e que pela sua obra/vida foram imortalizados em seus documentos pessoais”. Oliveira (2012) diz que não são arquivos de homens simples que são recolhidos às instituições de memória por representarem uma época, uma área do conhecimento ou as expressões intelectuais de um segmento da sociedade. Por sua vez, o arquivo de Heliton Santana, embora possamos considera-lo um intelectual, fogia aos ditamos da opção predominante, uma vez que era um homem preto de periferia.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA: ARQUIVOS PESSOAIS**

A preservação de arquivos, sejam eles pessoais ou institucionais, ainda demanda a criação de políticas públicas eletivas, de modo a torná-lo um espaço informacional que privilegie o aspecto físico, material e técnico atrelado ao conjunto de documentos que o compõem (Ricoeur, 2007). Para o autor, os fragmentos de memória presentes nos arquivos revelam-se como espaço privilegiado para pesquisas, possibilitando inúmeras descobertas e propostas de investigação.

Brito e Corradi (2017, p.149) garantem que os trabalhos científicos realizados com a temática “arquivos pessoais” no Brasil até a década de 1970 eram escassos, já que eram considerados como verdadeiras fontes da história apenas aqueles documentos de caráter oficial, ou seja, ligado à administração de Estado. No máximo, arquivos de grandes personalidades políticas e/ou de heróis nacionais eram avaliados como portadores de memória de relevância e assim justificavam a sua conservação.

Ricoeur (2007) entende que o lugar ocupado pelo arquivo é ao mesmo tempo, um lugar físico e social. Físico por abrigar “uma espécie de rastro” documental, e social pela condição histórica a que se encontra abrigado.

Como assegura Ricoeur (2007), da mesma forma que o documento o arquivo se insere num contexto muito específico que possibilita vislumbrar aquilo que, de alguma maneira, foi selecionado como documento importante de ser lembrado. Nesse sentido, Ricoeur (2007) observa que no arquivo se pode verificar o processo memorialístico, e destaca que ele deixa de ser o repositório da memória coletiva e passa a ser visto como



um lugar social, que guarda as memórias do passado inseridas nos documentos arquivados.

Assim, os autores ao preservar seus documentos pessoais e ordenar acontecimentos que balizaram sua vida, estabelecem seu lugar social (Oliveira, 2018), construindo a escrita de si. Para tanto, Oliveira (2018, p.49) assegura que a “força, mesmo que despreziosa, de acumular seus documentos, coerentemente, parece almejar seu lugar, delimitando uma espécie de esboço autobiográfico de seu próprio fazer”.

Desse modo, como afiança Foucault (1992), a escrita de si empresta ao texto características do escrevente e fornece subsídios para que se possa associar o homem à obra, possibilitando que se reconheçam no texto atributos inerentes ao seu autor como pessoa única e individual. Para o autor, a escrita como exercício pessoal praticado por si e para si é uma arte da verdade contrastiva.

Adiciona-se à tradição que é perpetuada nas cadernetas a peculiaridade de seu uso, de suas lembranças, pois o “olhar para o passado implica motivo e aprendizado próprios, de quem olha, de maneira a, finalmente, através da escrita e da leitura da mesma formar a si próprio”. (Foucault, 1992, p. 141).

Porém, Bellotto (2004) adverte que necessita de precaução devido a uma característica que define arquivo pessoal, a de que o seu acervo deve seguir a fronteira correspondente ao longo de suas vidas. Muitos documentos não são produtos das atividades pessoais da pessoa acumuladora de documentos, mas por alguma razão ela resolve guardar juntas certas tipologias (Oliveira, 2018). Esses documentos por si só terão conotação específicas que darão significado a pessoa titular do acervo (Assis, 2009).

Como assegura Lejeune (2008), pensar no termo autobiografia sob a perspectiva arquivística é “conceber que uma pessoa faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular, a história de sua personalidade” (Lejeune, 2008, p.14).

Silveira (2013, p. 140) diz que os “arquivos pessoais são produzidos por um indivíduo como produto de suas atividades pessoais, profissionais ou ainda pelo ato de colecionar materiais de sua preferência.” Estando ou não ligados diretamente à figura de seu titular, podendo reunir documentos em papel e/ou objetos variados. Diferenciam-se



dos arquivos públicos, que são relacionados à rotina administrativa e jurídica de uma instituição, e, também, dos arquivos familiares, que nos remetem a arquivos formados por mais de uma pessoa, por vezes, repassados e organizados por mais de uma geração. Os arquivos pessoais são de cunho privado, ao menos assim se formam, constituindo-se em uma representação da trajetória de vida do titular.

Independentemente de quem era o titular do acervo, um arquivo pessoal conterá informações que representarão tanto à memória individual como a memória coletiva. O acervo de um arquivo pessoal responde não apenas as características do titular, mas também dos grupos aos quais integrava e da sociedade e época em que estava inserido (Brito e Corradi, p.158).

De acordo com Tognoli e Barros (2011, p. 77), o “arquivo pessoal é a materialidade mais contundente na relação que estabelece entre a memória individual e a coletiva”, à medida que os documentos ali encontrados fazem parte do ideário individual de uma pessoa, que fez parte de um grupo político e/ou artístico e produziu documentos, ou seja, ele foi influenciado e influenciou os saberes e discursos produzidos e numa determinada época.

Oliveira (2018, p. 38) diz que “investigar os arquivos privados pessoais é perceber, inteligivelmente, os nexos casuais até então despercebidos”, possibilitando rastrear lances privilegiados que constituem o trânsito entre vivência e percepções do investigado; é destrincar traços fisionômicos da vida e da obra da personagem.

Para Oliveira (2018, p.44), os documentos existentes no arquivo privado pessoal funcionam como “fontes também confessionais, assinadas e/ou autorizadas por seu acumulador”, ao permitir sua consulta e interpretação, esta totalmente dependente dos modos de escolha e de leitura desse real, que se pauta também no campo jurídico, daquilo que, documentalmente existindo, não pode por razões várias ser consultado.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**



Para caracterizar a metodologia utilizada neste trabalho optamos pela abordagem qualitativa de cunho bibliográfico e documental, pois segundo Denzin e Lincoln (2006, p. 17) esta metodologia visa a oferecer uma definição genérica, inicial.

Para estes autores, a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo, isto é, os pesquisadores dessa área utilizam práticas interpretativas interligadas, na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance. Do ponto de vista da pesquisa documental, tomamos o arquivo privado pessoal de Heliton Santana como corpus analítico, especificamente os documentos que respondem questões referente ao Movimento Negro e suas especificidades de atuação.

### **3.1 O método documental na observação e descrição dos dados**

A intenção biográfica dos titulares de arquivos pessoais associa-se a vontade de tornar público os documentos por si acumulados, mesmo que seja após o seu falecimento (Bellotto, 2004). Assim, todo acervo de cunho pessoal traz as evidências do seu criador, responsável pela constituição e guarda de seus próprios documentos, elaborados por si ou armazenados de acordo com a sua trajetória de vida, sendo de certo modo reflexos de seus pensar e fazer socialmente. Desse modo, o arquivo pessoal apresenta algumas possibilidades ao estudo dos tipos documentais.

Tais documentos são provenientes do espaço doméstico, das relações afetivas, das devoções, dos hábitos e das preferências, que não teriam o devido valor reconhecido por serem considerados irrelevantes juridicamente. Como assegura Lejeune (2008), por conterem as características íntimas e específicas da vida do titular, esses documentos se aproximam do caráter autobiográfico.

## **4 HELITON SANTANA: UM MILITANTE DA MEMÓRIA**

Assevera Oliveira (2018) que da seleção ou não, porque passam os arquivos privados pessoais, restam indícios que merecem atenção por parte dos pesquisadores.



Neste sentido, voltamos a nossa atenção para um sujeito que ao mesmo tempo quem protagonizou uma militância social, registrou o seu tempo, organizou o seu arquivo privado pessoal, logo, de interesse coletivo.

Silva e Rosa (2020, p,87) afirmam que “foi em 04 de agosto de 1950 que nasceu Antônio Heliton de Santana em Santa Rita, uma cidade localizada na região metropolitana de João Pessoa”, onde prosperou a cultura da cana-de-açúcar. A cidade abriga um universo artístico composto por artistas da encenação, repentistas, música, dança, coreografia, poesia, artesanato, cinema, artes plásticas, entre outros.

Entendemos que uma das tarefas dos movimentos sociais é capitanear a identidade e permitir a conscientização e reconstrução da personalidade (Alonso, 2019). Daí que seu espólio pode ser visto como uma edição quase completa de sua vida e obra.

A partir dessas especificidades, incluímos Heliton Santana nesse cenário, e a evocação desses indícios de memórias, a exemplo das lutas do campesinato na Paraíba desde as Ligas Camponesas (LC), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e Expressão utilizada por Duarte e Farias (2005) e refere-se ao conjunto de documentos, pertencentes a um titular, independente de tipologia. posteriormente do Movimento Sem Terra (MST), pode proporcionar esclarecimentos a outras pessoas que lutam pela mesma causa, possibilitando-os melhor conhecer suas histórias, estratégias, lutas e resistências.

Ao adentrarmos nos arquivos pessoais do sujeito da pesquisa, Assis (2009) garante que eles podem ser percebidos como uma escrita de si: pessoas selecionam documentos-desde aqueles mais pessoais até aqueles relacionados à vida pública, passando por fotografias, objetos e correspondências -com o objetivo de compor relatos de suas histórias de vida. Para este autor, os arquivos pressupõem, portanto, registros e lembranças de vida íntima, da vida profissional e, no caso, dos políticos e homens públicos, da vida pública, das redes de convivência e solidariedade.

Heliton Santana produziu peças teatrais, criou e organizou movimentos sociais, refletiu e descreveu sobre itens documentais, os quais podem ser concebidos como decorrentes da intenção de fixar identidade informacional no seu arquivo.

Afora o acervo do Centro de Documentação Popular (CEDOP), que se encontra no Arquivo da Arquidiocese da Paraíba, e alguns documentos no Núcleo de



Documentação Histórica Regional (NDHIR) da Universidade Federal da Paraíba, todo o arquivo de Heliton Santana encontra-se sob responsabilidade de Valdir de Lima Silva (Curador).

Em sua maior parte, esse acervo é composto por documentos impressos, e refletem traços marcantes na vida de nosso protagonista, contribuindo e sinalizando informações relevantes à pesquisa. O seu legado desenha uma direção até hoje significativa, na sua produção intelectual e de militante: os estudos voltados para questões político-culturais e sociais, a produção historiográfica sobre os movimentos sociais e a apreciação da cultura popular, com que aprimorou este paraibano em seu contexto, num esforço para oferecer material de relevância à população.

Atières (1998, p. 11) entende que “arquivar a própria vida é pôr-se no espelho, é contrapor a imagem social a imagem de íntima de si próprio” e, nesse sentido, o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência.

Vale destacar que priorizamos neste trabalho a documentação relacionada aos Movimentos Sociais na Paraíba, especialmente, o Movimento Negro, sua atuação no teatro popular, e ainda, os documentários por ele produzidos. Os arquivos pessoais são de cunho privado, ao menos assim se formam, constituindo-se em uma representação da trajetória de vida do titular”.

Desse modo consideramos que o trabalho social e cultural, por ele desenvolvido, guarda além de sua memória, a memória de seu tempo, isto é, a memória coletiva (Halbwachs, 2004).

Para Camargo e Goulart (2007) é necessário tratar o arquivo pessoal como um conjunto indissociável, cujas parcelas só têm sentido se consideradas em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com atividades e funções que a geraram.

## **5 O MOVIMENTO NEGRO NA BAHIA**

A categoria movimentos sociais até meados do século XX designava o movimento operário, referindo-se às organizações da classe operária em suas mobilizações,



sindicatos e partidos. Doimo (2008) chama atenção para o fato de que até os anos de 1960, falar de movimentos sociais era sinônimo de falar da classe operária, pois a organização em sindicatos e partidos seria sua forma mais acabada de organização racional.

Como assegura Alonso (2009) o cenário do movimento negro no Brasil, as experiências de luta da população negra acontecem desde a formação dos primeiros quilombos; das revoltas das quais os africanos escravizados e seus descendentes foram protagonistas; das irmandades de santo; da denúncia ao racismo pela imprensa negra e tantas outras formas de resistência à escravidão e, por conseguinte, a violência (Alonso, 2009).

Na Paraíba, Agentes de Pastoral Negros (APN's) foram as primeiras organizações eclesiais negras do país, salvaguardadas pela memória nacional desta pastoral, fundada em 1983 (Arquivo Pessoal de Heliton Santana, 1998).

Esclarecemos que a memória do Movimento Negro (MN-PB) será vista aqui neste trabalho, a partir do que apuramos no arquivo pessoal de Heliton Santana, isto é, de sua produção intelectual e artística ao longo de uma produção documental de mais de quatro décadas.

O empenho solitário de Heliton Santana em construir um esboço de um inventário, a saber: Agentes de Pastoral Negros da Paraíba (APN's) dos APNs-PB, possibilitou que ele reunisse elementos documentais para escrever a trajetória desse movimento dentro do MN-PB, além de salvaguardar parte de sua memória através de uma documentação expressiva, organizada em seu arquivo pessoal e até então inédita.

Oliveira (2018, p.45) diz que a autobiografia também pode se revelar como a interpretação do narrador na busca do vivido de outrem, uma forma de entrar intimamente na vida do outro, situando-a no tempo e no espaço, dando-lhe o seu lugar na história, informação que provém de diferentes fontes. Esclarecemos que o Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização pioneira na luta do Povo Negro no Brasil. Fundada no dia 18 de junho de 1978, e lançada publicamente no dia 7 de julho, deste mesmo ano, em evento nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em pleno regime militar. O ato representou um marco referencial histórico na luta contra a



discriminação racial no país. O MNU contribuiu com a formulação de demandas do movimento negro à Assembleia Constituinte de 1988, que deu origem à Constituição Cidadã.

Nas palavras de Freire e Freire (2010), a informação Movimento Negro na Paraíba “é um fenômeno que ocorre no campo social e pressupõe para a sua existência algumas condições básicas como o ambiente social, os agentes e os canais” (Freire; Freire, 2010, p.15). A organização do movimento negro é importante para a memória dos movimentos sociais na Paraíba, por isso reafirmamos que não é possível estabelecer uma relação memorialística desse movimento sem fazermos referência a um dos expoentes centrais, aquele que o idealizou e militou por esta causa até o fim de sua vida: Heliton Santana.

Ele desponta num contexto de organização dos movimentos eclesiais e sociais na América Latina a partir da década de 1970. Neste ambiente social, como agente emissor de informação, Heliton criou condições a partir de instituições como o Centro de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves e o Centro de Documentação Popular (CEDOP); também produziu e difundiu essas informações, fruto de uma militância engajada no cerne dos movimentos sociais dos quais ele fundou, participou e deu formação em momentos simultâneos ou não (Arquivo Pessoal de Heliton Santana).

Como observa Araújo (2004), a memória do povo negro no Brasil está atrelada ao estigma que alimenta o preconceito e vai descortinando um passado sofrido, que deixou marcas profundas no confronto com a impunidade de tanto sofrimento e tamanha violência física e moral, perpetradas contra uma raça humana.

Na esteira temática da escravidão no Brasil, Domingues (2007) entende que esse tempo marcado pela memória do castigo, da violência exercida sobre o corpo escravizado, do poder e da crueldade senhoriais.

Na década de 1970, não havia na Paraíba organizações negras, mas o campo era fértil (Santana, 1998). Como assegura Santana (1998), a vinda do arcebispo dom José Maria Pires, de Minas Gerais para cá, foi num corredor de ventos da teologia da libertação, então ascendente na América Latina. Logo que ele chegou à Paraíba, recebeu dois codinomes: dom Pelé e dom Zumbi em alusão a sua afirmação da identidade étnica



racial, mas preferindo ser identificado por dom Zumbi, em homenagem ao guerreiro de Palmares.

Como um grande expoente do Movimento Negro Unificado do Brasil, sendo os APN's da Paraíba, Heliton Santana desponta como colaborador da criação Primeira Organização Eclesiástica Negra do país. O documento sobre os APN's pode servir como base para a salvaguarda da memória nacional desta pastoral, fundada em 1983 e sem produção abrangente que se tenha registro na academia.

Podemos afirmar que esse documento faz parte da história de Heliton Santana, de sua produção intelectual e artística, ao longo de uma produção documental de mais de quatro décadas, conforme apuramos em diversos documentos abrigados no seu arquivo pessoal, que Lejeune (2018, p.14) caracteriza como narrativa retrospectiva que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza a sua história individual, em particular, a história de sua personalidade.

O legado dos arquivos pessoais não se restringe a perpetuação da memória do titular do acervo. Esse, por estar inserido dentro de um espaço e tempo, conterà documentos que associam e responde por uma sociedade e época, ou seja, está imbuída também, em consonância a memória individual, a memória coletiva, aumentando, conseqüentemente, os motivos para a sua preservação (Brito; Corradi, 2017, p. 166).

Nossa pesquisa nos leva a conhecer parte de uma história dos APN's, inserida nos documentos pertencentes ao arquivo pessoal de Heliton Santana, até então intacta.

A história da entidade negra cristã católica de âmbito nacional surgiu na Paraíba, no início da década de 1980, por iniciativa do Grupo União e Consciência Negra que nos enviou uma representante de São Paulo por intermédio de D. José Maria Pires, pastor de Arquidiocese da Paraíba na época. Os contatos locais foram feitos com Antonio Heliton de Santana, em Santa Rita, onde se fundou o grupo Kumbi, em homenagem a um possível quilombo de mesmo nome que existiu neste município, e com Jairo Umberto Amorim, em Itabaiana. [...] Com a Campanha da Fraternidade de 1988, cujo tema foi *OUVI O CLAMOR DESTA POVO* (grifo dos autores), assumida veementemente por esta Igreja Particular, a questão negritude despertou bastante interesse, animando os grupos de negros existentes, fazendo surgir outros, levando comunidades a terem uma maior



identidade afro em suas celebrações e centros de formação a considerarem os formandos negros. Para que tudo isso acontecesse, o serviço de comunicação da Arquidiocese da Paraíba elaborou a cartilha APAGAR AS MARCAS DAS CORRENTES DE ONTEM QUEBRANDO AS CORRENTES DE HOJE, fazendo o vídeo OUVI O CLAMOR DESTA POVO NEGRO, grafando camisas e bolsas, produzindo a remontagem do espetáculo AXÉ, do TELL, e adquirindo subsídios de outros (Santana, 2000).

Segundo Santana (2000) a base que integra os APN's - PB é também relatada nesse documento: "Integram os APN's - PB, comunidades de antigos quilombos, grupos artísticos, grupos de capoeira, grupos de alfabetização, grupos de jovens, grupos de formandos, terreiros e outros.

Sobre a Identidade da APN's-PB, Heliton Santana (2000) assegura que são compostos de membros de várias etnias, sobretudo negros, o que significa dizer que a entidade é aberta à participação, à luz dos quilombos, desde que pessoas de qualquer etnia adiram ao projeto de uma relação multiétnica harmônica, com os mesmos direitos e oportunidades, bem como respeito às especificidades de cada povo; empobrecidos; de ambos os gêneros e de opções sexuais diversas; de diversas faixas etárias; de graus de escolaridade de analfabeto a profissional universitário; de nacionalidades diversas - brasileiro, africano, italiano, norte-americano; de uma gama de profissionais - agricultor, cozinheiro, costureiro, professor, artista, estudante.

A memória evocada aparece no tecido social como uma resposta ao silenciamento milenar da igreja católica em relação ao negro, como asseveram Dagnino (1994), Domingues (2007), Doimo (2008). Chauí e Franco (1978) entendem que a teologia da libertação que eclode em solo fértil, revolucionário num contexto latino americano é um intento de grupos ditos subversivos deste novo cristianismo, aberto ao novo em sua liturgia, e novos(as) agentes sociais emergem. Para Nunes (2015), inicia-se aí um processo de formação que se faz necessário para garantir a organização de quadros desses novos grupos que estavam dispostos a lutar contra as práticas engessadas da tradição apostólica romana.

No Nordeste brasileiro, a parceria dos arcebispos dom Hélder Câmara e dom José Maria Pires expandiu-se em várias cidades da região. Muitos padres progressistas



abraçaram esta teologia, a exemplo do padre Paulo Koellen de Santa Rita, então pároco de Heliton Santana.

Quanto à integração e parcerias nos APN's Heliton Santana destaca que o conjunto de pastorais sociais da Arquidiocese da Paraíba e ao movimento social como um todo, além de se reconhecerem como entidade componente do MNPB, razão pela qual desenvolvem atividades em conjunto com este: elaboração de subsídios, realização de eventos (encontros de formação e articulação), participação em seminários e debates, criação do Disque Racismo etc. (Santana, 2000).

Das duas parcerias, destaca-se uma com a Curadoria de Defesa dos Direitos do Cidadão e outra, com o Conselho de Psicologia da Paraíba e do Rio Grande do Norte, afora um estreitamento com a Secretaria de Justiça e Cidadania.

Os fundos para manutenção dos APN's-PB são oriundos de partilha dos grupos de base, colaboração da comunidade, doação de entidades, assistência de órgãos públicos e solidariedade de organizações internacionais e amigos. Os APN's em parceria com o MN-PB têm assessorado e apoiado grupos de mulheres, movimento LBTQIAPN+, escolas de todos os níveis, pastorais etc. e que sobre os Serviços de assessorias em parceria com o MN- PB são danças afro-primitivas, elaboração de projetos para captação de recursos, releitura histórica, capoeira, culinária afro-brasileira, percussão ritual, palestra, elaboração de subsídios gráficos populares, roteiro, direção de vídeo (Santana, 2000).

Nesse mesmo documento, Heliton Santana (2000) faz um traçado dos APN's da Paraíba, situados nos seguintes municípios: João Pessoa, Santa Rita, Gurinhém, Alagoa Grande (sede, Zumbi, Canafístula e Caiana), Santa Luzia, Pombal, Catolé do Rocha (sede, Lagoa Rasa e Vertente), Itabaiana, Conde, Areia e Juarez Távora. Todos eles sob a coordenação de Solange Cavalcante, Maria José dos Santos (Mazé), Pe. Luiz Zadra, Antonio Heliton de Santana, Marlene do Nascimento Brito e Francisca Maria (Bidia), explica Heliton Santana (2000).

O empenho de Heliton Santana na construção de um esboço dos APN's - PB, resultou no destaque de elementos documentais dentro do movimento do MN-PB, e também de salvaguardar parte de sua memória através de uma documentação farta,



ainda inédita e consta no seu arquivo. Trata-se de um trabalho sério, idealizado e bem-produtivo sobre APN's - PB.

Com o fim dos APN's parte de sua memória, sobretudo documental se perdeu, restando algumas informações no arquivo da Cúria Metropolitana em João Pessoa e parte do que cada militante guardou, além da memória coletiva e individual de cada militante e do acervo fotográfico de Heliton Santana Sobre a produção de Heliton Santana, alguns de seus escritos foram coletivos, como o *Jornal Negra Voz* e outros documentos. Mesmo sendo coletivos, teve sua redação final.

Segundo Brito e Corradi (2017, p.165), o motivo que leva alguém a preservar os seus documentos é substancial para a assimilação correta do que trata determinado fundo pessoal. Diversos motivos podem incentivar alguém a guardar os seus documentos, porém cada arquivo pessoal apresentará um contexto em suas fases de acumulação e doação que devem ser entendidos, aproximando ou não dos motivos aparentes ou invisíveis.

No desenvolvimento desta pesquisa, fomos percebendo a confluência das informações prestadas por Heliton Santana sobre os APN's e o Movimento Negro. O primeiro documento foi escrito em 2000 e o segundo em maio de 2010.

No ano de 2010, quando escrevia a dissertação de mestrado no PPGCR-UFPB, o contato com o titular se deu também por telefone quando solicitamos um breve histórico do movimento negro na Paraíba. Para surpresa do pesquisador a resposta veio rápida e do mesmo modo:

Meu querido Valdir, recebi com prazer a sua ligação. Na oportunidade você me solicitou uma síntese da história do Movimento Negro da Paraíba. Logo após a ligação, deparei-me com a seguinte pergunta: Movimento Negro enquanto entidade, como práticas de entidades afins, porém não articuladas, ou ambas? Não disponho de arquivo algum. Não tenho em memória tantas informações quantas o seu mestrado exige, todavia disponho-me a catar o que está no fundo do cérebro. E mais, ainda que o seu pedido fosse antecipado e eu não "free lance", o arquivo do MN/PB está em litígio, segundo a última informação que tenho a respeito. Seria interessante uma memória coletiva das pretas e dos pretos velhos que participam e participaram do Movimento Negro da Paraíba. Desse modo, a visão seria real. Espero leiam e corrijam o texto. Uma questão insiste desde o momento em que assumi a tarefa em exercício: Qual o valor científico desta memória solitária? Porém, compromisso é compromisso. Aqui está, meu amado afilhado, filho de Iemanjá, o que você me pediu. Espero que lhe seja útil considerando o prazo para entrega da sua dissertação (Santana, 2010).



As informações que eu havia solicitado, sobre o histórico do movimento negro na Paraíba foram chegando ao meu e-mail, de forma bem resumida. Também fora enviada uma Cartilha escrita coletivamente sobre o movimento.

Heliton enviou ainda alguns dados sobre A Formação e Constituição do Grupo de Militância Negra, uma realização do Movimento de Ação Negra em 1999, denominado de MOVANE e lançado na livraria O sebo cultural, além dos textos teatrais: *Axé Resistência Negra*; de 1985, *Daruê*; de 1995, *Jornal Negra Voz das décadas de 1990-2000*; *processos do Disque Racismo* (PB); alguns de seus poemas sobre o assunto tratado.

A história do Movimento Negro é dividida por Heliton Santana (2010) em sete etapas como uma forma de sintetizar as reivindicações ao longo da História pelos direitos da população negra, que sofre com o racismo estrutural e suas consequências, como se pode conferir nas etapas que seguem:

## **ETAPA I**

O MNU - Movimento Negro Unificado, entidade de caráter civil, surgiu em 1978. Como o próprio nome o define, propunha como prioridades, dentre outros objetivos, tomar iniciativas em defesa da causa étnico racial negro e articular as organizações afins. Porém, considerando-se o contexto histórico - Ditadura Militar de 1964, o MNU extrapolava as questões relativas ao afro-brasileiro. O meu contato com os gametas, ovo ou MN teve início no final da década de 1970, em João Pessoa - PB. No início da década de 1980, após um grande encontro (regional ou nacional (?) realizado em João Pessoa cuja kizomba se realizou em Santa Rita. O MN passou a ter visibilidade em João Pessoa e, em seguida, em Campina Grande. Paralelamente, mas não adversária ao MN, uma organização eclesial foi implantada na Paraíba: GRUCON - Grupo União e Consciência Negra. Uma representante de São Paulo, a convite de D. José Maria Pires, socializou conosco objetivos e práticas do GRUCON. De início surgiram dois grupos: o Kumbi, em Santa Rita, e o Grupo de Negros de Itabaiana, coordenado por Jairo Umberto Amorim. Posteriormente, o Grupo de Jovens do Bairro Jardim Planalto - João Pessoa se identificou



com a causa. Seguindo uma cronologia de acontecimentos do MN-PB, Heliton Santana registra a etapa II e demais etapas. Vejamos:

## **ETAPA II**

Com o tempo, por razões que desconheço, o MNU passou a ser denominado MN/PB - Movimento Negro de João Pessoa. Por sua vez, os negros engajados na ação pastoral assumiram a denominação APN's - Agentes de Pastoral Negros, pois o GRUCO N extrapolava os limites do cristianismo, contudo os APN's - PB nunca se fecharam às Religiões Afro-brasileiras, segundo algumas comprovações: seminários com assessoria de integrante desses credos e do Pe. Heitor Frisotti - especialista no assunto; cordel sobre as expressões de fé de matrizes africanas; visitas a terreiros; ações conjuntas; artigos esclarecedores, no periódico *Negra Voz*, sobre as religiões de afrobrasileiras; co-fundação e realizações do ERO - Encontro da Religião dos Orixás; participação de Doné Renilda de Oxóssi no vídeo *Motumbá Axé*, no qual há entrevistas também com o Pe. Heitor Frisotti - especialista em religiões afro brasileiras, e D. José Maria Pires.

## **ETAPA III**

Tempo, senhor da história. Os APN' s passaram a atuar em toda Paraíba: articulação, formação, elaboração de subsídios, contatos com comunidades negras e quilombolas. Além disso, eram articulados em nível regional e nacional, o que não acontecia com o MN/JP, uma vez que a entidade recém mencionada, pelo próprio nome, limitava a sua prática a João Pessoa, porém se articulava com Campina Grande.

## **ETAPA IV**

Das atividades desenvolvidas pelo MN/JP, que contemplavam cultura, formação, articulação e intervenção política, a cultural era a de maior receptividade, com as kizombas no Hotel Globo. Em seguida, a atuação política tornou-se mais incisiva. A Câmara Municipal e a Assembleia Legislativa tornaram-se espaços de denúncias reivindicações.



## **ETAPA V**

Fim de década de 80, e parte de 90. O MN abre asas. As ações, assim como o aumento do campo geográfico e, conseqüentemente, do contingente negro ampliaram-se. Isso resultou da participação dos APN's no MN. No começo havia dificuldade, resultante da histórica da Igreja ao negro, à escravidão. A convivência cuidou de sanar a ferida, graças ao posicionamento contrário da Igreja Particular da época, sob o pastoreio de D. Zumbi. Foram muitas as conquistas, algumas das quais: abertura do periódico *Negra Voz* para uso do MN; criação do *Disque-Racismo*; estímulo para o MN assumir os encontros em nível de estadual com apoio também dos APN's; inclusão do Ensino da História e da Cultura (africana e brasileira) na rede pública estadual; participação no processo de concepção do Fórum da Diversidade Étnico racial.

## **ETAPA VI**

O Movimento Negro Organizado, como se nomeia hoje, ampliou a sua base e, por conseguinte, as suas ações. Além disso, colaborou com nascimento do mencionado fórum, articula-se com instituições não afins, como a UFPB, através de departamentos relacionados à causa. O fato é isso contribui para maior envolvimento da sociedade, ampliação e aprofundamento da questão étnico racial. Há uma prática mais consequente. O meu afastamento temporário orienta-me que um contato direto com o fórum ou com a direção do mesmo é o caminho melhor para a atualização da prática do MN (SANTANA, 2010).

As etapas descritas acima, propostas por Heliton Santana, conferem sua preocupação sobre o MN-PB. As décadas de 1980 e 1990 apresentaram caminhos de muita organização, formação, afirmação interna e publicização do MNPB, em diferentes micro-regiões do estado. O processo de estruturação do movimento social eclesiástico ou da sociedade civil organizada faz parte e confunde-se com a própria história de militância de Heliton Santana, partindo do pressuposto de sua condição de pertencimento étnico e a consciência crítica que ele desenvolveu ao longo de sua trajetória, ora pelo racismo diário enfrentado pela população negra, ora pelo desejo de



pesquisar temas relacionados à sua vivência, o que o fez tornar-se um auto didata nessa militância social, quando ainda não havia grupos que o fizessem.

Por sua vez, a presença marcante e assumidamente negra do arcebispo dom José Maria Pires, que se identificou pela alcunha de dom Zumbi e dom Pelé, contribuiu como uma ação afirmativa na vida de Heliton Santana, impulsionando-o à militância pelas causas sociais.

A abertura foi dada no “pastoreio” - termo utilizado por Heliton em seus escritos - de dom José, onde as pessoas animadoras das comunidades foram reflexo da efervescente força da Teologia da Libertação, junto ao espaço que Heliton conquistou dentro da cúpula da coordenação arquidiocesana como leigo, uma vez que não era sacerdote, em muito contribuiu para a fertilidade de se criar pastorais sociais, sendo os Agentes de Pastoral Negros, sua bandeira de luta que mais se destacou.

## **ETAPA VII**

Neste registro, conforme a minha percepção limitada, porque pessoal, tenho a honra e o prazer saudoso de relacionar quilombolas que tem colaborado com o desenvolvimento do MN na Paraíba, enquanto integrantes da entidade e militantes em suas organizações. É possível que alguns não sejam contemplados, a quem peço desculpas. Todavia, disponibilizo o texto para a inclusão dos demais. Na ocasião, venho-me à memória: João Balula, Paula Frassinte, Vandinho de Carvalho, Tânia Maria, Luiz Zadra, Socorro Pimentel, Santiago, Doné Renilda d’Oxóssi, Solange Cavalcante, Valdeci, Antonio Novaes, Wellington, Vaninha, Bidia, Marlene, Solange Rocha, Margarida Gomes, Mazé, Efu, Arquicelina, Moisés, Jair, Francimar. (SANTANA, 2010).

A história registra que o MN na Paraíba, em qualquer das suas etapas, nos diversos contextos, tem dado a sua colaboração nas perspectivas da revelação da realidade sociopolítica e cultural do negro, bem como a firmeza na efetivação dos direitos, quer os definidos oficialmente quer os exigidos pela realidade. Isto se faz de modo evolutivo, garante Heliton Santana (2000).

Na oportunidade, ele faz um agradecimento a Valdir, pela oportunidade que me suscitou de escrever estas memórias. Ao MN, que tem sido uma escola para mim e, por



isso, no momento, embora distanciado da entidade, acompanho-o como a um mestre, através dos e mails e da mídia. A ambos, com os quais, estou sempre à disposição para aprender.

Abellás (2012, p. 76) diz que essa intencionalidade é, em boa parte dos casos, o critério principal para guarda e descarte de documentos, desenhando o arquivo segundo a visão particular de seu produtor e/ou daqueles que tiveram tal documentação sob seus cuidados. E é essa manipulação inicial, plena em valores subjetivos, em grande parte a responsável por estabelecer o que “merece” ser lembrado e o que “pode” -ou “deve” -ser esquecido, em uma pré-seleção documental que foge ao controle do(a) arquivista e de seus métodos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos em arquivos pessoais são cada vez mais utilizados como fonte e objeto de pesquisas em diversas áreas do conhecimento. A criação do Programa Memória do Mundo, em 1992, pela UNESCO, por exemplo, estimulou a consciência internacional sobre a importância de arquivos pessoais e do patrimônio documental, garantindo a identificação, preservação e democratização do acesso a fundos documentais de significância internacional, nacional e regional. Nesse Programa, a UNESCO propõe diversos processos de patrimonialização que associam arquivos de natureza pessoal à noção de legado são reconhecidos e desenvolvidos em pesquisas sociais.

Assim, a valorização das trajetórias individuais como foco de interesse de alguns projetos institucionais, com a criação de memoriais, fundações e institutos voltados especificamente para a preservação da memória de uma personagem relevante da história local, regional ou nacional são exemplos de como trabalhar com arquivos pessoais.

A trajetória de Heliton Santana não se pretende ser como parte de uma memória ufanista, apologética, uma biografia não autorizada, uma vez que é um trabalho póstumo. O que procuramos evidenciar neste trabalho foi o legado que deixou. Um legado de luta pelo social ao longo de mais de 40 anos de carreira artística e de militância social, mais



que isso, Heliton se ocupou de forma disciplinada, de tarefa de registrar seu tempo, salvaguardar suas memórias junto aos movimentos, compondo a escrita de si.

No caso do arquivo pessoal de Heliton Santana, temos uma teia de personagens, grupos e eventos que caracterizam uma escrita de muitas mãos, falas de muitas bocas, numa dinâmica anti silenciamento. Nosso esforço foi significativo no sentido de buscar selecionar as informações a serem condensadas e ressignificadas de acordo com a proposta aqui aventada. Portanto, inferimos que a trajetória de Heliton Santana se fortalece a partir do seu arquivo pessoal, como uma trajetória de recuperação memorialística dos Movimentos Sociais na Paraíba, mais especificamente, do movimento negro na cidade Santa Rita.

Inferimos ainda que essa memória se firma no registro e salvaguarda de diversas organizações sociais das quais Heliton Santana foi fundador, colaborador e militante por mais de quatro décadas. Fazer esse caminho e revisitá-lo através da arte sem fronteiras, das ruas do Bairro Popular em Santa Rita-PB, do jornal Negra Voz e de ser documentado pela BBC de Londres nos ajudou a captar não apenas o percurso do homem militante, mas sua intervenção no tempo e espaço.

Por fim, podemos dizer que muito desse acervo de conhecimento e informações ainda encontra-se velado, necessitando ser descoberto, isto é, visibilizado. Acreditamos que há muito por fazer, por descobrir e por abrir caminhos na pesquisa arquivística, a partir do arquivo pessoal de Heliton Santana.

## REFERÊNCIAS

- ABELLÁS, José. Arquivos Pessoais, saberes coletivos: a organização da documentação pessoal e pública de cientistas –o caso Hussak, 2012. In: SILVA, Maria Celina; SANTOS, Paulo Elian. **Arquivos Pessoais: História, preservação e Memória da Ciência**. Rio de Janeiro: FAPERJ. 2012. 191p.
- ALONSO, Ângela. **As Teorias dos movimentos sociais**: um balanço do debate. Lua Nova, n. 76, 2009, p.49-86. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452009000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 07 de jun. 2023.
- ARAÚJO, Emanuel. Negras memórias: o imaginário luso-afro-brasileiro e a herança da escravidão. **Estud. av.** vol.18, no. 50. São Paulo, jan./apr. 2004.



- ASSIS, Ailton. **Um lampião dentro da mala:** O Arquivo Pessoal de Octávio Pacheco - memória e autobiografia. São João Del Rei, 2009. 264 p. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de São João Del Rei, 2009.
- ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v.11, n.21, 1998, p.11
- CAMARGO, Ana; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância:** a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique (IFHC). 2007. 316 p.
- BARROS, Thiago; TOGNOLI, Natália. As implicações dos Arquivos Pessoais: Elementos conceituais. **Ponto de Acesso.** Salvador, v.5, n.1, 2011, p. 66-84. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4868>. Acesso em: 07 de jun. 2023.
- BELLOTTO, Heloísa. Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BRITO, Augusto César Luiz; CORRADI, Analaura. Considerações teóricas e conceituais sobre arquivos pessoais. **Ponto de Acesso,** Salvador, v.11, n.3, dez.2017.p. 148-169. Disponível em: [www.pontodeacesso.ici.ufba.br](http://www.pontodeacesso.ici.ufba.br). Acesso em 07 de jun. 2023.
- CHAUÍ, Marilena de Souza; FRANCO, Maria Sylvia. **Ideologia e mobilização popular.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Os anos 90:** política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 103-115.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Colab.). Trad. NETZ, S. R. **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DOIMO, Ana Maria. Perfil dos Movimentos Sociais e das ONGs na Grande Vitória em meados dos anos 90: a face integrativa em tempos de globalização. **SINAIS - Revista Eletrônica.** Vitória: CCHN, UFES, Edição no 4, v. 1. Dezembro, 2008, p. 225- 275. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/perly/doimo\\_perfis\\_mov\\_sociais\\_ong\\_es\\_anos\\_90.pdf](http://www.dhnet.org.br/perly/doimo_perfis_mov_sociais_ong_es_anos_90.pdf). Acesso em 20 de junho de 2023.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo,** vol. 12, n. 23, Niterói, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em 08 de abril de 2023.
- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992.
- FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; FREIRE, Isa Maria. **Introdução à Ciência da Informação.** 2. ed. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2010.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.
- LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico:** de Rousseau à internet. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- NUNES, Gildázio Dantas. **Centro de Documentação Popular-PB-CEDOP:** Memórias de Fé, Lutas e Artes. Video-documentário com direção, produção e edição: Gildázio Dantas Nunes. Orientador: João de Lima Gomes. Turma de Rádio e TV. 2015.



OLIVEIRA, Bernardina M. J. Freire de. **José Simeão leal:** o editor público brasileiro. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2018.

OLIVEIRA, Lucia Maria de. **Descrição e pesquisa:** Reflexões em torno dos Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PORTAL GELEDÉS. **AGENTES PASTORAL NEGROS DO BRASIL celebram 30 anos de história.** Disponível em: <https://www.geledes.org.br/agentes-pastoral-negros-do-brasil- celebram-30-anos-de-historia>. Acesso em: 30 de abril de 2023.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento.** Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

SANTANA, Heliton. **Agentes de Pastoral Negros da Paraíba.** Arquivo pessoal de Heliton Santana. Santa Rita, 2000.

SANTANA, Heliton. **Histórico do Movimento Negro Paraibano.** Arquivo pessoal de Valdir de Lima Silva (Mensagem recebida por: valdirpoesia@gmail.com.) em: 5 out. 2010.

SANTANA, Heliton. **Memórias do CEDOP.** 1998. Arquivo pessoal de Heliton Santana. Santa Rita, 2000.

SILVA, Carla; SILVA, Rosani. Arquivo Pessoal: Fundo documental Neusa Carson. **Revista Fragmentum.** Santa Maria. n. 37, 2013, p. 31-41. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/11059/pdf>. Acesso em: 23 de Jun. 2023.

SILVA, Valdir de Lima; ROSA, Maria Nilza Barbosa. O Arquivo Pessoal de Heliton Santana: Fonte de Informação e Memória. **Revista Fontes Documentais.** Aracaju.v.03, n.03, set/dez.2020, p.7692. Disponível em <https://periodicos.ifs.edu.br/periodicos/fontesdocumentais/article/view/743>. Acesso em 20 de maio de 2023.

SILVEIRA, João. Escritas de si e memória social: o Arquivo Pessoal de Coriolano Benício. **Revista Ágora.** Florianópolis. v.23, n.47, 2013, p. 140-161. Disponível em: [https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/458/pdf\\_19](https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/458/pdf_19). Acesso em: 13 de agost. 2023

---

## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International.

